



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Rachel Tomás dos Santos Abrão

**O ensino sociológico e a elaboração da ditadura: uma análise dos livros
didáticos**

Florianópolis
2021

Rachel Tomás dos Santos Abrão

**O ensino sociológico e a elaboração da ditadura: uma análise dos livros
didáticos**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação
em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal
de Santa Catarina, como requisito para a
obtenção do Título de Licenciada em
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Gustavo da
Cunha de Souza

Florianópolis
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Abrão, Rachel Tomás dos Santos Abrão

O ensino sociológico e a elaboração da ditadura : uma análise dos livros didáticos / Rachel Tomás dos Santos Abrão Abrão ; orientador, Luiz Gustavo da Cunha de Souza Souza, 2021.

104 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. disciplina de Sociologia. 3. ditadura civil-militar. 4. livros didáticos. 5. memória. I. Souza, Luiz Gustavo da Cunha de Souza. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Ata da sessão de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais –
TCL Habilitação em Licenciatura, referente à disciplina Código CSO 7919.

Florianópolis, 14...de Dezembro de 2020.

Banca: 1-Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza.....(Presidente)

2-..Profa. Dra. Nise Maria Tavares Jinkings..... (Membro)

3-..Ms. Carla Juliana Pissinatti Borges..... (Membro)

OBS. Colocar a titulação dos membros.

Acadêmico(a): Rachel Tomás dos Santos Abrão.....

Matrícula: 14101710.....

Título: *O ensino sociológico e a elaboração da ditadura: uma análise dos livros didáticos*.....

Parecer: .A banca considera trabalho aprovado e sugere alterações de redação e conteúdo que foram informadas à acadêmica durante as arguições.....

Assinatura:

- 1- Luiz Gustavo da Cunha de Souza
- 2- Nise Maria Tavares Jinkings
- 3 - Carla Juliana Pissinatti Borges

Nota:

- .10,0.....
- .10,0.....
- .10,0.....

Acadêmico(a): Rachel Tomás dos Santos Abrão

Nota final: .10,0.



Documento assinado digitalmente
Rachel Tomas dos Santos Abrao
Data: 22/12/2020 12:03:57-0300
CPF: 011.181.519-33

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto dos anos finais da minha graduação em Ciências Sociais na UFSC, momento em que finalmente decidi cursar de forma conjunta a Licenciatura e o Bacharelado. A ideia de realizar essa pesquisa surgiu durante a disciplina de Sociologia da Educação, momento em que nos foi solicitado a elaboração de um projeto de pesquisa como trabalho final. Desde então, esse trabalho passou por diversas modificações, passando por apresentações em seminários de pesquisa, eventos acadêmicos, conversas no café. Por fim, aparece aqui em sua versão final, talvez não tão completa quanto como era desejado, mas elaborada do melhor modo possível – dadas as circunstâncias de sua realização.

A relevância de se fazer um trabalho de conclusão de curso é imensurável para trajetória de uma estudante. Hoje, cursando mestrado, colho os frutos de já ter realizado dois trabalhos de conclusão, as experiências passadas muito nos ajudam a construir nosso presente. Deixo aqui meu argumento sobre a importância de se manter o trabalho de conclusão também no curso da Licenciatura.

Passando, enfim, aos agradecimentos, não poderia deixar de mencionar meu orientador, Prof. Luiz Gustavo da Cunha, quem sempre foi muito parceiro e apoiador de minhas empreitadas acadêmicas.

Cursar a Licenciatura apenas se tornou algo viável e possível ao lado de uma pessoa, que além de me influenciar enormemente nesse processo, sempre escutou todas as minhas reclamações: Natan. Obrigada por tudo, sem a sua amizade tudo teria sido muito mais difícil.

Agradeço também aos professores que me acompanharam durante o difícil processo de estágio no Colégio de Aplicação: ao prof. Marcelo Cigales, pela atenção e animo de sempre, e à prof. Marivone, quem sempre tinha um lanchinho gostoso no intervalo das aulas. Agradeço também à toda turma do Aplicação, foram momentos muito intensos em sala de aula, e mesmo com todas as dificuldades, me trouxeram o gosto e a certeza de seguir trilhando esse caminho.

Não posso deixar de agradecer enormemente aos meus dois amigos do Lastro: Giuliano Saneh e Sabrina Schultz. Ao Giuliano pela empolgação de sempre, por todas as dicas e conversas políticas e acadêmicas! Sempre divertido e com sugestões extremamente relevantes para pesquisa, obrigada por ter a paciência de ler meus trabalhos. À Sabrina que, na verdade, foi quem tornou este trabalho possível! Agradeço imensamente pelos livros emprestados, pelas conversas, por escutar meus áudios gigantescos nos momentos de crise com este trabalho, pelos cafés, pelo carinho, pelo apoio, por tudo!

Por fim, não poderia deixar de agradecer ao meu companheiro, Arthur, quem sempre me escuta, me ajuda, me apoia. Obrigada pelo carinho de sempre. À minha mãe e ao meu irmão, que inúmeras vezes aguentaram meu mau-humor na busca de finalizar este trabalho. Também agradeço ao meu pai, pelas inúmeras aulas de português e escrita.

Esse passado que insiste em perdurar de maneira tão reconciliada no presente, que se mantém como dor e tormento, esse passado não passa.

Jeanne Marie Gagnebin

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar de que modo o tema da ditadura civil-militar brasileira é tratado nos livros aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático – o PNLD de 2018. Entendendo que a Sociologia no Brasil reflete uma agenda de problemáticas sociais a cada etapa histórica, essas problemáticas podem também aparecer de forma institucionalizada através dos livros didáticos. Apoiando-nos argumentos de Theodor W. Adorno, percebemos a relevância da dimensão histórica para a investigação sociológica, além de sua constante preocupação com a escolha de objetos de estudo que visem a não repetição da barbárie. Desse modo, investigou-se como aparece mencionada, nos relatórios dos programas de educação, a necessidade de elaboração do passado da ditadura, enfocando, posteriormente, de que maneira a disciplina de Sociologia trata do tema. Sendo assim, foi feita a leitura dos documentos: Programa Nacional de Direitos Humanos - I (1996), Programa Nacional de Direitos Humanos - II (2002), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e Programa Nacional de Direitos Humanos - III (2009). A pesquisa seguiu com um mapeamento sobre como o ensino da Sociologia figura nos documentos oficiais educacionais, refletindo sobre sua presença na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), na Base Nacional Comum Curricular (2018), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999; 2002). Por meio das leituras, procuramos entender se o ensino de Sociologia contempla o direito à memória e à verdade. Na tentativa de compreender o processo de escolha das obras didáticas, nos detivemos na leitura do Guia de Livros Didáticos para o Ensino Médio (2018), bem como do Edital de Seleção 04/2015. Por fim, a última tarefa desta investigação foi aplicar um roteiro de análise (elaborado para esta pesquisa) para os três livros didáticos de Sociologia que obtivemos para análise: *Tempos Modernos*, *Tempos de Sociologia* (2016), *Sociologia em Movimento* (2016) e *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016).

Palavras-chave: memória, ensino, disciplina de Sociologia, ditadura civil-militar, livros didáticos.

ABSTRACT

The present work sought to analyze how the subject of the Brazilian civil-military dictatorship shows up in schoolbooks approved by the 2018 Brazilian Government Program for Textbooks (PNLD - *Plano Nacional do Livro Didático*). Understanding that Sociology in Brazil reflects an agenda of social problems that usually change according to the specific issues of that time, these problems can also appear in an institutionalized way through scholar textbooks. By following the arguments of Theodor W. Adorno, we realize the relevance of the historical dimension for sociological investigation, in addition to his constant concern with the choice of study objects that aim at the non-repetition of authoritarianism. Thereafter, the search shows how the reports of educational programs mention the need to elaborate the past of the dictatorship, focusing later on how the discipline of Sociology deals with the subject. Therefore, the documents read to elaborate this work were these: National Human Rights Program - I (1996), National Human Rights Program - II (2002), National Human Rights Education Plan and the National Human Rights Program - III (2009). The research followed with a mapping on how the teaching of Sociology appears in the official educational documents, reflecting on its presence in the Law of Guidelines and Bases of National Education (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, 1996), in the National Common Curricular Base (BNCC - *Base Nacional Comum Curricular*, 2018), in the National Curricular Guidelines (*Diretrizes Curriculares Nacionais*, 2013) and the National Curriculum Parameters (*Parâmetros Curriculares Nacionais*, 1999; 2002). Through those readings, the research seeks to understand if the discipline of Sociology is concerned with an education that deals with the right of memory and truth. In an attempt to understand the process of choosing didactic works, we decided to study and read the Didactic Books Guide for High School (*Guia de Livros Didáticos para o Ensino Médio*, 2018) and in the Selection Notice 04/2015 (*Edital de Seleção 04/2015*). Finally, the last task of this investigation was to apply an analysis script (developed especially for this research) in the three Sociology textbooks that we were able to obtain for analysis: *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (Modern Times, Times of Sociology, 2016), *Sociologia em Movimento* (Sociology in Movement, 2016), *Sociologia para Jovens do Século XXI* (Sociology for 21st Century Youth, 2016).

Keywords: memory, teaching, Sociology discipline, civil-military dictatorship, textbooks.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: Educação e memória sobre a ditadura civil-militar brasileira.....	17
1.1 Contextualizando os acontecimentos da ditadura civil-militar de 1964	17
1.2 A necessidade da elaboração do passado	19
1.3 Uma educação em Direitos Humanos preocupada com a memória da ditadura	22
CAPÍTULO II: Sociologia como disciplina e direitos humanos como tema transversal	34
2.1 A necessidade de uma sociologia histórica	34
2.2 A memória da ditadura aparece enquanto um tema da Sociologia nos documentos educacionais?.....	38
CAPÍTULO III: Análise dos livros de Sociologia aprovados no Plano Nacional do Livro Didático - PNLD 2018	49
3.1 Algo sobre livros didáticos.....	49
3.2 Sobre a seleção do Plano Nacional do Livro Didático 2018.....	51
3.3 Análise dos livros didáticos Sociologia (PNLD-2018)	55
3.3.1 <i>Tempos Modernos, Tempos de Sociologia</i>	55
3.3.2 <i>Sociologia em Movimento</i>	63
3.3.3 <i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i>	72
CONCLUSÕES	83
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICES	93
2) PROPOSTAS DE AULAS DE SOCIOLOGIA QUE ABORDAM O TEMA DA DITADURA CIVIL-MILITAR.....	94

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou analisar como o tema da ditadura civil-militar brasileira aparece nos livros aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD de 2018. Entendendo que a Sociologia no Brasil reflete uma agenda de problemáticas sociais de cada época (MEUCCI, 2000), essas problemáticas podem também aparecer de forma institucionalizada através dos livros didáticos. Dessa maneira, a pesquisa traz uma reflexão tratando da educação a respeito do direito à memória, em oposição àquela imposta pelo regime militar, visando a identificação da temática nos livros didáticos de Sociologia. Pois, se entendemos o período militar enquanto um processo histórico-social, este também deve ser abordado pela disciplina de Sociologia, colaborando para o desenvolvimento de uma educação em direitos humanos (SILVEIRA, 2007).

O processo educacional após um período ditatorial e desumano deve suscitar nas pessoas a autorreflexão crítica, voltando-se ao esclarecimento dos acontecimentos, para assim buscar afastar-se da repetição destes. De acordo com Carla Borges (2016, p.68), a necessidade da educação em direitos humanos se faz cada dia mais impreterível, pois "as violações aos direitos humanos cometidas pelo regime militar construíram uma narrativa de medo e de silenciamento no Brasil que perdura até hoje". Se entendemos junto com Theodor W. Adorno (2006) a importância de uma consciente educação emancipatória para a não repetição da *barbárie*, o Brasil pouco parece ter se importado com isso. Por isso, Borges (2016), Queiroz (2016) e Barbosa (2007) trazem a relevância de pensar numa educação em direitos humanos, o que implica obrigatoriamente em abordar uma educação pelo direito à memória. A ideia de um esclarecimento a respeito dos acontecimentos da ditadura civil-militar brasileira se deve dar também através da escola, "a fim de não repetirem os mesmos erros anteriores [...] as experiências negativas são um instrumento útil à redefinição de valores" (BARBOSA, 2007, p.157). De acordo com Borges (2016, p.68), uma educação em direito à memória se baseia numa análise do período militar sempre em perspectiva, entendendo que a história não é algo estático, por isso busca por um "ensino sobre os acontecimentos que marcaram a ditadura militar brasileira, seus significados e suas marcas até o presente".

Principalmente após a instauração da Comissão Nacional da Verdade (2011), surgiram muitas informações e pesquisas a respeito dos acontecimentos da ditadura civil-

militar brasileira, contudo, não houve um consistente trabalho de divulgação institucional destas informações, o que se reflete também a nível educacional. Pois, como afirma Carla Borges (2016, p.70) "nas escolas brasileiras, o ensino sobre a ditadura, a formação inicial de professores e o material disponível aos educadores não tratam do tema com a profundidade e delicadeza que ele requer".

Essa falta de profundidade, por parte do campo educacional (e das ciências sociais também), ao tratar das questões da ditadura acabou sendo constatada através da análise dos livros didáticos e dos documentos escolares voltados para o ensino de Sociologia. No primeiro capítulo, que se intitula 'Educação e memória sobre a ditadura civil-militar brasileira', buscamos tratar da elaboração do passado autoritário brasileiro, contudo, para que isso fosse possível, pareceu necessária uma breve contextualização que abordasse alguns dos acontecimentos traumáticos desse período. Após uma abordagem a respeito do caráter generalizado e sistemático das violações aos direitos humanos durante os governos militares, adentramos na discussão teórica apresentada por Adorno. Trazendo à tona suas preocupações com a repetição da barbárie, traçou-se um diálogo entre os pensamentos de Walter Benjamin, Sigmund Freud e Adorno. A busca pela não repetição da barbárie traz consigo a necessidade da elaboração do passado, pois, o passado recalado volta como trauma. Portanto, essa também deve ser uma preocupação pedagógica, como afirma Adorno, pautando uma educação voltada para não repetição. Deslocando essa discussão para o Brasil, onde o tema da ditadura segue sendo uma espécie de "mal-estar silenciado" (KEHL, 2010), buscamos entender algumas das problemáticas em torno do ensino da disciplina de Sociologia. Para tanto, investigamos se nos relatórios dos programas de educação aparecia alguma menção à necessidade da elaboração do passado da ditadura, enfocando, posteriormente, em como a disciplina de Sociologia trata do tema. Sendo assim, foram analisados neste primeiro capítulo os documentos: Programa Nacional de Direitos Humanos - I (1996), Programa Nacional de Direitos Humanos - II (2002), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), as Diretrizes Curriculares Nacionais (2012) e o Programa Nacional de Direitos Humanos - III (2009) — único Programa que apresenta o direito à memória e à verdade como um dos eixos orientadores do Programa.

Passando para o capítulo II, o qual buscou apresentar a Sociologia como disciplina e os direitos humanos como tema transversal, adentramos a discussão sobre a ditadura civil-militar enquanto um tema a ser estudado também pela Sociologia. Apoiando-nos

uma vez mais nos argumentos de Adorno, percebemos a relevância da dimensão histórica para investigação sociológica, além de sua constante preocupação com a escolha de objetos de estudo que visem a não repetição da barbárie. Levando as premissas adornianas em consideração, adentramos o processo de contextualização do projeto educacional implementado pela ditadura, enfatizando a exclusão de diversas das disciplinas pertencentes à área das Ciências Humanas, incluindo a Sociologia. Buscamos, assim, trazer um breve sumário histórico da implementação da Sociologia enquanto disciplina obrigatória para o ensino básico no Brasil. Por fim, o segundo capítulo desta pesquisa traz um mapeamento sobre como o ensino da Sociologia aparece nos documentos oficiais educacionais, refletindo sobre sua presença na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999; 2002), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e na Base Nacional Comum Curricular (2018). Por meio destas leituras buscamos entender se a disciplina de Sociologia se mostra preocupada com uma educação em direitos humanos voltada para a não repetição da ditadura.

O terceiro e último capítulo deste trabalho, Análise dos livros de Sociologia aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (2018), buscou aprofundar-se na pesquisa sobre as obras didáticas da disciplina de Sociologia utilizadas pelo Ensino Médio de todas as escolas públicas do país. De início, o capítulo apresenta uma reflexão sobre como os livros e manuais didáticos refletem as preocupações e temas em voga em cada época histórica. Depois, adentra-se na abordagem de outras investigações que também tenham analisado obras didáticas voltadas para o Ensino Médio, pois, como foi visto, através destas é possível alcançar um parâmetro sobre o cotidiano dos conteúdos escolares. Na tentativa de entender um pouco melhor o processo de escolha das obras didáticas, nos detemos na leitura do Guia de Livros Didáticos para o Ensino Médio (2018) e no Edital de seleção 04/2015. Por fim, a última tarefa desta investigação foi aplicar o roteiro de análise¹ nos três livros didáticos de Sociologia que conseguimos obter para análise: *Tempos Modernos*, *Tempos de Sociologia* (2016), *Sociologia em Movimento* (2016) e *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016). Vale ainda mencionar que, conforme a Tabela 1 desta pesquisa, foram aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (2018) cinco obras didáticas voltadas para disciplina de Sociologia. Contudo,

¹O roteiro de análise elaborada para essa pesquisa encontra-se disponível na parte dos Anexos.

devido à dificuldade em ter acesso a todos esses livros, foram analisadas 3 das 5 obras didáticas aprovadas.

Pensar sobre como se dá o ensino sobre a ditadura civil-militar brasileira nas escolas públicas do país através da disciplina de Sociologia, significa trazer a necessidade de uma educação que reflita sobre o nosso passado autoritário, pois, dessa maneira, também se questiona o presente e se abrem novas perspectivas de futuro. Sendo assim, esta pesquisa buscou entender como se apresentam os estudos sobre a ditadura nos livros de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2018.

Além disso, este trabalho justifica-se por se preocupar com uma educação em direitos humanos através da análise dos livros didáticos de Sociologia. Em tempos onde o desprezo aos direitos humanos se mostra cotidianamente através daqueles que clamam por ações mais duras do Estado, principalmente contra aqueles indivíduos marginalizados, a fragilidade de nossa memória coletiva parece cada vez mais exposta (BARBOSA, 2007). Entender a importância de uma educação que, através do estudo da memória do período autoritário possa questionar o presente e abrir novas perspectivas de futuro, parece ser uma pauta relevante para a Sociologia de nossos tempos (QUEIROZ, 2016). Vale lembrar, que no início de 2019, tanto o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, quanto o então ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmaram que o ensino sobre a ditadura precisa ser alterado nos livros didáticos, os quais trariam uma visão errônea do passado, já que deveriam tratar do período enquanto um "regime democrático de força"². Além destas, muitas são as propostas atuais de negacionismo dos acontecimentos violentos do passado autoritário. Portanto, só uma educação preocupada com a elaboração da memória, e contrária ao esquecimento, pode ajudar a que tais eventos nunca mais voltem a ocorrer. Dessa maneira, fica evidente o papel da Sociologia na luta pela não repetição.

A disputa pelos temas e livros a serem acolhidos pelo PNLD não deixa de ser conflituosa, uma disputa política que se insere em um contexto histórico-social em constante tensão. Nosso trabalho buscou, de certa maneira, dar visibilidade para o tema da memória da ditadura civil-militar, justificando a importância da permanência desse debate no âmbito educacional, mostrando um possível desinteresse para com este tema

² Ministro diz que não houve golpe em 1964 e que livros didáticos vão mudar. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/livros-didaticos-vao-negar-golpe-militar-e-ditadura-diz-ministro-da-educacao.shtml>> Acesso em: 20 abr. 2019.

no campo dos materiais didáticos de Sociologia. Porém, este trabalho não deixa de ser esperançoso que — mesmo com a crítica imanente aqui empreendida — no próximo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), previsto para 2021, o tema da ditadura civil-militar possa aparecer com maior veemência nas obras da disciplina de Sociologia.

CAPÍTULO I: Educação e memória sobre a ditadura civil-militar brasileira

Ficou oficialmente comprovado, principalmente com a publicação relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014), que durante o período da ditadura civil-militar iniciada em 1964, ocorreram inúmeras violações aos direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro. A necessidade de elaborar os momentos em que a barbárie toma conta da civilização é trazida por Theodor W. Adorno (2006), e dialoga, de certa forma, com o compromisso de uma educação voltada para o esclarecimento (KANT, 1974). Se a democracia depende da existência de indivíduos autônomos e emancipados, uma educação em direitos humanos preocupada com a não repetição da barbárie pode vir a contribuir de maneira significativa.

1.1 Contextualizando os acontecimentos da ditadura civil-militar de 1964

Se vamos adentrar na discussão sobre a elaboração do passado, parece interessante mencionar algo a respeito dos acontecimentos traumáticos desse período. Portanto, antes de seguirmos com a apresentação teórica, vamos mergulhar de maneira breve e sucinta na contextualização histórica. Vale mencionar também que o caráter autoritário e opressor do Estado brasileiro não se mostra apenas durante o período da ditadura civil-militar de 1964, pois, tratando-se de algo recorrente no modelo de sociedade em que vivemos, transfigura-se na forma de ditaduras tanto durante o período militar, quanto nos anos da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) .

Ao buscarmos refletir sobre a década de 1960 no Brasil, devemos lembrar, concomitantemente, de acontecimentos mais gerais, mas que influenciaram diretamente em nosso contexto. Acontecimentos como a Guerra Fria, a qual dividia a política internacional entre dois grandes blocos econômicos antagônicos, instaurando a ideia de uma lógica binária "amigo-inimigo" (FEIERSTEIN, 2014; BAUER, 2011). Dessa maneira, no contexto das ditaduras do Cone Sul, a caracterização enquanto "inimigo" dos golpes civil-militares impostos – em sua maioria com financiamento dos Estados Unidos através da Doutrina de Segurança Nacional – significava perseguição, prisão e até morte. Tanto o Brasil, como a Argentina, o Chile, o Paraguai e o Uruguai passaram por duros momentos de repressão militar, por crimes de lesa-humanidade cometidos pelas Forças Armadas em nome do Estado de exceção. Se por um lado, "a vitória da revolução cubana,

no quintal dos Estados Unidos, era uma esperança para os revolucionários na América Latina" (RIDENTI, 2000), por outro, representava uma afronta ao governo estadunidense e uma maior preocupação em assegurar sua hegemonia no Cone Sul. Portanto, é durante a década de 1960, com a atuação do embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, juntamente com a Central Intelligence Agency (CIA), que se inicia o processo de propagação da "necessidade" de um governo militar para assegurar a ordem no país. Para tanto, porém, foi necessário apoiar a derrubada do governo popular do então presidente João Goulart. Aos poucos, o clima de crise governamental foi tomando conta de todo país, culminando, então, na manifestação conhecida como Marcha da Família com Deus pela Liberdade³, em São Paulo, em março de 1964. Enfim, as condições político-sociais para imposição de um governo militar no Brasil pareciam favoráveis.

Em abril de 1964, dava-se o início de um regime ditatorial no Brasil, que deixaria profundas cicatrizes na história, pois como já caracterizou o direito internacional, crimes contra a humanidade são imprescritíveis, marcam as trajetórias dos países para sempre (FEIERSTEIN, 2014). Durante esses anos, o país foi presidido por cinco militares⁴, todos generais do Exército escolhidos pelos seus pares. Em 11 de abril de 1964, o general Castello Branco assume a presidência, enquanto João Goulart exila-se em Montevideu, no Uruguai. Foram mais de 21 anos de uma política estatal de repressão generalizada aos opositores do Estado militar, contando com o aval internacional para se perseguir, prender, torturar e assassinar. As Forças Armadas, ao tomarem o poder em 1964, logo instauraram todo um aparato burocrático em busca de legitimar suas ações repressivas, baixando diferentes Atos Institucionais (AIs) durante todo o período como forma de conter e controlar a população. Dentre as medidas instauradas por estes AIs, encontravam-se a dissolução dos partidos em atividade, a implementação do bipartidarismo, a suspensão do *habeas corpus*, o fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, além de diversas outras medidas que buscavam concentrar os poderes nas mãos dos militares.

³ A qual contou com a presença da classe média, das classes proprietárias, de setores da Igreja, de entidades femininas conservadoras e dos políticos de partidos de direita, que difundiram nos órgãos de comunicação da época o discurso anticomunista.

⁴ Já que vale sempre lembrar, em ordem cronológica, os generais ditadores do período: Humberto Castello Branco (1964-1967), Arthur Costa e Silva (1967-1969), Emílio Gastarrazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985).

Por fim, o que nos interessa neste breve relato dos acontecimentos que permearam o Brasil entre os anos 1960-1990, é entender o caráter generalizado e sistemático das violações aos direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro. Como afirma a Comissão Nacional da Verdade (CNV) em seu relatório final de 2014:

Na ditadura militar, a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em política de Estado, concebida e implementada a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares. Operacionalizada através de cadeias de comando que, partindo dessas instâncias dirigentes, alcançaram os órgãos responsáveis pelas instalações e pelos procedimentos diretamente implicados na atividade repressiva, essa política de Estado mobilizou agentes públicos para a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e tortura, que se abateu sobre milhares de brasileiros, e para o cometimento de desaparecimentos forçados, execuções e ocultação de cadáveres. (BRASIL, 2014, p.963).

1.2 A necessidade da elaboração do passado

A ideia de que a barbárie é intrínseca à civilização apresenta-se de forma evidente nos momentos de violações e crimes contra a humanidade e, por isso, deve ser lembrada, acolhida e elaborada. Como afirma Theodor W. Adorno (2006, p.158) "ninguém estará inteiramente livre de traços de barbárie, e tudo dependerá de orientar esses traços contra o princípio da barbárie". Portanto, a barbárie não é uma exceção, mas um processo que faz parte da civilização.

Através de Sigmund Freud (2010) entendemos os conceitos de barbárie e civilização (cultura), percebendo suas relações tanto com as análises de Adorno (2006), quanto com as de Walter Benjamin (2012). A ideia de que a barbárie é inerente à civilização (cultura), aparece em Benjamin como uma unidade contraditória, um processo dialético (LÖWY, 2005).

Em Adorno a preocupação maior centra-se na iminência constante da repetição da barbárie, algo que relaciona-se de forma direta à elaboração do passado. Já que, segundo este autor, o passado recalcado volta como trauma; por isso, a necessidade de elaborar, de lembrar para não repetir. A memória, portanto, pode ser entendida enquanto um imperativo moral da história. Uma memória que busca o esclarecimento sobre os acontecimentos do passado, sendo este o único modo de evitar o reflorescimento do potencial autoritário presente em todos nós (ADORNO, 2006). A disposição para a barbárie é imanente ao ser humano e, portanto, as tentativas de negar ou de esquecer sua existência, sempre vão ser frustradas. Com isso, Adorno (2006, p.165) sugere que se

busque na educação e na pedagogia pautada pelo esclarecimento a possibilidade de orientação dos impulsos de destruição, de forma com que estes apareçam sublimados em atos não violentos. Prezando por uma educação que leve em conta o argumento de que a barbárie se encontra no princípio civilizatório, o autor aponta para necessidade de entendermos os eventos traumáticos que possibilitam genocídios e violações aos seres humanos, pois só assim poderemos pautar uma pedagogia contrária à sua repetição. A exigência da não repetição deve ser levada a sério, e para que isso aconteça, a memória sobre os ocorridos que não podem se repetir deve sempre estar fresca. "É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos" (ADORNO, 2006, p.121).

A educação que tem por objetivo a não repetição das atrocidades cometidas no passado também visa o "esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes" (ADORNO, 2006, p.123). Dessa maneira, se o imperativo da educação deve ser a não repetição da barbárie, Adorno (2006) apresenta uma proposta concreta: estudar durante muitos anos os culpados por Auschwitz, pois ao conhecer as condições internas e externas que os tornaram assim é possível tirar conclusões práticas que impeçam a repetição. Além disso, o autor enfatiza que entender essas condições não significa buscar algum tipo de natureza autoritária, mas perceber que este estado está relacionado com um processo de formação, e não com a natureza dos indivíduos. Um processo de formação que muitas vezes não trabalhou o esclarecimento e a emancipação. Sendo assim, se a preocupação da educação deve ser a não repetição de Auschwitz, "isto só será possível na medida em que ela se ocupe da mais importante das questões sem receio de contrariar quaisquer potências. Para isto teria de se transformar em sociologia" (ADORNO, 2006, p.137).

Vale mencionar que Adorno (2006) trata do imperativo categórico da não repetição dos momentos de dominação da barbárie por meio do exemplo de Auschwitz, evocando o nazismo como exemplo de monstruosidade e violência. Em nosso caso, há uma utilização direta da teoria adorniana no que diz respeito à não repetição e elaboração do passado, a busca pela orientação dos traços de barbárie através de uma pedagogia do esclarecimento. Porém, nosso exemplo de exigência da elaboração refere-se ao caso da ditadura civil-militar brasileira. Segundo Maria Rita Kehl (2010), mesmo que a

psicanálise trate das questões dos indivíduos, e não das relações sociais como são os problemas do campo da sociologia, se pode pensar na ideia de um "sintoma social",

é possível afirmar que todo agrupamento social padece, de alguma forma, dos efeitos de sua própria inconsciência. São 'inconscientes', em uma sociedade, tanto as passagens de sua história relegadas ao esquecimento [...] quanto às demandas silenciadas de minorias cujos anseios não encontram meios de se expressar (KEHL, 2010, p.124)

Para a autora, existe no Brasil um "mal-estar silenciado" com relação ao passado ditatorial, já que "os vencidos" da ditadura não tiveram oportunidade de elaborar seus traumas. Desse modo, o silêncio sobre o trauma da ditadura acaba se transformando em sintoma social, o qual transparece através da contínua violência presente na sociedade brasileira. O esquecimento e a impunidade aos perpetradores da ditadura, estariam vinculados à contínua violência estatal, sendo esta um sintoma social no país. Além disso, a autora afirma que "quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras" (KEHL, 2010, p.126). Enfatiza a necessidade de que não esqueçamos daqueles sem nome, aplastados pela violência social passada e presente, "[...] o ato de tornar públicas as experiências e as lutas que a história esqueceu e/ou recalçou é fundamental na elaboração dos traumas sociais" (KEHL, 2010, p.128). Portanto, se fazemos da elaboração do passado uma política pública, abrindo a história para o caleidoscópio dos vencidos, as chances da não repetição do trauma social diminuem significativamente (ADORNO, 2006; BENJAMIN, 2012) – assim como também mostra Kathryn Sikkink (2011), em sua pesquisa sobre a diminuição das violações de direitos humanos em países que aplicaram julgamentos aos perpetradores.

O modelo de educação pensado por Adorno (2006) visa, acima de tudo, a não repetição da regência da barbárie. E para que as atrocidades do passado não voltem a ocorrer, demanda-se uma educação voltada para elaboração do passado e para o esclarecimento, "sobretudo o esclarecimento acerca do que aconteceu precisa contrapor-se a um esquecimento que facilmente converge em uma justificativa do esquecimento" (ADORNO, 2006, p.45). Transpondo essas argumentações para o caso brasileiro, percebemos então a necessidade de uma educação preocupada com a memória do autoritarismo e com a formação de sujeitos autônomos, esclarecidos quanto às possibilidades de dominação da barbárie. Prezar por uma pedagogia do esclarecimento no Brasil pode significar inúmeras maneiras de elaborar os diversos momentos históricos em que a barbárie tomou conta da civilização. Contudo, como já mencionado

anteriormente, o recorte aqui selecionado busca perceber de que maneira a memória da última ditadura civil-militar vem sendo elaborada no discurso da educação pública, e mais especificamente, pela disciplina de Sociologia.

1.3 Uma educação em Direitos Humanos preocupada com a memória da ditadura

Em uma sociedade que formalmente deixou de estar sob a égide de uma ditadura apenas em 1985, a busca pela construção e consolidação da democracia assume prioridade. Porém, para alcançar este objetivo, o trauma da ditadura precisa ser elaborado, caso contrário seguiremos sempre ameaçados de sua repetição. É nesse contexto que se insere o que é chamado por Carla Borges (2016) de *educação em direito à memória e à verdade* – preceito cunhado primeiramente no relatório do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), questão que abordaremos mais adiante. Borges (2016) assinala, assim como Adorno (2006), a necessidade da democracia por cidadãos emancipados, conscientes sobre as barbáries do passado e as possibilidades do futuro. Para tanto, a autora afirma a importância de as novas gerações de conhecerem "com profundidade os acontecimentos desse período, seus significados e impactos até os dias atuais. Sobretudo, para não deixar que se repitam." (BORGES, 2016, p.65).

Ao se estudar o período da ditadura civil-militar no Brasil e seus impactos na posterior busca pela construção de uma sociedade democrática, é possível perceber a quebra de relações e de laços de solidariedade entre indivíduos considerados "de esquerda", a instauração do medo e da desconfiança nas relações interpessoais (FEIERSTEIN, 2014). Essas questões podem ser exploradas por uma Sociologia que vise à elaboração pública do passado autoritário, nos moldes adornianos. Mesmo que muitos dos acontecimentos do período ainda sigam confinados a arquivos supostamente desaparecidos, e que parte dessa história ainda permaneça como tabu, depois da divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014), muitas dessas questões foram expostas, nos brindando com uma grandiosa quantidade de material para ser divulgado, estudado e ensinado (BORGES, 2016). Além da Comissão Nacional da Verdade (CNV), é relevante citar trabalhos anteriores⁵, como os Dossiê dos Mortos e

⁵Importante lembrar que antes mesmo dos documentos oficiais, os familiares já vinham organizando informações acerca dos mortos e desaparecidos políticos e outras documentações relevantes para os

Desaparecidos Políticos a partir de 1964, os do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ de 1995, os da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (instituída pela Lei nº 9.140 em 1995) e os do Projeto Brasil: Nunca Mais (encabeçado por Dom Paulo Evaristo Arns, entre 1979 e 1985), a partir dos quais é possível desenvolver políticas de memória voltadas para uma educação em direitos humanos.

Portanto, se tratar da ditadura significa se preocupar com a nossa democracia, poderia-se refletir sobre como essa elaboração do passado aparece enquanto uma demanda na formação dos jovens brasileiros.

Nas escolas brasileiras, o ensino sobre a ditadura, a formação inicial de professores e o material disponível aos educadores não tratam do tema com a profundidade e a delicadeza que ele requer [...] No Brasil encontramos uma situação bastante distinta daquela dos países vizinhos como Argentina, Uruguai e Chile, que passaram igualmente por regimes autoritários e que, para além de fazer justiça e punir os responsáveis pelos crimes, há muito lograram inserir o ensino sobre a ditadura em seus currículos e disciplinas escolares. *Nossos livros didáticos são superficiais ao tratar do tema* e, quando muito, mencionam brevemente as prisões e torturas, ainda as tratando como algo pontual que acontecia nos 'porões', sem contextualizar as razões e as estruturas que permitiram que se chegasse àquelas atrocidades. (BORGES, 2016, p.71, grifo nosso).

Entender a quebra que representou 1964 na estrutura social brasileira pode ser uma das maneiras de se lidar com esse passado. A explanação pública a respeito da memória do autoritarismo pode se dar tanto através de leis – as quais prezam pela implementação de museus, de comissões de investigação, de políticas de indenização, etc – quanto pela inserção de disciplinas, conteúdos e datas que façam com que o tema esteja presente nas escolas, na formação de indivíduos preocupados com a manutenção democrática. Portanto, incluir a elaboração do passado ditatorial nos planos de educação, pode auxiliar no processo de consolidação democrática, tendo em vista que este exige a participação de cidadãos emancipados. Contudo, para que seja possível trabalhar o conteúdo da ditadura civil-militar brasileira, este deve estar vinculado tanto a leis gerais que tratem de sua exigência como conteúdo curricular, quanto a disponibilidade de material didático e de formação para que os professores possam efetivar essa demanda na prática.

Trata-se, sim, de empreender a tarefa individual e coletiva de resgatar a memória e de revelá-la, tal como ela é, afim de não se repetirem os mesmos erros anteriores. E isso cabe à sociedade como um todo, a cada um de seus membros, e, sobretudo, aos educadores em seus respectivos espaços de atuação. [...] É no contexto dessas afirmativas que se insere a importância de

processos que moviam. Inclusive, o relatório final da CNV engloba grande parte da produção dos próprios militantes, então é válido citar também aqui alguns trabalhos deles.

reavivar a memória histórica relativa à ditadura militar (BARBOSA, 2007, p.157)

A abordagem do período militar enquanto conteúdo programático insere-se no contexto de uma educação preocupada com a não repetição das violações de direitos humanos, e com isso, pode aparecer tanto nos programas educacionais, quanto no material didático de um Estado atento à sua consolidação democrática. Dessa maneira, o presente trabalho buscou investigar se nos relatórios dos programas de educação em direitos humanos aparece alguma menção quanto à necessidade de elaboração do passado da ditadura; enfocando, posteriormente, em como a disciplina de Sociologia trata do tema em seu material didático. Se falar sobre a ditadura é falar sobre a democracia, tratar a ditadura em sala de aula deve ser um tema interdisciplinar, mas também objeto da Sociologia. Entendê-la enquanto

um período que radicaliza a violência e as violações aos direitos humanos, mas que é fruto de um processo que há muito vem sendo engendrado na formação cultural e social brasileira, e que segue deixando marcas. Falar de ditadura não é falar de um passado distante que ficou esquecido e que deveria ficar. (BORGES, 2016, p.73).

Porém, o tema do autoritarismo e da elaboração do passado aparece nos documentos e programas educacionais? Se ele aparece, de que forma esse conteúdo se apresenta? Para responder estas perguntas, devemos retroceder ao ano de 1993, quando ocorreu, em Viena, o Congresso Internacional sobre Educação em Prol dos Direitos Humanos e da Democracia, realizado pelo Organização das Nações Unidas (ONU). Este Congresso, instituiu o Plano Mundial de Ação para Educação em Direitos Humanos, e aprovou a Década das Nações Unidas para Educação em matéria de Direitos Humanos (1995-2004). A busca pela construção de uma Educação em Direitos Humanos (EDH) visa o desenvolvimento de indivíduos emancipados, aptos para viver em respeito com os outros e com a democracia. De acordo com Maria Zenaide (2007, p.15), este Congresso da ONU "assinalou aos Estados e instituições a educação, a capacitação e a informação pública em matéria de direitos humanos, de modo a ser incluído em todas as instituições de ensino dos setores formal e não-formal." Logo veremos como a demanda pelo desenvolvimento de uma EDH dialoga com a inserção curricular do tema da ditadura civil-militar brasileira, mas, para tanto, necessitamos entender os impactos da promulgação pela ONU da Década da Educação em Direitos Humanos.

Os valores teórico-metodológicos para a educação em direitos humanos se inserem numa abordagem teórico crítica da educação, considerando que seus

objetivos inserem uma visão crítico-transformadora dos valores, atitudes, relações e práticas sociais e institucionais. (ZENAIDE, 2007, p.19)

Desse modo, a Educação em Direitos Humanos começa a aparecer em documentos brasileiros devido à reivindicação de sua propagação em documentos internacionais como os da ONU. Sendo assim, em 1996 o Governo Federal, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, lança o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH),

transformando direitos humanos como eixo norteador e transversal de programas e projetos de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos [...] referenda dentre suas linhas de ação a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos atendendo o compromisso com a Década da Educação em Direitos Humanos (ZENAIDE, 2007, p.20).

O PNDH foi elaborado pelo Ministério da Justiça em conjunto com diversas organizações da Sociedade Civil, e foi o pontapé inicial pela implementação de uma educação em direitos humanos no país. Contudo, podemos perceber com Marco Antônio Rodrigues Barbosa (2007), que essa era uma reivindicação muito mais antiga, cunhada pelos movimentos sociais por memória, verdade e justiça antes mesmo do final da ditadura civil-militar, principalmente no que concerne a uma educação em direitos humanos que visasse colaborar, também, na formação de policiais militares. Segundo Barbosa (2007, p. 81), a educação em direitos humanos "começou na resistência à ditadura, com a repressão diretamente política, mas sobreviveu posteriormente, incorporando-se – ao que tudo indica com permanência – ao discurso democrático".

A primeira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)⁶ foi lançada em maio de 1996, visando lançar diretrizes para políticas públicas de promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil. Vale lembrar que o PNDH foi elaborado tal como recomendava a Conferência Mundial de Direitos Humanos da ONU, realizada em Viena, em 1993. Este documento apresenta, portanto, inúmeras medidas a serem tomadas pelo país a curto, médio e longo prazo, e dentre estas, encontramos a implementação de uma Educação em Direitos Humanos. A busca pelo desenvolvimento de uma cultura democrática passa pela formação de cidadania, a qual, por sua vez, exige a promoção dos direitos humanos, seja dentro ou fora dos ambientes educacionais. O documento do PNDH⁷ apresenta suas medidas através de diferentes tópicos, e o tema da educação situa-se em "Produção e Distribuição de Informações e Conhecimento". Dentro das políticas a

⁶Decreto nº1904 de 13 de maio de 1996.

⁷Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/i-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-1996.html>> Acessado em: 13/01/2020.

serem implementadas a curto prazo, encontramos a necessidade da criação e efetivação do ensino de direitos humanos nas escolas:

183. Criar e fortalecer programas de educação para o respeito aos direitos humanos nas escolas de primeiro, segundo e terceiro grau, através do sistema de 'temas transversais' nas disciplinas curriculares, atualmente adotado pelo Ministério da Educação e do Desporto, e através da criação de uma disciplina sobre direitos humanos.

184. Apoiar a criação e desenvolvimento de programas de ensino e de pesquisa que tenham como tema central a educação em direitos humanos. (BRASIL, 1996b, s.p.)

Com a leitura do documento, percebemos uma iniciativa de inserir a temática dos direitos humanos nas escolas brasileiras, tanto através das disciplinas curriculares, quanto por meio da criação de uma disciplina específica, ou do fomento à iniciativas já existentes. Contudo, ao buscarmos entender de que maneira o PNDH trata a questão da elaboração do passado ditatorial de 1964 notamos que, na verdade, o documento não lida com o autoritarismo referente ao passado recente. Ao não inserir a memória da ditadura civil-militar como parte de uma educação em direitos humanos, o PNDH visa introduzir uma cultura democrática no país sem elaborar o trauma do autoritarismo do passado recente. Contudo, parece relevante mencionar que muitas das Comissões que advogam em prol do direito à memória e à verdade ainda não haviam sido criadas, ou não possuíam a força nem a estabilidade necessárias para pautar a presença de certos temas – como o de uma educação voltada para memória do autoritarismo – em Programas como o PNDH.

Por isso, vale ressaltar como estas Comissões e organizações possuem forte impacto na consolidação de políticas de memória, sendo desenvolvidas a partir do protagonismo da sociedade civil, que é uma constante ao longo de todos esses anos, entre governos mais ou menos comprometidos com o tema. Em todos esses anos, o ponto inicial para o desenvolvimento de políticas públicas de memória parece vir por parte da própria sociedade civil (familiares, ex-presos e militantes do tema), que nunca desistiram de denunciar. Foram eles que pautaram na conferência de 2009 a importância do tema, sendo depois foi incluído no PNDH-3. Ou mesmo antes, em 1995, com a criação da CEMDP, ou em 1990, quando se descobriu a Vala de Perus.

Se passamos à análise da segunda versão do PNDH, buscaremos, da mesma maneira, entender de que modo o tema da memória da ditadura aparece ligado, ou não, à proposta de uma educação em direitos humanos. O PNDH II⁸ foi lançado em 2002 pelo

⁸ Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/ii-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-2002.html>> Acessado em: 14/01/2020.

Ministério da Justiça, ainda durante o segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, de forma substitutiva e complementar à sua primeira versão. Este segundo Programa buscou atualizar o anterior, além de incorporar novas ações específicas para garantia de direitos, caracterizando-se enquanto uma "oportunidade de balanço dos progressos avançados desde 1996, das propostas de ação que se tornaram programas governamentais e dos problemas identificados" (BRASIL, 2002, s.p.). Entretanto, assim como na primeira versão, o PNDH II não vincula a elaboração do passado ditatorial à promoção de uma educação em direitos humanos. A questão da memória, em ambos documentos, aparece vinculada à recuperação e preservação das identidades de certas comunidades, mas não há qualquer relação com a ditadura de 1964.

Em decorrência dessa preocupação crescente com o desenvolvimento de uma cultura democrática no país, em respeito às diversidades, depois dos primeiros PNDHs resolveu-se elaborar um plano inteiramente voltado à educação em direitos humanos. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) nasceu através do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) em 2003, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Nos anos seguintes, o Plano foi amplamente divulgado e discutido com a população, até chegar em sua versão definitiva em dezembro de 2006, em um documento desenvolvido em parceria com a então Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça. Dessa maneira, o PNEDH, lançado efetivamente em 2007, buscou incorporar as questões relativas à educação já levantadas pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), ao mesmo tempo em que "incorpora aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário" (BRASIL, 2007, p.11). Na busca por desenvolver uma cultura democrática no país, o PNEDH apresenta propostas de ações programáticas voltadas tanto para educação formal – em escolas e universidades – quanto no nível da educação não-formal – junto a movimentos sociais e comunidades.

De acordo com Lúcia Ferreira (2007, p.136), um dos pontos do PNEDH visa "estimular a realização de projetos de educação em direitos humanos sobre a memória do autoritarismo no Brasil, fomentando a pesquisa, a produção de material didático, a identificação e organização de acervos históricos e centros de referência". Sendo assim, no que tange à questão da elaboração do passado da ditadura civil-militar, este documento indica um ponto específico onde o tema deve ser trabalhado. Contudo, essa estratégia

aparece apenas ao se tratar da educação superior, deixando de lado outras instâncias que também deveriam estar permeadas por igual preocupação com a não repetição. De acordo com este documento, as instâncias de educação superior devem "participar da construção de uma cultura de promoção, proteção, defesa e *reparação* dos direitos humanos, por meio de ações interdisciplinares" (BRASIL, 2007, p.37, grifo nosso). Além disso, procura-se

estimular nas Instituições de Ensino Superior a realização de projetos de *educação em direitos humanos sobre a memória do autoritarismo no Brasil*, fomentando a pesquisa, a produção de material didático, a identificação e organização de acervos históricos e centros de referência (BRASIL, 2007, p.41, grifo nosso).

Se conhecer a barbárie nos permite, simultaneamente, afastarmo-nos dela, esse conhecimento em prol de uma cultura não violenta deve se iniciar antes mesmo do ingresso na Universidade. Até porque, sabemos que no Brasil, muitos jovens sequer conseguem ter acesso às Instituições de Ensino Superior. Portanto, uma formação para o esclarecimento deve ser trabalhada desde a primeira infância, sublimando os traços de barbárie, como sugere Adorno (2006).

Além do PNEDH, vale mencionar outras duas importantes ações: as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, e o Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos. Enquanto este último refere-se à formação em direitos humanos na modalidade de Ensino à Distância, voltado para educação não-formal, as Diretrizes reiteram a necessidade dos estudos e pesquisas em direitos humanos, e servem como guia para implementação das propostas educacionais do PNEDH e do Programa Nacional em Direitos Humanos.

Além disso, o documento das Diretrizes, lançado pelo Ministério da Educação em 2012, durante o governo de Dilma Rousseff, enfatiza em seu texto "a importância da organização de acervos da memória institucional como valor democrático e pedagógico" (BRASIL, 2013, p.16).

Entretanto, mesmo com o desenvolvimento de um plano explicitamente voltado à educação em direitos humanos, o documento que apresenta com maior ênfase o imperativo categórico de se lembrar para não repetir é a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-III). Este Programa foi proposto por 31 ministérios, sendo elaborado com ampla discussão popular, incorpora as resoluções da

11º Conferência Nacional de Direitos Humanos, além de outras propostas surgidas através de conferências nacionais realizadas desde 2003. O PNDH-III foi lançado em dezembro de 2009, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O documento está dividido em seis eixos diferentes, os quais referem-se às questões: interação democrática do Estado e da sociedade civil; desenvolvimento e direitos humanos; universalização de direitos em um contexto de desigualdades; segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; educação e cultura em direitos humanos; direito à memória e à verdade. Além disso, os seis eixos estão subdivididos em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 511 ações programáticas.

Certamente o ponto que interessa à essa pesquisa dirige-se ao direito à memória e à verdade, sendo pertinente refletir sobre como a elaboração do passado parece ter ganhado aqui o nível de política pública. Já em sua apresentação, o documento reflete a relevância com que pretende tratar o tema da ditadura civil-militar:

No tocante à questão dos mortos e desaparecidos do período ditatorial, o PNDH-3 dá um importante passo no sentido de criar uma Comissão Nacional da Verdade, com a tarefa de promover esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores. Só conhecendo tudo que se passou naquela fase lamentável de nossa vida republicana o Brasil construirá dispositivos seguros e um amplo compromisso consensual – entre todos os brasileiros – para que tais violações não se repitam nunca mais. (BRASIL, 2009, p.13).

Com isso, é possível notar a existência de um discurso direcionado à consolidação de uma democracia sem dívidas com seu passado, levando a sério as demandas dos movimentos sociais por memória, verdade e justiça. A aparição de um discurso fortemente voltado para a não repetição do passado ditatorial é um dos diversos pontos diferenciais do PNDH-III, em comparação com os Programas anteriores. Isso pode ser explicado tanto pelo fato do Programa ter sido elaborado através de ampla participação popular, incluindo suas diversas propostas, quanto pela nomeação do jornalista Paulo Vannuchi ao cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, pois é conhecida sua atuação na resistência à ditadura. A relevância que o tema do autoritarismo de Estado assume no discurso do ex-ministro fica evidente no prefácio do documento do PNDH-III escrito por Vannuchi:

A memória histórica é componente fundamental na construção da identidade social e cultural de um povo e na formulação de pactos que assegurem a não-repetição de violações de Direitos Humanos, rotineiras em todas as ditaduras, de qualquer lugar do planeta. Nesse sentido, afirmar a importância da memória e da verdade como princípios históricos dos Direitos Humanos é o conteúdo central da proposta. Jogar luz sobre a repressão política do ciclo ditatorial,

refletir com maturidade sobre as violações de Direitos Humanos e promover as necessárias reparações ocorridas durante aquele período são imperativos de um país que vem comprovando sua opção definitiva pela democracia. (BRASIL, 2009, p.19)

A relação entre elaboração do passado militar e a construção de uma democracia permeada pelo conceito de cidadania, participação, esclarecimento e emancipação, parece bastante presente no texto da terceira versão do PNDH. É de interesse deste trabalho entender de que modo o "Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade" do PNDH-III, aborda o tema da ditadura civil-militar como parte integrante de uma educação em direitos humanos. Dessa maneira, vale ressaltar que logo na apresentação do eixo percebemos uma menção direta à relação entre política de memória e democracia.

A investigação do passado é fundamental para construção da cidadania. Estudar o passado, resgatar sua verdade e trazer à tona seus acontecimentos, caracterizam forma de transmissão de experiência histórica que é essencial para a constituição da memória individual e coletiva. O Brasil ainda processa com dificuldades o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964. [...] O silêncio e o esquecimento das barbáries geram graves lacunas na experiência coletiva de construção da identidade nacional. Resgatando a memória e a verdade, o país adquire consciência superior sobre a própria identidade, a democracia se fortalece. (BRASIL, 2009, p.170).

A memória da ditadura, sua elaboração, análise e estudo, pode servir como política pública relevante no fortalecimento da democracia. Mas para que isso aconteça, as medidas devem ser tomadas na prática, o que nem sempre chega a ocorrer, tendo em vista que os temas “memória e direitos humanos” estão sempre permeados por conflitos. De acordo com Laura Moutinho et. al. (2018, p.13), o PNDH-III teve que ser reformulado cinco meses após sua promulgação, pois tocava em temas considerados polêmicos por parte da sociedade brasileira: "as principais mudanças referiam-se à retirada do apoio à descriminalização do aborto (o qual passa a ser tratado como uma questão de saúde pública), à liberação dos símbolos religiosos nas repartições públicas, à retirada de menções sobre a ditadura". O fato de o tema da ditadura ser um incômodo para certos setores da população – especialmente aos militares, que seguem encobrendo e escondendo muitos dos acontecimentos de 1964 – pode indicar uma falta de conhecimento sobre o tema, já que, como o próprio PNDH-III coloca "as violações sistemáticas dos direitos humanos pelo Estado durante o regime ditatorial são desconhecidas pela maioria da população, em especial pelos jovens" (BRASIL, 2009, p.173).

Retomando a questão da necessidade das medidas serem colocadas em prática para que documentos e programas de direitos humanos como este tenham algum efeito, vale

explorar alguns dos objetivos e diretrizes do Eixo VI aqui analisado. De acordo com o PNDH-III, o primeiro objetivo estratégico do Eixo mencionado acima propõe como ação programática: "elaborar até abril de 2010 projeto de lei que institua a Comissão Nacional da Verdade" (BRASIL, 2009, p.174). Objetivo que chegou a ser implementado na prática e que, além de gerar um relatório informativo de suma importância para história do país, também traz recomendações e propostas a serem implementadas, visando a não repetição da barbárie. Voltando ao terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (2009, p.176), percebemos também nas suas diretrizes uma preocupação com a elaboração de políticas de memória voltadas para "preservação da memória histórica e a construção pública da verdade", o que atinge até o campo educacional. Segundo a diretriz nº24 do Eixo VI do Programa:

Objetivo estratégico I: Incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários.

Ações programáticas: [...] f) Desenvolver *programas e ações educativas inclusive a produção de material didático-pedagógico para ser utilizado pelos sistemas de educação básica e superior sobre o regime de 1964-1985 e sobre a resistência popular à repressão.* (BRASIL, 2009, p.176, grifo nosso).

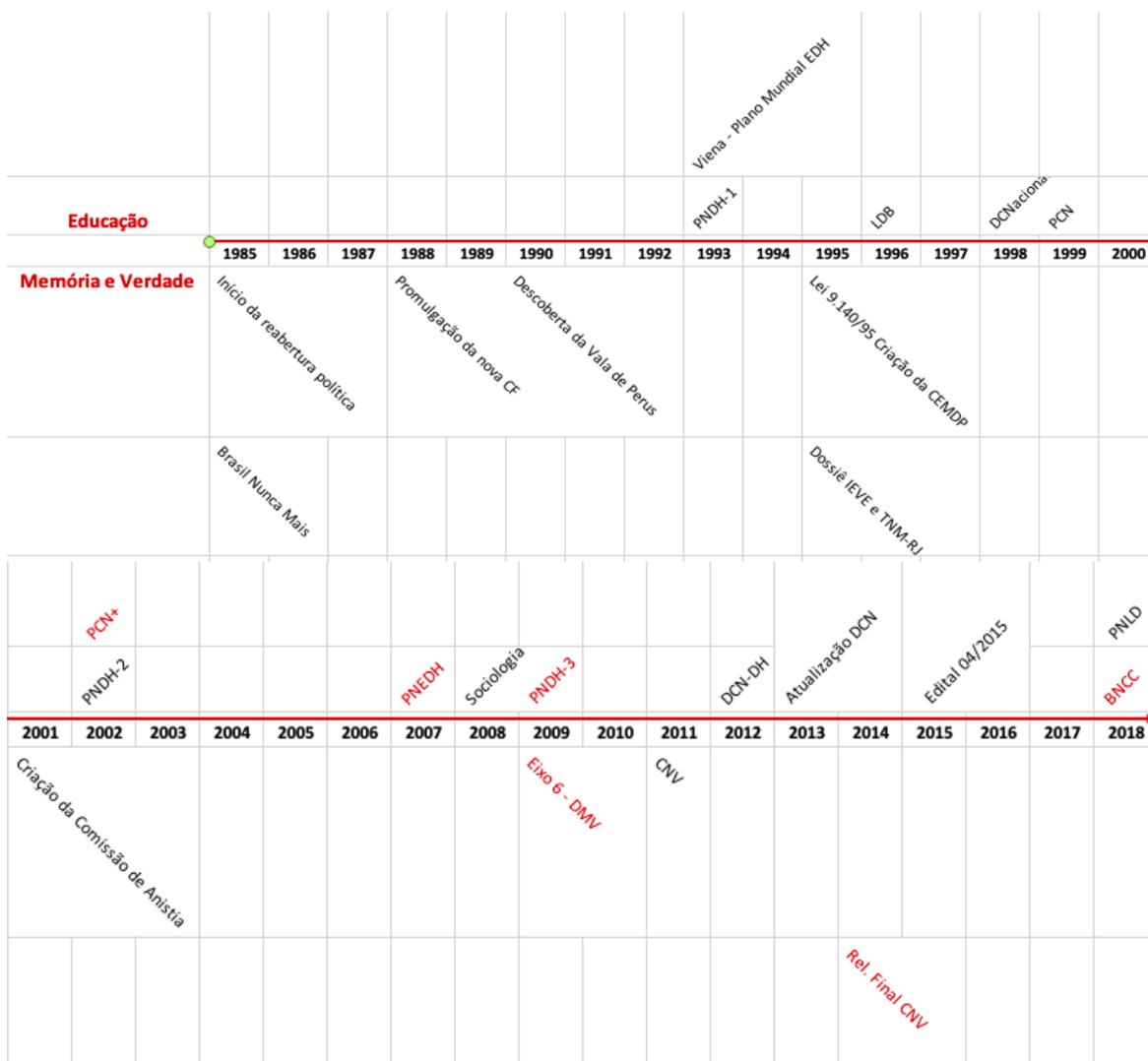
Desse modo, é possível notar como o Programa transparece uma preocupação com a elaboração pública do passado autoritário, tanto por meio de relatórios e investigações nacionais sobre o período, quanto pela construção de espaços de memória, de um diálogo aberto com a população sobre o seu passado, o que induz a necessidade da introdução de uma educação pelo direito à memória e à verdade. O próprio relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o qual foi entregue em 2014, inclui dentre suas diversas recomendações a elaboração do passado em instituições educacionais. As 29 recomendações apresentadas pelo relatório final da CNV, foram desenvolvidas a partir de um mecanismo de consulta pública. Dentre as diversas medidas institucionais recomendadas pelas Comissão Nacional da Verdade, não se poderia deixar de mencionar como tratar os ocorridos da ditadura civil-militar no âmbito educacional. Sendo assim, a medida número 16 refere-se à "Promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação". Segundo a explanação dessa medida:

O compromisso da sociedade com a promoção dos direitos humanos deve estar alicerçado na formação educacional da população. Assim, deve haver preocupação, por parte da administração pública, com a adoção de medidas e procedimentos para que, na estrutura curricular das escolas públicas e privadas dos graus fundamental, médio e superior, sejam incluídos, nas disciplinas que couberem, *conteúdos que contemplem a história política recente do país e incentivem o respeito à democracia*, à institucionalidade constitucional, aos direitos humanos e à diversidade cultural. (BRASIL, 2014, p.970, grifo nosso).

Com a leitura do documento da CNV, percebemos uma vez mais como o conteúdo de uma educação em direitos humanos, preocupada com a consolidação democrática do país, atrela-se diretamente à necessidade da elaboração do passado, do esclarecimento quanto aos ocorridos do período militar. Podemos notar também, como essa medida menciona que o conteúdo sobre a "história política recente do país" deve ser ministrado por suas respectivas disciplinas, o que pode ser interpretado como uma tarefa a ser cumprida pelas Ciências Humanas – englobando, assim, a Sociologia. Dando continuidade à análise das recomendações da Comissão, no que tange a uma educação voltada para não repetição da ditadura, dentre as reformas constitucionais e legais não encontramos nenhum ponto diretamente voltado para a questão educacional, o que surge, então, entre as medidas de seguimento das recomendações da CNV. Dessa maneira, a medida de seguimento número 28, ao propor modos de "preservação da memória das graves violações de direitos humanos", sugere que "devem ser adotadas medidas para preservação da memória das graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV e, principalmente, da memória de todas as pessoas que foram vítimas dessas violações." (BRASIL, 2014, p.974). Ou seja, devem ser implementadas políticas públicas para que nunca se esqueça das violações cometidas durante aquele período de nossa história, e para que pessoas que foram vítimas e lutaram contra o Estado autoritário sempre sejam lembradas. Tratar do passado é tarefa essencial de um Estado que deseja consolidar uma cultura democrática, que valorize os direitos humanos, e a educação é pilar essencial dessa construção. Como assinala Silvana Aparecida de Souza (2016, p.56, grifo nosso),

é preciso produzir mudanças de ordem curricular, introduzindo, por exemplo, a obrigatoriedade do ensino sobre o tema 'História da ditadura militar no Brasil e violação aos direitos humanos', no Ensino Fundamental e Médio, público e privado, no sentido das recomendações do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), pois atualmente o currículo escolar e os livros didáticos passam ao largo dessas temáticas.

Cronologia das políticas educacionais e de memória e verdade:



FONTE: BORGES (2020)⁹.

⁹ Gráfico elaborado por Carla Borges para arguição durante a defesa deste Trabalho de Conclusão de Licenciatura. O gráfico foi cedido pela autora para complementação deste trabalho.

CAPÍTULO II: Sociologia como disciplina e direitos humanos como tema transversal

2.1 A necessidade de uma sociologia histórica

Partindo das constatações expressas no capítulo anterior, seguiremos com a discussão sobre a presença, ou ausência, da elaboração do passado ditatorial através de uma educação em direitos humanos. Contudo, se antes foi possível observar como os documentos oficiais voltados para uma educação em direitos humanos abordam de maneira bastante desigual a temática da memória da ditadura civil-militar brasileira, neste capítulo se propõe uma análise da presença desta temática na disciplina de Sociologia da Educação Básica.

Se nos preocupamos em entender se o tema da ditadura civil-militar de 1964 deve ser um problema para a disciplina de Sociologia, isto se deve a uma compreensão desta enquanto crítica da sociedade. A reestruturação da sociedade brasileira, as mudanças nas relações sociais decorrentes do processo ditatorial são questões indispensáveis à reflexão sociológica. Vale frisar, como sugere Carla Borges, que a ditadura alterou profundamente as relações sociais, interrompendo um momento de mudanças políticas e efervescência cultural. As violações aos direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro durante a ditadura foram crimes que atentaram contra a dignidade humana; como a tortura e o desaparecimento forçado. Borges afirma que estes são crimes de lesa humanidade, imprescritíveis, e que não se direcionam apenas a indivíduos, mas às coletividades: os grupos que ousaram se opor ao golpe, os jovens de periferia, os camponeses, indígenas, LGBTQIs, dentre muitos outros. Portanto, sendo crimes contra a sociedade, devem ser elaborados coletivamente, abrindo possibilidades para elaboração do trauma social. A educação e as escolas são arenas privilegiadas para isso e, como tal a Sociologia não poderia se esquivar do tema (BORGES, 2020)¹⁰.

De acordo com Theodor W. Adorno (2008), a Sociologia é pautada por uma inter-relação recíproca entre fenômeno e essência, ou seja, pela dialética entre fenômeno e essência. Alcançando essa concepção dialética da sociedade, o autor aponta que a disciplina pode fixar certas determinações essenciais, mas deve, ao mesmo tempo, compreender que com o desenvolvimento da sociedade essas determinações já não

¹⁰ Argumentações trazidas pela autora no momento da defesa deste trabalho.

aparecem em seu sentido tradicional. Adorno (2008) explora em suas aulas, tanto a dialética dos conceitos, quanto da sociedade em si, mostrando como a disciplina deve partir de uma análise da realidade para que seja possível alcançar as abstrações necessárias para seu entendimento. Critica, portanto, uma Sociologia orientada apenas pelos métodos de investigação, e não pela relevância de seus objetos de estudo. Ao tratar dos critérios para seleção de objetos de estudo, Adorno (2008, p.77) menciona os ocorridos em Auschwitz, e sinaliza o compromisso com uma Sociologia que busca "evitar a repetição de tais acontecimentos". É seguindo esse compromisso que orientamos também a nossa investigação: "o interesse que isso nunca mais ocorra e que seja interrompido onde e quando ocorrer, e que este interesse, ainda que se trate de aparentes epifenômenos da sociedade, seja determinante na escolha dos problemas e dos meios de conhecimento" (ADORNO, 2008, p.77). Portanto, se entendemos a ditadura civil-militar de 1964 enquanto um dos momentos em que a barbárie tomou conta da civilização em nosso país, faz-se justificável que este seja um tema de profundo interesse para uma ciência da sociedade. Por último, cabe mencionar a importância que Adorno (2008) traz para dimensão histórica presente na Sociologia, pois o material desta disciplina é sempre ao mesmo tempo um material histórico. "A sociedade não pode ser apreendida sem referência aos elementos históricos nela implícitos. O conhecimento histórico não é algo à margem da sociologia, mas algo que nela é central" (ADORNO, 2008, p. 328). Segundo o autor, ao retirar-se a dimensão histórica da disciplina, estamos sancionando a legitimação do existente, da ordem vigente. Na mesma perspectiva, Octavio Ianni (2011) afirma – durante uma palestra em 1985 aos professores de Sociologia da cidade de São Paulo – que a historicidade é a chave de trabalho do docente crítico (IANNI, 2011).

Após esse primeiro parágrafo teórico, fundamentamos novamente a busca por alcançar uma interpretação que reflita sobre como a Sociologia vem tratando das questões relacionadas ao passado autoritário; optando-se por uma abordagem que trate da construção histórica desta disciplina. Dessa maneira, apenas através da narrativa histórica será possível compreender como o currículo da disciplina de Sociologia vem tratando da memória referente à ditadura civil-militar.

De acordo com Emir Sader (2007) e Silvana Aparecida de Souza (2016), 1964 muda o sentido do desenvolvimento econômico do país, o que gera consequências diretas no sistema educacional. Um reflexo disso pode ser percebido através dos acordos e convênios de cooperação técnica firmados entre o Ministério da Educação e Cultura

(MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Por meio da USAID, os Estados Unidos conseguiram atuar em praticamente todos os níveis de ensino dos países latino-americanos durante as ditaduras da doutrina de segurança nacional (CVSP, 2015). Além disso, Silvana de Souza (2016) lembra como o MEC, a partir de 1964, passa a ser comandado por militares, juristas, engenheiros e médicos, sendo retirado das mãos dos profissionais da área da educação. A mudança na direção dos investimentos públicos durante a ditadura acarreta a expansão de uma escola pública barata e precária, acompanhada pelo aumento de incentivos ao setor educacional privado (SOUZA, 2016). Outras características importantes relacionadas à política educacional do Brasil ditatorial são traçadas pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (2015) – Tomo I, Parte I. Segundo esta Comissão (CVSP), a perspectiva dos países que adotaram a Doutrina de Segurança Nacional, foi a da privatização do acesso à educação.

O projeto pedagógico almejado pelos militares buscava inculcar a manutenção da ordem por meio do civismo e do patriotismo ensinados como temas obrigatórios nas escolas e universidades. Silvana de Souza (2016) e Maria do Carmo Martins (2014), apresentam um panorama do projeto de educação pensado durante o governo militar, deixando evidente como o sistema formativo da época visava inculcar o disciplinamento e a obediência civil. A argumentação teórica em defesa da obrigatoriedade do ensino sobre o passado autoritário aparece de forma bastante clara no primeiro capítulo deste trabalho; cabendo aqui apenas mencionar como estas autoras, que estudaram o sistema educacional do período militar, defendem que entendamos os acontecimentos daqueles anos para que nunca mais se repitam.

Ao investigarmos o sistema educacional durante a ditadura civil-militar, notamos como, o novo modelo do currículo escolar, excluía as disciplinas pertencentes à área das Ciências Humanas. Dentre estas estava a disciplina de interesse ao nosso trabalho: a Sociologia.

Ao tentar entender as dificuldades que a Sociologia encontra para se manter no currículo escolar, Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (2017, p.58) se questiona sobre "qual incômodo traz a Sociologia que a faz ser alvo permanente nas reformas educacionais?". Esse status de "disciplina intermitente" observado pela autora, acaba gerando uma série de problemas, como a falta de acúmulo pedagógico para os professores da disciplina, a indecisão na escolha das temáticas obrigatórias a serem trabalhadas, falta

de professores formados na área, além de muitas outras questões que aparecem em torno da disciplina até os dias de hoje (MENDONÇA, 2017).

Tanto Moraes (2011), quanto Mendonça (2017) sinalizam a obrigatoriedade da Sociologia no ano de 1925, por meio da promulgação da reforma Rocha Vaz, a qual inseriu a disciplina nos anos finais dos cursos preparatórios. Foi através dessa reforma que se institucionalizou e se espalhou o ensino de Sociologia nas Escolas, contudo, ainda seguia o problema da ausência de formação para professores na área. Nessa época ainda não existia um Ministério totalmente direcionado à educação, o que ocorre em 1931, com a reforma Francisco Campos, a qual estabeleceu o Ministério da Educação e Saúde Pública, além de manter a Sociologia como disciplina obrigatória. O ano de 1934 é marcado pela inauguração do primeiro curso de Ciências Sociais no país, na Universidade de São Paulo (USP). Mesmo assim, Amaury Moraes (2011, p.363) atenta para o fato de que sempre houve uma dificuldade em volta do curso para formação de professores, "o que prejudicou enormemente a formação de uma tradição na organização de cursos de licenciatura". Passando para o ano de 1942, Mendonça (2017) e Moraes (2011) abordam a reforma Capanema e como esta marcou o fim da obrigatoriedade do ensino de Sociologia – lembrando que a disciplina havia estado presente nas escolas secundárias de 1925 a 1942.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é de 1961, contudo, mesmo durante um período caracteristicamente democrático, não se previu o retorno da Sociologia, mantendo-a como disciplina opcional (MORAES, 2011). Dessa maneira, a disciplina de Sociologia inicia seu trajeto de volta para as escolas apenas no início da década de 1980, quando a ditadura civil-militar estava em fase de abertura. A primeira proposta curricular para o ensino de Sociologia é de 1986, a qual estabelece o tratamento dos movimentos sociais como tema transversal para aproximação com os estudantes. Em 1996, o senador e antropólogo Darcy Ribeiro sanciona a LDB nº 9394/96, na qual "a Sociologia é nomeada claramente, junto com a Filosofia; no entanto, o tratamento a ser dado a ambas permanece obscuro na expressão 'domínio de Filosofia e Sociologia necessários para o exercício da cidadania'. " (MORAES, 2011, p.369).

Por fim, adentrando já no ano de 2005, é elaborado um parecer requerendo-se outra interpretação da LDB, no qual se propõe a obrigatoriedade da Sociologia e da Filosofia (MENDONÇA, 2017). Este parecer acaba tornando-se uma consulta do Ministério da

Educação e Cultura (MEC) juntamente com o Conselho Nacional de Educação, sendo aprovado pelo Congresso Nacional em 2008. Portanto, Sueli Mendonça (2017) esclarece que a Lei nº 11.684/2008, sancionada pelo Presidente, alterou a LDB, tornando obrigatórias nas três últimas séries do Ensino Médio – tanto em escolas públicas, quanto nas particulares – as disciplinas de Sociologia e Filosofia. Contudo, a autora sinaliza o quanto recente é a inclusão da Sociologia e da Filosofia como disciplinas obrigatórias nas escolas públicas do país, apontando para o fato da desigualdade de acesso a esse conhecimento. A partir de então, desde 2006 expandiu-se um cenário mais estável e propício para o ensino de Sociologia no país, muito devido aos impulsos do Conselho Nacional de Educação, os quais levaram também à inclusão da disciplina no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2009. Entre 2010 e 2011 houve a seleção de obras, divulgadas no Guia de 2012.

2.2 A memória da ditadura aparece enquanto um tema da Sociologia nos documentos educacionais?

Com a apresentação inicial sobre o projeto educacional colocado em prática durante a ditadura civil-militar e a posterior demonstração sobre o trajeto de institucionalização da disciplina de Sociologia no país, seguimos para o momento final de mapeamento sobre como a Sociologia aparece nos documentos oficiais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999; 2002), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e na Base Nacional Comum Curricular (2018). Através da leitura destes documentos, buscou-se perceber se a disciplina de Sociologia se mostra preocupada com uma educação em direitos humanos voltada para a não repetição da ditadura civil-militar.

A lei que determina a nova divisão escolar no pós-ditadura, instituindo a Educação Básica formada por Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, é a Lei nº 9.394 de dezembro de 1996, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). De acordo com este documento, a educação deve buscar o desenvolvimento do educando para exercício da cidadania e sua formação para o trabalho, sendo esta um dever da família e do Estado. No que se trata dos currículos escolares, a LDB aponta que estes

devem "abranjer, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da *realidade social e política*, especialmente do Brasil" (grifo nosso, parágrafo I, capítulo II). Dentre as várias diretrizes para os conteúdos curriculares, a lei reforça a importância do respeito ao bem comum e a ordem democrática, mostrando-se preocupada, portanto, com a manutenção da democracia, trazendo este como um dos papéis possíveis para a escolarização dos educandos. Por fim, ao tratar das finalidades do Ensino Médio, o documento determina a necessidade do aprofundamento dos conhecimentos, a preparação básica para o trabalho e cidadania, a relação teoria e prática no ensino de cada disciplina, e o "aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico" (LDB, 1996). Ainda a respeito das finalidades do Ensino Médio, foi interessante perceber como a lei descreve que, ao final do Ensino Médio, o educando deve demonstrar "domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários para o exercício da cidadania". A interpretação dessa frase, por anos, foi assumida pela não obrigatoriedade da disciplina de Sociologia e Filosofia¹¹, como demonstra Amaury Moraes (2011), sendo estas implementadas como parte do currículo somente em 2008, através da lei nº 11.684/2008. A LDB, por ser o documento fundante da educação como conhecemos hoje, não apresenta maiores detalhes a respeito dos conteúdos escolares, traçando apenas o caminho a ser seguido pela educação brasileira, a qual entrava em uma nova etapa de desenvolvimento naquele período.

Passando para análise do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018, não iremos adentrar nas críticas e discussões relacionadas a este documento, atendo-nos apenas a uma percepção geral da Sociologia enquanto disciplina e suas possíveis relações com as questões dos direitos humanos e da ditadura civil-militar. Baseada na LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, a Base visa "nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas" (p.5) buscando alcançar certa uniformidade em todas as propostas pedagógicas das escolas do país. Assim, o documento, de caráter normativo, "influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a *produção dos materiais didáticos*, as matrizes de avaliações e os exames nacionais" (grifo nosso, BNCC, 2018, p.5). Em suma, o documento da BNCC

¹¹ Entretanto, segundo Nise Jinkings (2017) essa ideia não predominou no país, pois, mesmo não sendo disciplinas obrigatórias em lei federal, em muitos estados elas já haviam sido decretadas como obrigatórias, antes mesmo de 2008.

visa definir o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes, ao passar pela Educação Básica, devem adquirir. Dentre as aprendizagens essenciais, a Base aponta a necessidade do desenvolvimento de 10 competências gerais, uma das quais direciona-se especificamente à promoção e ao respeito aos direitos humanos. No que tange à etapa do Ensino Médio, a BNCC (2018) aponta para necessidade de práticas pedagógicas que relacionem o conhecimento teórico com a prática, mostrando como a teoria pode ajudar na resolução de problemas da realidade. Quando se trata do currículo para o Ensino Médio, o documento a BNCC implementa um novo modelo de "itinerários formativos", os quais seriam "organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino" (BNCC, 2018, p.468). Aqui percebemos a ideia da flexibilização como princípio da organização escolar, juntamente com a precarização de certificação na formação do estudante e a desqualificação dos professores (devida à falta de exigência da licenciatura para lecionar e a possibilidade de ministrar disciplinas através da comprovação de "notório saber"). As possibilidades de itinerários formativos de acordo com a BNCC são: I) Linguagens e suas tecnologias; II) Matemáticas e suas tecnologias; III) Ciências da natureza e suas tecnologias; IV) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; V) Formação técnica e profissional. Para cada um desses itinerários, ou seja, para cada uma dessas áreas do conhecimento, são definidas e articuladas aprendizagens essenciais e competências específicas, sendo atreladas às últimas, habilidades específicas a serem desenvolvidas pelos estudantes. Quando se trata da formação dos estudantes do Ensino Médio, parece interessante mencionar o peso e a ênfase atribuídas pela Base ao desenvolvimento e incorporação de tecnologias digitais e computação, além da menção da busca por um "sentido empreendedor" a ser propagado aos estudantes.

Deslocando a discussão para análise do itinerário formativo que aqui nos interessa, o de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, notamos a presença das disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Segundo o documento da BNCC (2018, p.477-478) este itinerário formativo visa o

aprofundamento dos conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em relações sociais, modelos econômicos, processos políticos, pluralidade cultural, historicidade do universo, do homem e natureza, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

Desse modo, a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas preocupa-se com a apreensão do conteúdo de diversas disciplinas, buscando tematizar e problematizar algumas categorias, como: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduos, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; Política e Trabalho. Ao mapear os temas e conhecimentos abordados por cada uma destas categorias, percebemos a falta de uma categoria voltada para elaboração do passado, assim como é sugerido pelo Programa Nacional de Direitos Humanos – III. Segundo esta documentação, o tema do direito à memória e à verdade deveria nortear um programa educacional voltado ao esclarecimento acerca do autoritarismo, para que este nunca mais se repita. Talvez a categoria Tempo e Espaço, por ser relativamente abrangente, poderia englobar o estudo da memória da ditadura civil-militar, acompanhando o imperativo moral da não repetição da barbárie traçado por Adorno (2008). Porém, não o faz. Esta categoria, além de estar evidentemente direcionada à disciplina de História, e não à Sociologia, trata de forma difusa e abrangente o estudo dos acontecimentos do passado, ao referir-se

a análise dos acontecimentos ocorridos em circunstâncias variadas que torna possível compará-los e observar suas semelhanças e diferenças assim como compreender processos marcados pela continuidade, por mudanças e por rupturas (BNCC, 2018, p.563)

Seguindo a análise do documento da Base, foi possível notar como as menções aos direitos humanos nunca se relacionam às questões da ditadura, ou a outros eventos traumáticos da história brasileira. Sendo assim, o conceito de direitos humanos para o documento da BNCC carece da dimensão histórica traçada por Adorno (2008), a qual possibilita um estranhamento com ordem vigente das coisas. A interpretação de conceitos é sempre um campo de disputas, e os direitos humanos, portanto, não fogem à regra.

Seguindo com a análise das discussões trazidas para a área de Ciências Humanas e Sociais, notamos como a categoria Tempo e Espaço permite operacionalizar conceitos amplos, como os de temporalidade, memória, identidade, sociedade, conceitos que podem interrelacionar os campos da Sociologia e da História, trazendo uma perspectiva abrangente e apta para análise de diversos fenômenos sociais, mas esta não é uma relação posta pelo documento. Dentre as habilidades sugeridas a serem desenvolvidas, a competência específica número cinco, busca a promoção, divulgação e respeito aos direitos humanos. Contudo, mais uma vez o documento da Base volta-se para essa questão sem nunca relacionar as violações dos direitos humanos com momentos históricos específicos, pois a ideia de direitos humanos ali está relacionada à cidadania,

operacionalizando-a de forma vaga, difusa e abstrata, sem relacionar com situações concretas da vida social. Não há uma relação entre memória, história e política na compreensão da categoria direitos humanos. As habilidades relacionadas à competência específica número cinco buscam "analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc, desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação e identificar ações que promovam Direitos Humanos" (BNCC, 2018, p.577).

Após esse mapeamento mais geral do documento da Base Nacional Comum Curricular, onde buscamos perceber como a Sociologia é tratada e quais as relações desta disciplina com a elaboração do passado e a promoção de uma educação em direitos humanos, foi feita uma busca mais específica com relação ao tema do autoritarismo e da ditadura civil-militar de 1964. Com isso, encontrou-se o tema do regime militar amplamente elaborado pela disciplina de História, no que se refere ao 9º ano do Ensino Fundamental. Neste momento escolar, o documento da BNCC sugere a unidade temática: *Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil pós 1946*. Mesmo não se referindo ao nosso escopo de análise – já que nos interessa aqui perceber como a disciplina de Sociologia, que é instituída apenas no Ensino Médio, aborda a questão da ditadura – pareceu interessante discutir como essas questões são abordadas pela disciplina de História no Ensino Fundamental, uma vez que essa discussão poderia ser elaborada também pela Sociologia, dentro das discussões epistemológicas desta área. Portanto, a modo de exemplo, trazemos a abordagem dada a essa unidade temática, sendo seus objetos de conhecimento: a) "a ditadura civil-militar e os processos de resistência;" e b) "as questões indígena e negra e a ditadura". Ainda a respeito dos objetos de conhecimento, estes desdobram-se em diversas habilidades, sendo as três primeiras de especial interesse:

Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos

Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura. (BNCC, 2018, p.430-431)

Através da descrição destas habilidades, percebemos a amplitude do tema da ditadura civil-militar, reconhecendo que entender os acontecimentos do período é só uma parte de todo processo social ocasionado pelo golpe e por suas mudanças estruturais. A quebra de

laços sociais, de identidades políticas, de todo um projeto de país que vinha sendo desenvolvido também faz parte da análise desse período, que marca nossa história até os dias atuais.

Com relação à busca mais específica a respeito do autoritarismo no Brasil, este tema aparece no Ensino Médio, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Com relação a esta área, a competência específica número seis implica em "participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade" (BNCC, 2018, p.578). A competência específica citada, se mostra como diretamente relacionada à disciplina de Sociologia, e dentre suas habilidades a serem desenvolvidas encontramos:

identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do *autoritarismo* e do populismo na política, na sociedade e *nas culturas brasileira e latinoamericana em períodos ditatoriais e democráticos*, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção de democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual (grifo nosso, BNCC, 2018, p.579).

Deste modo, a partir da habilidade descrita, se torna possível pensar em uma Sociologia que se preocupe com a elaboração do passado. Contudo, vale lembrar que em todo documento, esta é a única menção do período ditatorial como um possível tema para área de Sociologia. Mesmo assim, este é tratado de forma vaga, sem mencionar o direito à memória e à verdade acerca dos ocorridos durante a ditadura civil-militar brasileira, ou a manutenção da memória enquanto um imperativo moral para não repetição da barbárie.

Após a análise do documento da Base Nacional Comum Curricular, adentramos na leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013). As Diretrizes (DCNs) são um documento amplo, que visa abordar os diversos modelos de educação básica presentes em nosso país, trazendo princípios pedagógicos a serem trabalhados por cada modelo educacional. Vale mencionar que o primeiro documento foi publicado em 1998, logo após a LDB, sendo este de 2013 uma atualização da primeira versão. As Diretrizes, juntamente com a LDB, são os documentos mais fundamentais que regem o processo educacional brasileiro, sendo ambos documentos pilares para a escrita da BNCC, já que "são estas diretrizes que estabelecem a base nacional comum, responsável

por orientar a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras." (DCNs, 2013, p.4). A elaboração deste documento das DCNs deu-se através de uma série de debates, estudos e audiências públicas, com a participação de entidades, professores, profissionais da educação.

A respeito dos princípios pedagógicos desenvolvidos pelas Diretrizes, parece interessante mencionar a existência de uma atenção frequente para as questões vinculadas ao respeito e à promoção de uma educação em direitos humanos. Sendo assim, "os princípios pedagógicos da identidade, diversidade e autonomia, da interdisciplinaridade e da contextualização são adotados como estruturadores do currículo." (DCNs, 2013, p.154). Mas, além destes princípios estruturadores, o documento também propõe o trabalho enquanto um princípio educativo (na perspectiva do ser humano ser produtor da própria realidade), a pesquisa científica enquanto um princípio pedagógico, e os direitos humanos como um princípio norteador. Isto é, todas as escolas possuem o papel de garantir o respeito aos direitos humanos, buscando "*compreender a relação indissociável entre democracia e respeito aos direitos humanos*" (grifo nosso, DCNs, 2013, p.165). Além do mais, o Estado brasileiro deve ser responsável e garantir a promoção desse aprendizado em todos os níveis e modalidades de ensino. As diretrizes seguem enfatizando a importância de uma educação voltada para os direitos humanos:

desenvolvem a capacidade de ações e reflexões próprias para promoção e proteção da universalidade, da indivisibilidade e da interdependência dos direitos e da reparação de todas as suas violações. [...] é imprescindível propiciar espaços educativos em que a cultura de direitos humanos perpassa todas as práticas desenvolvidas no ambiente escolar, tais como currículo, formação inicial e continuada dos profissionais de educação, o projeto político-pedagógico, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação, conforme dita o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). (DCNs, 2013, p.165)

Percebemos aqui, além da relevância dada ao tema dos direitos humanos, uma interpretação bastante ampla do conceito, que mesmo sendo operacionalizado de forma vaga, busca promover a necessidade da sua promoção para reparação e prevenção de violências. Entretanto, uma vez mais a ideia de direitos humanos parece desvinculada de sua dimensão histórica e política, não englobando o direito à memória e à verdade. A dimensão moral da não repetição uma vez mais é deixada de lado.

A respeito do currículo e do trabalho pedagógico em sala de aula, as Diretrizes explicam como não há neutralidade no processo educativo, já que toda ação educativa é intencional. O currículo é fruto de decisões, e escolher certas temáticas dentre tantas

outras é fruto de intervenção humana e não neutralidade. Dessa maneira, "as decisões sobre o currículo resultam de um processo seletivo, fazendo-se necessário que a escola tenha claro quais critérios orientam esse processo de escolha" (DCNs, 2013, p.182). Ao tratar do currículo, o documento aproveita para trazer também a relevância de abordagens interdisciplinares, e do trabalho com temas transversais, os quais podem instigar os estudantes a se engajarem de forma mais aprofundada nos conteúdos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p.184),

a interdisciplinaridade pressupõe a transferência de métodos de uma disciplina para outra. Ultrapassa-as, mas sua finalidade inscreve-se no estudo disciplinar. Pela abordagem disciplinar ocorre a transversalidade do conhecimento constitutivo de diferentes disciplinas, por meio da ação didático-pedagógica mediada pela pedagogia dos projetos temáticos. [...] A transversalidade é entendida como forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. (DCNs, 2013, p.184)

É a partir dessa explicação que poderíamos pensar na inclusão de discussões a respeito da ditadura civil-militar de 1964, mas isso não está dado pela documentação analisada. Sabemos que o tema do autoritarismo de Estado pode ser trabalhado com base nesta ideia de tema transversal, presente nas disciplinas da área de Ciências Humanas, assim como acontece com tema dos direitos humanos. Se a promoção e respeito dos direitos humanos aparece como tema essencial de quase todos documentos oficiais educacionais (mesmo que de forma vaga e anti-histórica), não deveríamos também nos preocupar em entender as violações históricas ocorridas em nosso país a partir deste conceito? Claramente essa proposta não abarca apenas o conhecimento das violações e resistências do período da ditadura civil-militar, mas visa promover o entendimento do caráter autoritário e violento de nosso país desde o período colonial até os dias atuais.

Por fim, ao buscarmos mapear se o tema da ditadura civil-militar e do autoritarismo aparecem especificamente no documento das Diretrizes Nacionais Curriculares, encontramos a presença de debates que tangenciam o período militar dentro da modalidade da educação escolar quilombola. Ao tratar da proposta curricular para educação quilombola, o documento sinaliza a necessidade de incorporar os conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas em articulação com o conhecimento escolar, buscando "valorizar o passado e recriar o presente" (DCNs, 2013, p.462). Ao trazerem a necessidade da valorização do passado para construção da identidade dos estudantes quilombolas, o documento não deixa de mencionar que se deve

entender a ancestralidade e a transmissão de conhecimento de forma histórica, tratando inclusive do antes e depois da ditadura civil-militar de 1964. É relevante perceber o peso que o conhecimento histórico carrega na construção das identidades; com certeza, para o povo quilombola, a necessidade de entender sua ancestralidade e seu passado leva um significado muito diferente do que para as outras modalidades educacionais, o que não quer dizer que essa questão não deva ser trabalhada com os estudantes de todas as modalidades. Conhecer o passado possibilita novas construções de futuro; possibilita afastarmo-nos do autoritarismo e das violações aos direitos humanos.

Finalmente, os últimos documentos a serem analisados referem-se aos Parâmetros Curriculares, os quais não são de caráter normativo e, portanto, caracterizam-se enquanto sugestões a serem trabalhadas no processo formativo. Primeiramente, buscamos entender como a disciplina de Sociologia dialoga com as questões dos direitos humanos e da ditadura no documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, 1999). De acordo com o Ministério da Educação, esses parâmetros servem "de estímulo e apoio à reflexão sobre a prática diária, ao planejamento de aulas e sobretudo ao desenvolvimento do currículo na escola". Ao adentrarmos no PCNEM especificamente, percebemos a defesa e valorização do desenvolvimento das Humanidades enquanto ciências autônomas, sendo a disciplina de História preocupada com as questões da memória e da identidade nacional, a Filosofia aparece mais vinculada às questões de cidadania e direitos humanos e a Sociologia volta-se para ordenar e reordenar as relações sociais. Portanto, apenas a disciplina de História parece estar voltada aos estudos da ditadura, preocupando-se com a análise da memória socialmente construída. Enquanto isso, a Sociologia se direciona ao estudo dos clássicos, buscando entender os paradigmas fundamentais da tradição sociológica. Dessa maneira, de acordo com os Parâmetros, a Sociologia deve "instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social [...] análise contextualizada no sistema social brasileiro" (PCNEM, 1999, p.37). Se essa disciplina visa, conforme a citação acima, entender e analisar a realidade social brasileira, a vinculação com um entendimento histórico faz-se essencial nesse processo. Com isso, poderíamos inserir nos questionamentos sobre a violência da polícia brasileira, por exemplo, reflexões a respeito dos resquícios da ditadura nas instituições do país. Contudo, o documento segue sem apontar diretamente para essas questões, mas abre brechas para o tratamento da temática do autoritarismo em sala de aula, já que "em termos históricos, cabe também realizar uma

reflexão sobre a relação entre Estado e sociedade, identificando as diversas formas de exercício da democracia [...] a questão da legalidade e da legitimidade do poder" (PCNEM, 1999, p.41).

Ao passarmos à análise das Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+, 2002), nos deparamos com um documento diretamente voltado às Ciências Humanas e suas Tecnologias. Desse modo, percebemos desde o início a preocupação do documento com a interdisciplinaridade, pois "a seleção dos conceitos estruturadores da Sociologia deve levar em conta a contribuição fundamental dessas áreas das Ciências Humanas e Sociais" (PCN+, 2002, p.87). Nas Orientações, a disciplina de Sociologia apresenta a necessidade de instigar uma investigação social a partir de questões do cotidiano, trazendo o conceito de cidadania como um dos estruturantes deste conteúdo. Assim,

para a elaboração desse conceito é fundamental uma pesquisa que considere as relações entre indivíduo e sociedade; as instituições sociais e o processo de socialização; as definições de sistemas sociais; a importância da participação política de indivíduos e grupos; *os sistemas de poder e os regimes políticos; as formas do Estado; a democracia*; os direitos dos cidadãos (grifo nosso, PCN+, 2002, p.89).

Portanto, através da citação acima, fica evidente a necessidade da Sociologia trabalhar temas relacionados aos regimes políticos, para que assim possamos também fortalecer nossas noções de democracia. O documento do PCN+ segue apresentando as competências e habilidades a serem desenvolvidas pela disciplina, sendo a primeira voltada para questões teóricas e metodológicas, a segunda para o conceito de cultura, e a terceira para o trabalho e a cidadania como conceito. E então, dentro das habilidades a serem desenvolvidas pela Sociologia, as Orientações propõem sugestões de organização de eixos temáticos, sendo o eixo número quatro – Política e Sociedade – de particular interesse para a nossa pesquisa. Este eixo, engloba um tema chamado Política e Estado, o qual divide-se nos subtemas: diferentes formas de Estado, e o Estado brasileiro e os regimes políticos. É então que, ao trazer questões referentes ao campo da Ciência Política, o documento educacional refere-se explicitamente sobre a possibilidade de tratar os ocorridos da ditadura civil-militar em sala de aula:

A comparação entre períodos democráticos e autoritários da história política brasileira pode gerar seminários, a realização de entrevistas e a exposição de histórias de vida. É possível até mesmo levar *pessoas que viveram os tempos difíceis das ditaduras para dar testemunho*. Filmes e vídeos também podem servir de suportes para as atividades programadas. As possibilidades de

trabalhos conjuntos de Sociologia e História são evidentes. (grifo nosso, PCN+, 2002, p. 97)

Com essa argumentação é possível perceber como o documento do PCN+ parece ser o que mais se aproxima ao que foi delineado posteriormente pelo Programa Nacional de Direitos Humanos - 3 (PNDH-3, 2009). Como vimos no capítulo anterior, a terceira versão do Programa conta com um eixo orientador totalmente voltado ao Direito à Memória e à Verdade, o que também abrange ao tratamento deste tema nas escolas do país. As Orientações Educacionais Complementares parecem se preocupar desde cedo com a elaboração do passado autoritário e com a consolidação da democracia no Brasil. Contudo, vale lembrar que este documento não possui caráter normativo, diferentemente da BNCC, a qual se caracteriza enquanto lei.

CAPÍTULO III: Análise dos livros de Sociologia aprovados no Plano Nacional do Livro Didático - PNLD 2018

Seguindo nossa busca por entender como a Sociologia, enquanto disciplina escolar, trata da memória do passado ditatorial, adentramos na análise dos livros didáticos. Contudo, devemos sempre lembrar do caminho intermitente da institucionalização da Sociologia enquanto componente curricular, já que esta tornou-se obrigatória apenas em 2008, e participante do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a partir de 2011 (MENDONÇA, 2017).

3.1 Algo sobre livros didáticos

De acordo com Simone Meucci (2000), a Sociologia no Brasil reflete uma agenda de problemáticas sociais, problemáticas que, muitas vezes, aparecem de forma institucionalizada através dos livros didáticos. Portanto, se entendemos o período militar enquanto um processo histórico-social que deve ser lembrado para que nunca mais se repita (ADORNO, 2006), este também deve ser abordado pela disciplina de Sociologia, colaborando para o desenvolvimento de uma educação em direitos humanos – assim como é sugerido pelo Programa Nacional de Direitos Humanos - 3.

Levando em consideração os estudos realizados por Meucci (2000), ao analisarmos os livros de Sociologia aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático de 2018, talvez seja possível identificar se as problemáticas que permeiam a questão da ditadura civil-militar no Brasil tem sido parte da agenda do campo da Sociologia de nossa época.

Ao buscarmos entender um pouco mais a respeito dos livros didáticos, foi necessária a leitura de outros trabalhos que tenham pesquisado sobre como certos temas aparecem nos livros aprovados pelo PNLD. De acordo com a investigação de Gabriela Santetti Celestino (2016, p.12), a qual buscou compreender como as questões de gênero aparecem nos livros didáticos¹² de História dos anos finais do ensino fundamental, estes possuem um "papel central na formação escolar como principal recurso didático utilizado por professores da rede pública brasileira". Além disso, Celestino (2016) menciona que os livros didáticos devem ser percebidos enquanto mercadorias, as quais servem de suporte

¹² Segundo Celestino (2016), nos livros didáticos de História é obrigatória a referência sobre gênero e diversidade sexual.

dos conhecimentos escolares e métodos pedagógicos, mostram-se enquanto veículo de um sistema de valores. Os livros aprovados pelo Plano Nacional passam por um extenso edital específico de cada disciplina, portanto a disputa entre as editoras que buscam ter seus livros selecionados é uma disputa mediada pelo Estado. Desse modo, é de responsabilidade estatal o "estabelecimento das diretrizes educacionais e leis nas quais os livros didáticos estarão ancorados para sua elaboração" (CELESTINO, 2016). Além disso, a distribuição dos livros para as escolas públicas também é de responsabilidade do Estado. Vale mencionar que cada livro didático acompanha sempre um Manual do Professor, contudo, este material não será analisado por nossa pesquisa devido a indisponibilidade de acesso. Vale mencionar que são aprovados mais de um livro para cada disciplina, podendo este número variar entre os anos e entre as diferentes disciplinas. Portanto, como os professores e professoras possuem mais de uma opção a escola também recebe o Guia do Livro Didático, para que seja feita a escolha do material que melhor se adequa à cada realidade escolar.

Ainda a respeito dos livros didáticos, o trabalho de Rosana de Oliveira Medeiros (2018) sobre o enquadramento das vidas não heterossexuais nos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Plano Nacional de 2015, também contribuiu para maior entendimento destes instrumentos didáticos. De acordo com Medeiros (2018, p.160), "os diversos livros escolares de uso diário dos diversos campos disciplinares constituem um instrumento pedagógico bastante central no dia a dia das escolas públicas brasileiras". No caso das obras voltadas para a disciplina de Sociologia, o mesmo livro escolhido pela escola e professores acompanha os estudantes durante todo Ensino Médio. Tratando das obras, a autora menciona como

os livros didáticos são tecnologias pedagógicas do cotidiano escolar, estudá-los é central para a compreensão não apenas da materialização de uma face das políticas públicas de educação (especialmente do Plano Nacional do Livro Didático, PNLD, que seleciona e distribui livros didáticos), mas também do currículo (MEDEIROS, 2018, p.160)

Desse modo, percebemos como uma análise dos livros didáticos pode contribuir para que se entenda algo do cotidiano das escolas, do que é abordado em sala de aula pelos professores e professoras de Sociologia, compreendendo esse processo como uma derivação das políticas públicas estatais.

3.2 Sobre a seleção do Plano Nacional do Livro Didático 2018

Os livros aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), passam por um edital de convocação, o qual seleciona alguns livros para cada disciplina, dentre os quais as escolas e professores devem optar. Desse modo, para que fosse possível entender um pouco melhor o processo de escolha das obras didáticas, nos detemos na leitura do Guia de Livros Didáticos para o Ensino Médio (2018) e do Edital de Convocação 04/2015.

Por meio da análise do Guia dos Livros Didáticos foi que percebemos a necessidade de realizar a leitura do Edital, pois o primeiro apoia-se em muitas das questões desenvolvidas nesta documentação. De acordo com o Guia (2018, p.8), o Edital 04/2015 "estabelece todos os critérios técnicos a serem observados pelas editoras e pelos autores, assim como os princípios didático-pedagógicos que regem todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares que a compõe". O Guia é considerado a etapa final da avaliação dos livros didáticos, a qual se inicia com a chamada pública às editoras e autores para que submetam seus livros ao PNLD. No caso, o Edital que nos interessava era o de 2015, referente às obras que compõem o Plano no triênio de 2018 a 2020.

De acordo com o Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação das obras didáticas do Programa Nacional do Livro Didático (2018), os livros elaborados para disciplina de Sociologia devem ser organizados em volumes únicos, pois se trata de uma disciplina obrigatória apenas para o Ensino Médio. Como os livros de Sociologia devem abranger os três anos, trata-se de uma proposta pedagógica única, com uma progressão didática articulada com o componente curricular do Ensino Médio. O Edital 04/2015 mostra uma preocupação constante com a interdisciplinaridade, já que "as obras didáticas deverão incluir referências a interfaces pedagógicas entre as áreas afins e também a outras áreas do conhecimento, bem como conduzir os estudantes a atividades de experimentação" (p.2). Com essas explicações prévias, adentramos nas etapas do processo de avaliação, as quais se constituem pela triagem das obras, pela pré-análise dos livros aprovados na etapa anterior, verificando se todos cumprem rigorosamente as especificações do edital (quanto ao número de páginas, formato do livro, ortografia, atividades, etc), e por último passam pela avaliação pedagógica das obras. Esta avaliação pedagógica dos livros didáticos é realizada por instituições públicas de educação superior

e professores convidados de outras instituições, além de professores pertencentes à rede pública de ensino.

Segundo o Edital (04/2015, p.31) os livros didáticos podem ser entendidos como "uma ferramenta de apoio no desenvolvimento do processo educativo, com vista a assegurar a articulação das dimensões ciência, cultura, trabalho e tecnologia no currículo dessa etapa da educação básica".

Além da preocupação com a adoção de uma perspectiva interdisciplinar das obras, o Edital de Convocação 04/2015, elenca oito pontos que devem aparecer nos livros, como forma de representar a sociedade. Desse modo, as obras a serem selecionadas devem procurar:

- 1.1.1. promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade e protagonismo social;
- 1.1.2. abordar a temática de gênero, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homo e transfobia;
- 1.1.3. proporcionar o debate acerca dos compromissos contemporâneos de superação de toda forma de violência, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher;
- 1.1.4. promover a educação e cultura em direitos humanos, afirmando os direitos de crianças e adolescentes, bem como o conhecimento e vivência dos princípios afirmados no Estatuto do Idoso;
- 1.1.5. incentivar a ação pedagógica voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e da cidadania, apoiando práticas pedagógicas democráticas e o exercício do respeito e da tolerância;
- 1.1.6. promover positivamente a imagem de afrodescendentes e dos povos do campo, considerando sua participação e protagonismo em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder;
- 1.1.7. promover positivamente a cultura e história afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes sociocientíficos, considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do Brasil, valorizando as diferenças culturais em nossa sociedade multicultural;
- 1.1.8. abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária. (EDITAL DE CONVOCAÇÃO, 2015, p.32)

Os pontos elencados acima enquadram-se entre os Princípios e Critérios para Avaliação de Obras Didáticas Destinadas ao Ensino Médio. Portanto, os livros didáticos devem servir como mediadores pedagógicos baseados nestes princípios. Estes pontos elencados devem aparecer, de alguma maneira, nas obras de todas as disciplinas.

Tratando-se da análise das obras didáticas da disciplina de Sociologia, o Edital (04/2015, p.44) aponta que "é fundamental oferecer uma perspectiva 'desnaturalizada' e

'crítica' da vida social". De acordo com o documento, os livros da disciplina de Sociologia devem, na verdade, englobar todo o conteúdo das Ciências Sociais, trazendo os conhecimentos científicos das áreas da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia. Por fim, como critérios eliminatórios específicos para esta área do conhecimento, o Edital (04/2015) indica que, se a obra não cumprir estes requisitos listados abaixo, isso poderá ocasionar na sua eliminação.

Por meio da leitura do Edital foi interessante perceber como os princípios essenciais, os quais devem abordar todas as disciplinas, parecem preocupados com a promoção de direitos intrinsecamente democráticos. Contudo, em nenhum momento encontrou-se alguma relação entre direitos humanos e memória histórica. Assim como vimos nas análises do capítulo II deste trabalho, a seleção dos livros do PNLD 2018 também não apresentou uma preocupação com a não repetição do passado autoritário. Mesmo trazendo a importância de uma educação e cultura em direitos humanos, a qual transparece nos pontos essenciais a serem abordados pelos livros didáticos, o documento não vincula estas ideias ao direito à memória e à verdade, assim como é sugerido pelo Programa Nacional em Direitos Humanos - 3. Os direitos humanos seguem enquanto um conceito abordado de forma difusa e sem uma definição clara.

Se voltamos ao Guia dos Livros Didáticos para o Ensino Médio (2017), lembramos que este caracteriza-se por representar a fase final de avaliação dos livros, pois trata-se de um documento destinado aos professores e professoras para que eles possam escolher a obra a ser utilizada em sua disciplina. De acordo com o Guia, a Coordenação Geral de Materiais Didáticos (COGEAM/MEC) desenvolveu princípios e critérios didático-pedagógicos específicos para componente curricular. Desse modo, os princípios elaborados para área de Sociologia são estes:

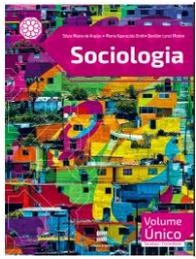
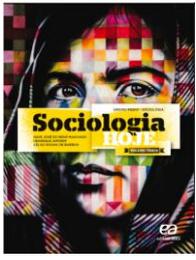
1. Assegurar a presença dos conteúdos das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política.
2. Respeitar o rigor teórico e conceitual.
3. Realizar a mediação didática.
4. Contribuir para a apreensão do conhecimento sociológico pelo estudante.
5. Garantir a autonomia do trabalho pedagógico do professor. (GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS SOCIOLOGIA ENSINO MÉDIO, 2017, p.8).

Para a edição de 2018 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foram inscritos doze livros de Sociologia, sendo cada livro avaliado por dois avaliadores da área (método avaliação duplo cego), somando um total de 24 professores e professoras

universitárias e também da rede básica. Destes doze livros inscritos, o Edital 04/2015 aprovou 5 livros didáticos para área de Sociologia.

Segundo o Guia do Livro Didático (2017), devido à pouca tradição escolar da disciplina de Sociologia, a qual tornou-se obrigatória apenas em 2008, existem diversas lacunas na elaboração dos livros didáticos da área. Além de uma apresentação geral com resenhas sobre cada livro aprovado pelo PNLD, o documento também apresenta para cada obra de Sociologia uma visão geral, uma descrição da obra, o sumário sintético de cada livro, uma análise da obra e dicas sobre como usá-la em sala de aula.

Tabela 1: Livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD de 2018.

Capa	Título do Livro	Editora	Ano de Publicação	Edição	Autores
	Sociologia	Scipione	2016	2ª	Benilde de Lenzi Motim; Maria Aparecida Bridi Silvia; Maria de Araújo
	Sociologia Hoje	Ática	2016	2ª	Celso Rocha de Barros; Henrique Amorim; Igor José de Renó Machado
	Tempos Modernos, Tempos de Sociologia	Do Brasil	2016	3ª	Bianca Freire-Medeiros; Helena Bomeny; Julia O'Donnell; Raquel Balmant Emerique.

	Sociologia em Movimento	Moderna	2016	2 ^a	Afrânio Silva; Bruno Loureiro; Cassia Miranda; Fátima Ferreira; Lier Pires Pereira; Marcela M. Serrano; Marcelo Araújo; Marcelo Costa; Martha Nogueira; Otair Fernandes de Oliveira; Paula Menezes; Raphael M. C. Corrêa; Pain Rogério Lima; Tatiana Bukowitz; Thiago Esteves; Vinicius Mayo Pires.
	Sociologia para Jovens do Século XXI	Imperial Novo Milênio	2016	4 ^a	Luiz Fernandes de Oliveira; Ricardo Cesar Rocha da Costa.

Fonte: AUTORA.

3.3 Análise dos livros didáticos Sociologia (PNLD-2018)

Para que fosse possível realizar a análise de três dos cinco livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático de 2018, foi elaborado um roteiro de análise¹³ e o mesmo foi aplicado em todas as obras.

3.3.1 *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*

Ao analisarmos o livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2016) por meio do roteiro desenvolvido encontramos algumas menções ao tema da ditadura. Contudo, essas menções não aparecem no sumário da obra, já que neste é possível apenas notar a existência de um capítulo tratando do retorno à democracia. Portanto, é neste capítulo

¹³Disponível nos ANEXOS deste trabalho.

onde encontramos uma presença maior do tema da ditadura civil-militar, se comparado ao restante do livro, mesmo este não sendo o foco do capítulo, o qual intitula-se "*Participação, política, direitos e democracia*".

Após uma leitura atenta de todo o livro, notamos que a primeira menção à ditadura aparece no capítulo 8 (o qual trata das questões dos trabalhadores, pois chama-se "*Trabalhadores, uni-vos!*"), na página 125, onde há uma indicação na "*Sessão cinema*" – a qual está presente em todos os finais de capítulos – do filme *Machuca* (2004) que trata da ditadura militar no Chile de 1973. Depois disso, o tema da ditadura volta a aparecer no capítulo 9 (chamado "*Liberdade ou Segurança?*"). No decorrer deste capítulo, há um quadro na página 138 chamado: "*A democratização nos tempos modernos*", o qual trata da pesquisa do cientista político estadunidense Samuel Huntington (1927-2006). Como este autor buscou analisar o que ele denominou por "ondas democráticas" e "ondas reversas", aparece ali uma breve menção a ditaduras e golpes militares que ocorreram no início do século XX, em países como Portugal, Itália, Brasil e Argentina. Mais especificamente sobre 1964, o livro menciona que Huntington trata o período como uma "segunda onda reversa" que "atingiu especialmente os países latino-americanos" (BOMENY et al., 2016, p.138). Dessa maneira, percebemos uma menção indireta ao tema da ditadura civil-militar de 1964, mas sem nenhum tipo de exploração e tratamento do tema. No final do mesmo capítulo, a "*Sessão cinema*", na página 141, sugere um filme que trata da questão do regime militar brasileiro: *Democracia em Preto e Branco* (2014). De acordo com a descrição do livro, esta obra refere-se ao ano 1982, quando

a Ditadura Militar completava 18 anos e a luta pela redemocratização no Brasil embalava o país. A música popular brasileira sofria com a censura e o clube de futebol Corinthians passava por um período interno turbulento. No meio disso, o rock nacional começava a nascer. O filme mostra como a música, o esporte e a política se encontram para mudar o rumo da história do país (BOMENY et al., 2016, p.141).

Por meio da discussão deste filme seria possível adentrar em diversas questões relacionadas à ditadura civil-militar brasileira. Contudo, ele aparece nesta parte do livro apenas enquanto uma indicação, fechando o capítulo sem trabalhar nenhuma das questões que a descrição do filme suscita. Ainda na mesma "*Sessão cinema*" pertencente ao capítulo 9 do livro, encontramos a indicação do filme *Condor* (2007). Este documentário trata da conhecida Operação Condor, a qual foi desenvolvida por meio de "um acordo entre as polícias secretas do Cone Sul com conhecimento da CIA. Essa operação gerou várias ações violentas dos governos militares contra militantes e representantes da

esquerda comunista e socialista da região" (BOMENY et al., 2016, p.141). Por fim, o último filme indicado pela "Sessão" chama-se *NO – adeus Sr. Pinochet* (2012), o qual aborda a ditadura chilena e o referendun popular pela continuidade ou não do General Augusto Pinochet no poder. Assim termina a Sessão Cinema do capítulo 9, indicando diversos filmes com contextos ditatoriais, mas sem tratar destas questões como um conteúdo teórico a ser abordado em sala de aula, sem trazer o imperativo categórico da não repetição.

Seguindo com a leitura da obra didática, a próxima referência da ditadura se localiza no capítulo 15, página 238. Neste capítulo, intitulado "*Quem faz e como se faz o Brasil?*", há um quadro trazendo a biografia Florestan Fernandes, sociólogo professor da Universidade de São Paulo (USP), foi aposentado compulsoriamente pelo governo militar. A respeito deste acontecimento, o livro menciona brevemente:

A Sociologia foi, assim, seu ponto de partida tanto para trabalhar em defesa da educação pública quanto para denunciar e lutar contra o Regime Militar. Preso em 1964, após o Golpe Militar, foi liberado em pouco tempo, mas, em 1969, foi afastado da USP e aposentado pelo AI-5. (BOMENY et al., 2016, p.238).

Após essas poucas linhas a respeito do caso Florestan Fernandes, o livro menciona a ditadura civil-militar novamente no capítulo 18, ao tratar de outra biografia. Assim, dentro do capítulo "*Desigualdade de várias ordens*", na página 291 encontramos um subtópico chamado "*A geografia da Fome*" onde se apresenta um quadro biográfico sobre a vida de Herbert José de Souza – mais conhecido como Betinho. O quadro traz uma apresentação a respeito deste sociólogo brasileiro: "conhecido por sua militância, Betinho engajou-se na luta contra a ditadura da década de 1960, o que lhe rendeu oito anos vivendo no Chile, México e Canadá como exilado político. De volta ao Brasil, em 1979, tornou-se um dos símbolos do processo de abertura política" (BOMENY et al., 2016, p.291). Mais uma vez, percebemos como o livro menciona a ditadura militar devido a necessidade de explicar a trajetória de certos sociólogos brasileiros, trajetórias essas que tornam incontornáveis as menções sobre o período autoritário.

Por fim, no capítulo 19 é onde encontramos uma discussão direcionada a reconstrução da democracia em nosso país, enfocando no período de distensão da ditadura e não nas violações cometidas pelo Estado repressivo. O capítulo 19, intitulado "*Participação política, direitos e democracia*", traz uma extensa abordagem a respeito da construção da Constituição de 1988, mencionando também a Declaração de Direitos

Humanos, assinada em 1948, e o Ato Institucional nº5 (AI-5) de dezembro de 1968. Deste modo, ao tratar da Constituição o capítulo traz uma tabela cronológica apresentando todas as cartas constitucionais anteriores, até chegar a do ano de 1967, a qual foi "aprovada pelo Congresso por iniciativa do governo Castelo Branco, incorporou a legislação emitida a partir de 1964, que ampliava os poderes do Executivo" (BOMENY et al., 2016, p.300). Ainda na mesma página, o livro apresenta um quadro explicativo a respeito do AI-5, mostrando como este conferia ainda mais poderes ao presidente da República e suspendia a garantia do *habeas corpus* aos acusados de crimes pelo regime militar. Para ilustrar a explicação a respeito do Ato Institucional nº5, o livro didático se utiliza de um documento histórico: o jornal.

Figura 1 - Manchete Jornal do Brasil sobre AI-5



FONTE: BOMENY et al., 2016.

O capítulo 19 segue mencionando a ditadura brasileira de 1964, mas sem aprofundar-se nos acontecimentos do período. Assim, as menções à ditadura aparecem como oposição ao processo de transição à democracia, sendo o processo de construção da democracia o foco deste capítulo. Nesta obra didática, o único momento em que encontramos uma abordagem mais direta de toda ditadura civil-militar brasileira foi na página 302, dentro do subtópico "*De volta à democracia*":

a Constituição de 1988 foi o coroamento do fim do regime autoritário, conhecido como Regime Militar, sob o qual o Brasil viveu de 1964, quando o presidente João Goulart foi deposto, a 1985, início do governo José Sarney. Esse longo período se caracterizou pelo cerceamento da liberdade de manifestação de opinião, pela proibição e censura de manifestações culturais, artísticas e intelectuais consideradas subversivas e por um processo de perseguição, prisão e torturados que se contrapunham ao governo e às orientações políticas dele derivadas. O rigor da repressão desencadeada entre o fim da década de 1960 e início da década de 1970 fez esse período se tornar conhecido como 'anos de chumbo'. Já nos anos finais do Regime Militar foram dados os primeiros passos para uma 'abertura' política, entre os quais se

destacou a Lei de Anistia. A elaboração da Constituição de 1988 foi o resultado de um amplo e disputado processo de mobilização da sociedade, negociação e confronto de ideias. Pessoas de diferentes tendências compuseram a Assembléia Nacional Constituinte encarregada de definir os termos que dali em diante orientariam a vida política do país: banqueiros, operários, ex-cassados pelo Regime Militar que retornaram à vida política graças à anistia (BOMENY et al., 2016, p.302)

A partir da citação acima percebemos como a abordagem da ditadura advém da necessidade de explicar o processo de construção da democracia em nosso país. Contudo, dessa maneira se esquece do postulado de sempre lembrarmos da barbárie para que seja possível a consolidação de uma sociedade democrática. Esta breve explicação do processo ditatorial, que vigorou em nosso país por mais de vinte anos e que permeia nossa vida social de diferentes maneiras até hoje, cita a repressão, censura e perseguição ocorridas no período, mas sem trazer nenhum exemplo, sem nenhum aprofundamento destas questões. Além disso, a passagem se refere ao período sempre enquanto um "Regime Militar", sem caracterizá-lo enquanto um golpe ou uma ditadura civil-militar.

Na continuação, encontramos, no mesmo capítulo, um quadro explicativo a respeito da Lei de Anistia de 1979. Sobre esta lei, a qual concedeu perdão tanto aos perseguidos políticos da ditadura, quanto aos militares – que reprimiram, torturaram, assassinaram – e civis – que financiaram o processo do golpe – a obra didática menciona apenas seus benefícios aos cidadãos punidos pelo Estado autoritário.

Em 1979, ainda sob o Regime Militar, o Brasil assistiu a um importante passo para abertura política anunciada pelo governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e levada adiante na administração do general João Baptista Figueiredo (1979-1984): a Lei de Anistia. Anistia é o perdão concedido pelo Estado aos condenados por crimes de natureza política (BOMENY et al., 2016, p.302)

Ilustração do momento histórico:

Figura 2 - passeata pela anistia geral e irrestrita, Rio de Janeiro 1979



FONTE: BOMENY et al., 2016.

Na continuação, o livro didático *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2016) mostra como se dava a escolha dos presidentes durante o período autoritário, trazendo como funcionava o aparato estatal, sua aparência de legalidade através da manutenção das eleições indiretas.

Durante o Regime Militar, os presidentes eram escolhidos por decisão da própria corporação militar, sendo eleitos indiretamente pelo Congresso [...] Com a ajuda desses instrumentos, o Regime Militar pôde cassar direitos políticos, instituir a eleição indireta para presidente da República, governadores de estados e de territórios, prefeitos de municípios considerados de interesse estratégico para a segurança nacional e ainda, em algumas ocasiões, fechar o Congresso. Por isso não se pode falar em democracia. (BOMENY et al., 2016, p.302)

Nessa mesma página do livro consta um quadro elaborado pelos autores com a listagens dos presidentes militares que comandaram o país durante o governo militar:

Figura 3 - Tabela cronológica presidentes militares

Presidentes militares	
Presidentes	Período do mandato
Humberto de Alencar Castelo Branco	15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967
Arthur da Costa e Silva	15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969
Junta Governativa Provisória	31 de agosto de 1969 a 30 de outubro de 1969
Emílio Garrastazu Médici	30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974
Ernesto Geisel	15 de março de 1974 a 15 de março de 1979
João Batista Figueiredo	15 de março de 1979 a 15 de março de 1985

FONTE: BOMENY et al., 2016.

Seguindo a descrição do capítulo, a próxima menção ao período aqui analisado encontra-se na página 303, no quadro biográfico do político Ulysses Guimarães; figura relevante para o processo de redemocratização do país. A explicação desse processo de abertura democrática segue para o movimento das Diretas Já, de 1984, quando uma histórica mobilização popular tentou aprovar uma emenda constitucional para

restabelecimento das eleições diretas. No subtópico "Uma história do voto no Brasil" se menciona, mais uma vez, o fim das eleições diretas durante o regime militar: "entre 1937 e 1945, durante o Estado Novo, as eleições ficaram suspensas. Anos mais tarde a Ditadura Militar (1964-1985) acabou com as eleições diretas para presidente" (BOMENY et al., 2016, p.308).

Por último, o capítulo 19 apresenta um quadro chamado "Recapitulando", onde se menciona principalmente o processo até a promulgação da Constituição de 1988, caracterizando-a enquanto "o coroamento do processo da transição democrática que se seguiu a 21 anos de regime autoritário (1964-1985)" (BOMENY et al., 2016, p.311). Ainda no final desse mesmo capítulo, a "Sessão Cinema", página 313, sugere os filmes *Tempo de Resistência* (2003) e *Vlado - 30 anos depois* (2005). O primeiro é um documentário com depoimentos de cerca de 30 pessoas envolvidas na resistência à ditadura; e o segundo, também em formato de documentário, entrevistou pessoas que conviveram com o jornalista Vladimir Herzog, apresentando sua trajetória desde diretor da TV Cultura, até a perseguição sofrida durante a ditadura civil-militar (BOMENY et al., 2016).

Em "Construindo seus conhecimentos", nas páginas 314 e 315 do capítulo 19, o livro apresenta algumas questões e atividades relacionadas ao processo da ditadura civil-militar de 1964. No subtópico "Monitorando a aprendizagem" a questão três solicita: "defina o que é um regime político autoritário e um regime político democrático. Cite exemplos atuais ou históricos desses dois tipos de regime" (BOMENY et al., 2016, p.314). Já na parte "De olho no Enem", na página 315-316, são trazidas três questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); a primeira, da prova de 2014, trata do tema da Comissão Nacional da Verdade; a segunda, de 2012, é a respeito da morte do jornalista Vladimir Herzog; e a terceira, de 2015, trata da redemocratização e o papel dos movimentos sociais. Ainda na mesma parte, o subtópico interdisciplinar "Olhares sobre a sociedade", traz uma atividade desenvolvida com base na música "Caminhando (Para não dizer que não falei das flores)", de Geraldo Vandré, hino da resistência à ditadura militar de 1964. "A canção de Geraldo Vandré foi considerada um hino de protesto contra

o Regime Militar. Ela foi apresentada ao público em um festival de música brasileira em 1968 (ano do AI-5), no qual tirou segundo lugar" (BOMENY et al., 2016, p.318).

Ao final da obra didática há uma seção totalmente destinada a definição dos "Conceitos Sociológicos" que aparecem durante a leitura. Nesta, a ditadura civil-militar de 1964 não aparece enquanto um conceito, mas é mencionada na definição de "movimentos sociais" (página 373) e de "revolução" (página 375). No primeiro conceito, é mencionado o Regime Militar como uma momento político que influenciou na profusão de movimentos sociais pelo país. Já no termo "revolução", se menciona a ditadura como exemplo para o conceito, que aparece definido como: "uma revolução pode ser responsável, por exemplo, pela queda de uma aristocracia e a implantação de uma democracia, ou pela derrubada de uma democracia e a instauração de uma ditadura militar" (BOMENY et al., 2016, p.375). Seria mesmo a ditadura civil-militar um exemplo para o conceito de revolução? Vale lembrar que o termo "revolução de 1964" foi – e segue sendo – utilizado pelos próprios militares, apoiadores e ufanistas da ditadura.

Ao concluirmos a leitura do livro didático *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2016) percebemos como as menções ao tema da ditadura aparecem sempre relacionadas a descrição de filmes sobre o período, sugeridos na "Sessão cinema", ou na apresentação da biografia de sociólogos que foram perseguidos pelo governo militar, ou ainda, como parte da explicação a respeito do processo de reconstrução democrática em nosso país. Portanto, é possível argumentar que nesta obra didática não há uma preocupação com a memória do período autoritário, com lembrar dos acontecimentos da barbárie, esclarecer para que nunca mais se repitam. Percebemos a falta de dedicação com relação aos acontecimentos do período desde a análise do sumário do livro, pois ali não foi possível encontrar nenhuma referência à ditadura civil-militar de 1964. Em seguida, também notamos a falta de uma seção específica para se elaborar este passado, encontrando apenas um capítulo voltado ao processo de redemocratização do país. Assim, o capítulo 19 trata principalmente Constituição de 1988, enfocando na ideia da democracia, da cidadania, do voto; trazendo uma perspectiva acrítica aos limites do processo chamado de redemocratização, e reduzindo o conceito de cidadania a direito de voto. Neste capítulo, a ditadura é mencionada algumas vezes, mas de forma vaga, explicando apenas algumas questões pontuais como a instauração do AI-5 e o andamento das eleições indiretas. Entendemos, então, como esse é um capítulo sobre democracia, e não sobre ditadura. Como ocorre em outros momentos da obra didática, no final do

capítulo são sugeridos filmes que tratam dos ocorridos do período militar, como se a indicação de filmes fosse o suficiente para suprir o tema.

No decorrer da análise deste livro didático, o qual contém 384 páginas, o tema da ditadura civil-militar é mencionado em 13 destas páginas. Essas menções variam entre os termos ditadura, ditadura militar, golpe militar, regime autoritário, sendo o que mais aparece: regime militar. Interessante notar como a obra não se utiliza, portanto, do termo "ditadura civil-militar", o qual indica o apoio civil ao processo de consolidação do período autoritário. No que tange aos personagens históricos que possuem alguma relação com a ditadura, são trazidas as biografias de Florestan Fernandes, Herbert José de Sousa e Ulysses Guimarães, já os ex-presidentes João Goulart e José Sarney são trazidos no momento de uma breve descrição do período histórico, e os cinco presidentes militares aparecem na tabela trazida acima. As poucas referências à repressão, censura e violação aos direitos humanos surgem principalmente na página 302, no momento de uma breve descrição do processo ditatorial, e também no quadro sobre o AI-5. A respeito dos movimentos de resistência ao golpe ditatorial, não encontramos menções no livro. Uma breve abordagem da censura às manifestações culturais aparece também na página 302, e a única produção estética do passado ditatorial mencionada é uma canção de Geraldo Vandré, a qual é utilizada para realização de uma atividade interdisciplinar. Por fim, foi possível concluir que a obra didática, ao referir-se ao período ditatorial, dá maior ênfase ao processo de redemocratização do país; mesmo assim, alguns momentos específicos recebem maior atenção, como a proclamação do Ato Institucional nº5, a Lei de Anistia, e o movimento pelas Diretas Já.

3.3.2 Sociologia em Movimento

Dando continuidade à investigação sobre como o tema da ditadura civil-militar de 1964 aparece nos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), passamos para obra *Sociologia em Movimento*, de Afrânio Silva et al. (2016). A análise da obra seguiu com a leitura e aplicação do mesmo roteiro utilizado nas demais obras didáticas.

Com a leitura de *Sociologia em Movimento* (2016), foi possível mapear algumas menções ao tema da ditadura, contudo, nenhuma dessas aparece diretamente no sumário do livro didático. Há, sim, um subtópico dentro do capítulo 6 destinado a tratar do tema do golpe civil-militar, como veremos mais adiante, mas esta é a única seção onde há um

tratamento mais específico do tema. Sendo assim, a primeira vez que o livro aborda a questão do autoritarismo de 1964 aparece na página 35, dentro do capítulo 1, o qual é intitulado "Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas". A menção ao regime ditatorial surge inserida no quadro "Direito e Sociedade", onde se aborda como o retorno da disciplina de Sociologia ao Ensino Médio das escolas públicas brasileiras se deu devido a todo um movimento de pressão popular por participação democrática "e pelo exercício da cidadania após um longo período de ditadura militar" (SILVA et al., 2016, p.35). Na sequência, a próxima menção ao tema mostra-se no capítulo 5, quando ao tratar do "Mito da democracia racial", na página 121, apresenta-se o quadro "Quem escreveu sobre isso", trazendo a biografia de Florestan Fernandes e, portanto, mencionando sua exoneração da Universidade de São Paulo devido à perseguição sofrida pela ditadura militar.

Já o capítulo 6, "Poder, política e Estado", do livro didático *Sociologia em Movimento* (2016), merece atenção especial, pois foi onde encontramos uma maior concentração de menções ao golpe civil-militar; a começar pela foto¹⁴ ilustrativa de abertura do capítulo: tanques com militares invadindo a Praça dos Três Poderes em Brasília. E como legenda dessa foto histórica: "A Praça dos Três Poderes tomada por tanques em 1º de abril de 1964, dia do golpe militar que instaurou um regime responsável pela violação de direitos políticos e civis" (SILVA et al., 2016, p.136). A continuidade do capítulo 6 apresenta uma breve linha cronológica com os acontecimentos mais marcantes da história brasileira, e entre estes encontramos o ano de 1964, marcado pelo "golpe civil-militar no Brasil destituiu o governo eleito democraticamente e dissolveu o Congresso Nacional" (SILVA et al., 2016, p.138). Interessante notarmos desde já a utilização do termo "golpe", reconhecendo o caráter ilegal do regime, e também dos termos "civil-militar", sinalizando como a ditadura não foi organizada e sustentada apenas pelas Forças Armadas do país, mas que contou com o patrocínio e apoio de diversos civis. Como mencionado anteriormente, não encontramos na obra didática um capítulo todo voltado a elaborar o tema da ditadura, ou da memória, verdade e justiça, mas o que há é um subtópico, intitulado "A ditadura militar", onde se aborda a temática em algumas linhas gerais:

¹⁴ Neste caso não inserimos a foto aqui devido ao seu grande tamanho, que, por ser a foto de abertura do capítulo ocupa duas páginas inteiras do livro.

O golpe civil-militar de 1964 foi resultado de uma longa conspiração entre políticos da oposição e militares. Com forte viés anticomunista, interrompeu violentamente a experiência democrática do país com apoio das elites empresariais, dos setores conservadores da igreja, das camadas médias urbanas e dos grandes produtores rurais. A ditadura militar estendeu-se por mais de 20 anos. Foi um regime marcado pela repressão, que violou duramente os direitos políticos e civis e promoveu práticas como tortura e assassinato de políticos. Do ponto de vista da economia, o período ficou conhecido como o 'milagre econômico', por causa das taxas de crescimento do PIB, que alcançaram 10% ao ano em média. Esse surto de crescimento também ficou conhecido como 'modernização conservadora', por conta dos níveis de concentração de renda criados pelo 'milagre'. (SILVA et al., 2016, p.163)

Portanto, esse é o único momento, em todo o livro, em que há algum tratamento mais específico voltado ao tema da ditadura de 1964. Essa apresentação, bastante breve, do regime civil-militar brasileiro, traz uma visão crítica do período; enfocando em certas características que nem sempre são tratadas ao se debruçar sobre esse tema, como a participação e apoio das elites empresariais e a falácia em torno do "milagre econômico". Junto a essa explanação encontramos uma indicação de leitura: *Governo de Estado: o espírito e a herança de 1964 ainda ameaçam o Brasil* (2015), de Palmério Dória e Mylton Severino. Desse modo, o livro exime-se de trazer uma explicação mais aprofundada da temática, trazendo uma sugestão de leitura para aqueles que tiverem interesse próprio de aprofundar-se na temática.

O capítulo 6 segue dialogando com os/as estudantes sobre acontecimentos políticos e sociais de nosso país, os quais culminariam com a construção da democracia e a Constituição de 1988. Assim, o subtópico "Nova República" aborda as medidas de abertura do regime civil-militar, trazendo uma visão crítica e contrária à Lei de Anistia nos moldes em que foi promulgada: "após a aprovação da Lei de Anistia, em 1979, que impediria a incriminação daqueles que haviam cometido crimes políticos (assassinatos, tortura, e ocultação de cadáveres entre outros) no período anterior" (SILVA et al., 2016, p.164). Ainda no mesmo subtópico – o qual aborda desde a aprovação da Lei de Anistia, o movimento pelas Diretas Já, a presidência dos civis Tancredo Neves e José Sarney, a aprovação da Constituição de 1988, até o governo de Michel Temer – ao mencionar o governo de Dilma Rousseff, enfatiza sua conexão com o período repressivo: "ex-integrante de grupos que atuaram contra o regime militar, Dilma prometia, em seu primeiro mandato, erradicar a pobreza e modificar o sistema tributário" (SILVA et al., 2016, p.165). Por fim, o capítulo 6 termina com uma atividade relacionada à conquista do direito ao voto e à participação dos jovens na política; destacando o protagonismo da juventude nos movimentos por mudança e luta pela democracia, como durante as Diretas

Já, a luta contra o regime militar, e o impeachment de Fernando Collor. Ao trazer questões de exames de seleção que tratam dos conteúdos estudados neste capítulo, o livro não deixa de fora a questão do ENEM de 2012 a respeito da morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975.

Seguindo com a análise da obra didática *Sociologia em Movimento* (2016), encontramos algumas menções ao tema da ditadura civil-militar também no capítulo 7, o qual contém um subtópico intitulado "Democracia, cidadania e direitos humanos". Assim como no livro anteriormente analisado, aqui também a ditadura aparece como contraposição à democracia e, por isso, vemos mais uma vez a indicação do documentário *Democracia em Preto e Branco* (2014), indicado como recurso para ambientar o esgotamento do regime militar e os movimentos pela construção da democracia no país. Nesse mesmo subtópico há uma breve abordagem da ditadura, caracterizando-a enquanto uma ruptura no período democrático do país:

com base em um conjunto de práticas repressivas, a ditadura militar, iniciada em 1964, impôs um retrocesso à construção da democracia e dos direitos humanos no país. E foi então que movimentos populares e sindicais do campo e da cidade passaram a exigir distribuição justa dos bens produzidos pelo trabalho e maior participação social nas decisões sobre os rumos adotados pelo país. Além disso, foi pela resistência à ditadura que durante a redemocratização formal do Brasil que diversos grupos se fortaleceram para as lutas subsequentes em prol dos direitos humanos (SILVA et al., 2016, p.188).

Mesmo que de forma breve, ampla e difusa, encontramos nesta citação uma tentativa de abordar o papel das resistências à ditadura civil-militar e sua conexão com a luta pelos direitos humanos no Brasil. Contudo, o livro não aprofunda essa questão, abrindo mão de mencionar a existência dos vários grupos – guerrilheiros e não guerrilheiros – que lutaram incansavelmente pelo fim das violações cometidas pelo regime militar, deixando de mencionar os nomes daqueles que foram mortos pelo aparato repressivo, deixando de vincular a luta pela memória como parte da luta pelos direitos humanos. Ainda no capítulo 7, o livro apresenta um texto sobre a ideia de cidadania no Brasil, dentro do quadro "Considerações Sociológicas", trazendo um parágrafo em que se questiona acerca da sombra do passado ditatorial que ainda nos circunda. "Desde o final da ditadura militar, em 1985, vivemos no Brasil um Estado democrático de direito. Isso implica dizer que o respeito às liberdades civis, aos direitos humanos e às garantias fundamentais deve ser constante no cotidiano da sociedade. Será?" (SILVA et al., 2016, p.190). Por fim, o capítulo 7 termina com a sugestão de uma atividade a ser realizada com

base na terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH – III). Atividade que, mesmo com a falta de menção no corpo do texto, poderia se voltar a análise do direito à memória, verdade e justiça enquanto um direito humano.

Passando para o capítulo 8, "Movimentos Sociais", notamos como a cronologia apresentada para tratar deste conteúdo engloba desde o golpe, até o processo de consolidação da democracia no Brasil. Sendo assim, o livro menciona os fatos que considera mais relevantes para os anos selecionados:

1964: golpe civil-militar e início da perseguição política a lideranças de movimentos sociais; 1968: manifestações estudantis começam na França e se espalham para vários países; 1979: Lei de Anistia e retomada das lutas pela redemocratização no país; 1984: Diretas Já e fundação do MST; 1985: fim do regime civil-militar (SILVA et al., 2016, p.196).

Por meio da cronologia apresentada e da leitura do livro didático, fica evidente que os autores consideram o ano de 1985, com a eleição indireta de um civil à presidência da República, como marco de finalização do regime militar. Contudo, parece interessante questionar esse marco, já que a realização de eleições diretas para presidente era desejo da população organizada que foi às ruas exigir democracia, mas se viu frustrada com a derrubada da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, pela Câmara dos Deputados. Além disso, é possível caracterizar o ano de 1985 como parte do processo de transição à democracia "lenta gradual e segura" – conforme anúncio feito na época pelo General Ernesto Geisel – organizada pelos próprios militares golpistas. O capítulo sobre movimentos sociais segue mencionando o período ditatorial, como foi possível observar através da leitura do subtópico "A relação com o Estado: parceria e confronto". Nesse sentido, o livro aborda o período ditatorial enquanto um momento de conflito direto entre os movimentos sociais e o Estado, mostrando como isso ocorre "unicamente quando o Estado é centralizador e autoritário ou dominado por apenas um grupo ou pela elite nacional, como ocorreu durante o regime civil-militar no Brasil" (SILVA et al., 2016, p.200). A continuação traz, como exemplo de movimento social que se organizou em parceria com o poder estatal, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade; "realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro em 19 de março e em 2 de abril de 1964, respectivamente, organizada por grupos conservadores contra a 'ameaça vermelha', ou seja, o comunismo, e o então presidente João Goulart" (SILVA et al., 2016, p.200).

Desse modo, o livro não se abstém em destacar o caráter transversal do apoio à ditadura, caracterizando enquanto um movimento social a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a qual é retratada também através de imagens.

Figura 4 - Marcha da Família com Deus pela Liberdade (SP, 1964)



FONTE: SILVA et al., 2016, p.201.

Ainda tratando de movimentos sociais históricos, a obra didática traz mais algumas imagens do passado ditatorial. Mas agora apresentando movimentos civis que se posicionaram de forma contrária, revoltando-se com as políticas autoritárias, mesmo que isso implicasse em dura repressão militar. Sendo assim, reproduzimos aqui as duas fotos históricas da Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1968:

Figura 5 - Passeata dos Cem Mil (RJ, 1968)



FONTE: SILVA et al., 2016.

Figura 6 -Passeata dos Cem Mil (RJ, 1968)



FONTE: SILVA et al., 2016.

Além destas duas emblemáticas fotografias da manifestação política contrária à violência e à censura praticadas durante o regime militar, o livro ainda traz, no mesmo capítulo sobre *Movimentos Sociais*, uma imagem da assembleia dos metalúrgicos do ABC paulista, ocorrida em 1979.

Figura 7 - Assembleia dos metalúrgicos do ABC (SP, 1979)



FONTE: SILVA et al., 2016.

Portanto, o capítulo 8, ao resgatar a luta histórica dos movimentos sociais, não deixa de mencionar as ações de resistência à ditadura-civil militar de 1964, mostrando a

relevância do papel cunhado pelo movimento estudantil da época. Ao traçar um paralelo entre a resistência democrática e a construção dos movimentos sociais de hoje, o capítulo menciona a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE), a qual "participou ativamente da luta pelas reformas de base na primeira metade dos anos 1960 e da luta contra a ditadura a partir de 1964. Sofreu repressões, foi colocado na ilegalidade e teve seus líderes presos ou assassinados" (SILVA et al., 2016, p.204).

As últimas menções ao tema da ditadura civil-militar são breves e aparecem nos capítulos 9, 11, 12 e 15. A primeira refere-se a uma cronologia trazida no início do capítulo 9, a qual destaca o ano de 1966 como o ano de criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), terminando com a estabilidade no emprego após dez anos de serviço. Já no capítulo 11, o livro traz duas biografias no quadro "Quem escreveu sobre isso" de pessoas com contribuições importantes para o tema da "Sociologia do Desenvolvimento" e que foram perseguidas durante o regime. A primeira delas é a de Celso Furtado, economista, trabalhou no Ministério do Planejamento durante o governo de João Goulart e, com o golpe, teve seus direitos políticos cassados. A segunda biografia é a de Theotônio dos Santos, também economista, "ex-integrante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e professor da UnB, no início dos anos 1960, foi cassado pelo regime militar de 1964 tendo se exilado no Chile em 1966" (SILVA et al., 2016, p.272). Interessante notar que essa é a única organização revolucionária citada pelo livro, o qual não adentra nas questões da luta armada e dos diversos grupos organizados existentes na época. No capítulo 12 há outra biografia relacionada ao período da ditadura civil-militar, mas dessa vez é pelo fato de José Maria Gómez ser um pesquisador e estudioso do autoritarismo e do regime de 1964. Por fim, a última biografia que encontramos é a de Josué de Castro, quem era médico e geógrafo, professor universitário, "com o golpe civil-militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1 e radicou-se em Paris, lecionando em universidades francesas" (SILVA et al., 2016, p.365).

Ao finalizarmos a análise do livro didático *Sociologia em Movimento* (2016), foi possível contabilizar 23 páginas, das 399 totais da obra, onde se menciona de alguma maneira o tema da ditadura de 1964. Os termos mais utilizados para referir-se ao período são: ditadura militar, golpe civil-militar, regime civil-militar, regime ditatorial, ditadura civil-militar, golpe militar e regime militar. Como já mencionado anteriormente, a utilização do termo ditadura civil-militar caracteriza o fato do golpe militar ter contado

com apoio empresarial e da própria população, tornando possível a manutenção de um regime de exceção por mais de duas décadas. A obra didática, portanto, não se exime de apontar o protagonismo civil no golpe, trazendo, inclusive, exemplos de manifestações adesistas, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Contudo, apesar de adotar uma posição clara frente à caracterização transversal do processo, a obra deixa várias lacunas quando se trata de mencionar as vítimas desse período, as resistências organizadas, as produções culturais. No que tange ao sumário da obra, não há nenhuma menção ao tema, a única breve seção específica aparece no capítulo 6, no subtópico "*A ditadura militar*" onde, mesmo se trazendo uma visão crítica do período, demonstrando seu funcionamento estrutural repressivo e autoritário, desmentindo diversos mitos – principalmente os do campo econômico, não encontramos uma preocupação com a elaboração desta memória. Com relação aos personagens históricos relacionados ao período, são mencionados o ex-presidente João Goulart, o sociólogo Florestan Fernandes, o jornalista Vladimir Herzog, os economistas Celso Furtado e Theotonio dos Santos, além dos civis José Sarney, Ulysses Guimarães e outros políticos que atuaram no processo de transição à democracia. Com relação às repressões, violações aos direitos humanos e censura, o texto faz referências muito vagas, não entrando em nenhum detalhamento da cadeia de comando ou caso específico, apenas mencionando a ocorrência de prisões e assassinatos no capítulo sobre "Movimentos Sociais", ao tratar do protagonismo da UNE. Sobre os movimentos de resistência, foi possível notar a ênfase dada à passeata dos Cem Mil, a qual é retratada em duas ocasiões, também por meio de imagens. Além da passeata, são mencionadas as lutas de resistência à ditadura enquanto uma contribuição significativa pertencente à história dos movimentos sociais no Brasil. Ao tratar das biografias de certos autores brasileiros, o livro também acaba abordando suas trajetórias de resistência à ditadura, mencionando os exílios, as exonerações e cassações; contudo, apenas no caso de Theotônio dos Santos se nomeia a organização da qual fez parte, deixando essa questão de lado em outros casos, como no de Dilma Rousseff. Pode-se pensar que o livro corrobora, em certa medida, com o apagamento do caráter revolucionário da luta armada, apagando a identidade comunista e socialista de seus participantes.

A respeito das questões de legalidade e legitimidade em torno da ditadura civil-militar, a obra didática não chega adentrar nesta discussão, tampouco se menciona algo sobre as produções estéticas do período. Por último, foi possível notar alguns períodos

específicos do regime os quais são abordados, entre estes a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a Passeata dos Cem Mil, a assembléia dos metalúrgicos do ABC, a Lei de Anistia, as Diretas Já.

3.3.3 Sociologia para Jovens do Século XXI

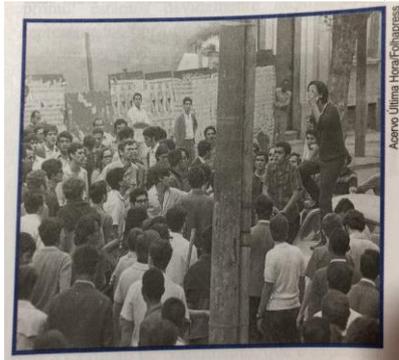
Por fim, passamos então à análise de como o tema da ditadura aparece no livro didático *Sociologia para Jovens do Século XXI*, de Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa (2016).

Logo de início, no sumário da obra didática, encontramos uma referência indireta ao período militar de 1964: o capítulo intitulado "Quem sabe faz a hora não espera acontecer?" A socialização dos indivíduos". Contudo, mesmo trazendo um trecho da conhecida canção de Geraldo Vandré, o capítulo 2 não chega a mencionar o autoritarismo da ditadura civil-militar brasileira. Deste modo, o tema que aqui nos interessa analisar surge somente no capítulo 5, "Sejam realistas: exijam o impossível!" Identidades sociais e culturais, o qual apresenta um subtópico intitulado 1968: os jovens comandam uma revolução política e social. É por meio desta discussão acerca do ano 1968, entendido enquanto o ano das diversas manifestações ao redor do mundo, que o debate sobre o autoritarismo no Brasil aparece, mencionando a emblemática morte do estudante Edson Luís, a violência ditatorial, mas também os movimentos de resistência que ocorreram nesse período, como a passeata dos Cem Mil.

no Brasil, a luta pela liberdade significava posicionar-se contra a ditadura civil-militar que se instaurara no país em 1964. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o assassinato de um estudante secundarista, Edson Luís, ocorrido em março de 1968, provocou diversas manifestações pelo país, culminando com a histórica passeata dos Cem Mil, na Cinelândia. [...] Independente do resultado concreto dessas manifestações no Brasil, por exemplo, a ditadura não foi derrubada, mas se tornou ainda mais violenta nos anos seguintes, promovendo perseguições, exílios, torturas e assassinatos aos seus opositores. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.67-68).

Além de mencionar estes acontecimentos do ano de 1968 no Brasil, a obra didática traz também uma imagem, buscando enfatizar a luta estudantil que encarou a ditadura implementada no país:

Figura 8 - Estudantes contra a ditadura, 1968



FONTE: OLIVEIRA; COSTA, 2016.

Assim, notamos como no livro *Sociologia para Jovens do Século XXI*, mesmo não trazendo uma seção específica para abordar o tema da ditadura civil-militar, seja no sumário, ou no corpo do texto, muitas das questões tratadas durante toda obra trazem referências ao período autoritário de 1964.

Seguindo com a análise, ainda no capítulo 5 encontramos outra menção ao regime militar, desta vez no tópico “Interdisciplinaridade”. Ali apresenta-se um texto que dialoga sobre Sociologia, História e Literatura, trazendo uma definição e explicação a respeito dos "anos de chumbo" do período militar: "o período foi assim denominado por marcar um momento bastante cruel da História brasileira recente, onde nos porões da Ditadura, muitas arbitrariedades foram cometidas em nome da Segurança Nacional" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.74). Além de tratar das violências cometidas durante os "anos de chumbo", este mesmo texto ainda abrange menções sobre a importância do papel da memória: "queremos juntar os estilhaços para buscarmos recompor a memória recente acerca da censura política" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.74). Por fim, é também nesta mesma seção onde encontramos uma abordagem das arbitrariedades cometidas pela censura às produções culturais do período, o que fica explícito ao se debater o caso de Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior, mais conhecido como Gonzaguinha, quem teve suas músicas vetadas ou modificadas inúmeras vezes. "Sua produção musical oscilou entre coisas do coração, a exaltação da vida – canções atemporais – e a denúncia das arbitrariedades do regime, marcadas por 'um tempo onde lutar por seu direito [era] um defeito que [matava]' – canções datadas" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.74). Desse modo, percebemos como um texto interdisciplinar foi capaz de dar conta de muitas das questões que permearam o regime ditatorial.

Com a análise do livro didático, foi possível perceber as diversas maneiras possíveis de se tocar no tema da ditadura civil-militar, notando como alguns capítulos abordam o assunto de forma mais extensa e outros apenas relacionam o momento ao tópico mais geral. Sendo assim, podemos afirmar que o capítulo 10 enquadra-se neste segundo caso; pois, ao tratar de questões relacionadas à globalização e ao neoliberalismo, apresenta as ideias do historiador Eric Hobsbawm, abordando diversos acontecimentos do século XX, como "as atrocidades cometidas por regimes militares na América Latina" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.74). Já o capítulo 13 adequa-se ao primeiro caso, contendo variadas menções ao regime civil-militar de 1964. O capítulo intitulado "É de papel ou é pra valer? Cidadania e direitos no mundo e no Brasil contemporâneo", consegue articular as violências do passado aos acontecimentos do presente, principalmente em torno do conceito de cidadania. Ao trazer uma abordagem histórica a respeito da conquista de direitos em nosso país, Oliveira e Costa (2016, p.74) afirmam que durante o governo militar,

os direitos civis e políticos foram restringidos através da violência. Os direitos sociais também foram atingidos, já que o salário mínimo sofreu uma forte queda do seu poder de compra, em consequência do pequeno crescimento econômico (com uma breve exceção entre o final dos anos 1960 e o início dos 1970, conhecido como o período do 'milagre econômico') e da impossibilidade de organização sindical autônoma por parte dos trabalhadores (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.187).

Contudo, o capítulo 13 não aborda o tema apenas através desta menção, pois, além de trazer questionamentos a respeito das restrições aos direitos políticos, civis e sociais, Oliveira e Costa (2016) também descrevem algumas das políticas repressivas implementadas pelo golpe de 1964:

O Estado militar constituiu uma máquina repressiva poderosa, disposta a calar qualquer voz que se levantasse em oposição. Foi um tempo de prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e exílios políticos, atingindo diversos artistas, lideranças políticas pré-1964 e as lideranças estudantis que organizaram a luta armada contra o regime. Podemos nos referir à ditadura como 'civil-militar' porque essa maquinaria de opressão contou com o apoio financeiro de grandes empresas capitalistas nacionais e multinacionais. [...] A partir de 1978, pressionados pelo estrangulamento econômico, trabalhadores metalúrgicos e de outras categorias profissionais começaram a se organizar e a enfrentar o aparato repressivo do Estado. Obteve-se a abertura política, com a legalização de novos partidos, o fim da censura à imprensa e a anistia a presos políticos e exilados. Era a retomada das lutas pelos direitos civis do povo (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.188).

Por meio da passagem acima citada, notamos a preocupação dos autores em explicitar tanto o apoio civil ao golpe, quanto o seu caráter repressivo e violento,

mencionando, mesmo que de forma geral, as diversas políticas adotadas pelo governo militar para abafar qualquer tipo de manifestação contrária. Aqui, como em outros momentos da obra, Oliveira e Costa (2016) mostram uma preocupação em apontar o caráter repressivo e autoritário desse momento de nossa história, mas sem deixar de lado as menções sobre as resistências – a luta armada, o movimento estudantil – construindo uma narrativa de conquista de direitos a partir das lutas sociais contrárias ao regime militar.

Figura 9 - manifestação estudantil, 1964



FONTE: OLIVEIRA; COSTA, 2016.

Ao fim do capítulo 13, encontramos uma última menção ao tema da ditadura no subtópico “Interatividade”, onde são propostos exercícios para se trabalhar o que foi apresentado nos textos, e também são indicados livros, músicas e filmes relacionados às temáticas estudadas. Assim, na seção “Pesquisando e refletindo” aparece como destaque a sugestão do filme *Eles não usam Black-Tie* (Brasil, 1981), o qual retrata as lutas sindicais do final da ditadura militar.

O capítulo subsequente, assim como o que acabamos de analisar, também aborda as questões da ditadura de forma mais extensa, contendo diversas referências ao período autoritário. Deste modo, a primeira alusão ao tema da ditadura aparece logo no início do capítulo intitulado “O Estado sou eu: Estado e Democracia”, o qual inicia com um texto de Friedrich Engels. A partir deste texto, argumenta-se a respeito das ditaduras do século XX, caracterizando-as enquanto uma forma de governo com "origem a partir do aprofundamento de crises sociais e políticas, determinadas por fatores relacionados à História específica daquelas sociedades, conjugados com aspectos relacionados à conjuntura externa" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.200). Através desta explicação sobre as ditaduras do século XX, o livro traz ainda como exemplo os acontecimentos da Alemanha, Itália, do Brasil durante o Estado Novo e também das ditaduras militares dos anos 60, 70 e 80 na América Latina. Passando para o subtópico “E onde fica a democracia

nessa história?”, os autores enfatizam como "o ato de votar periodicamente foi uma conquista da população organizada, obtida a partir do enfrentamento com o poder ditatorial que se instalou no país com o golpe civil-militar de 1964" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.201).

Ainda no capítulo 14 surgem outras menções ao tema da ditadura civil-militar, como é possível notar no texto a respeito da democracia representativa no Brasil. A partir deste texto abordam-se questões sobre os partidos, sobre o significado de espectros políticos como "esquerda" e "direita", e sobre os novos movimentos sociais (sua construção desde os anos 1970). Ao tratar da história dos partidos políticos do país, Oliveira e Costa (2016) trazem, uma vez mais, conexões entre os acontecimentos da ditadura e do presente democrático, revelando resquícios autoritários desse passado que nunca termina de passar.

foram extintos os partidos ARENA – Aliança Renovadora Nacional e PDS – Partido Democrático Social, que, no Congresso Nacional, deram sustentação à ditadura civil-militar. Vários políticos que ainda hoje atuam no país têm origem nesses partidos [...] Considerando o número de políticos conservadores ligados diretamente aos interesses capitalistas, oriundos historicamente da UDN, do PSD, da ARENA e do PDS, que serviram de base política para a ditadura civil-militar ou que apresentam um programa claramente autoritário (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.188).

Portanto, a ponte entre o passado e o imaginário social do presente parece ser uma preocupação contínua dos autores deste livro. Ao fim do capítulo 14, na seção “Interatividade”, apresenta-se um exercício do ENEM de 2010, o qual traz um trecho da música *Inútil* (1983), de Roger Moreira. O exercício afirma que esta canção foi censurada pelo regime militar pois apresentava uma crítica à inexistência de políticas democráticas durante o período. Além deste exercício, a seção “Interatividade” do capítulo 14 traz como sugestão o filme *NO - Adeus Sr. Pinochet* (Chile/França/EUA, 2012), o qual trata do plebiscito ocorrido no Chile em 1988. Na seção “Aprendendo com Jogos”, há uma proposta de atividade por meio do jogo *Criminal Case* (Pretty Simple/Ubisoft Entertainment, 2012). "A ideia do jogo é que, ao reunir informações e com a possibilidade de desvendar os mistérios, você compreenda o que foi a Ditadura Civil-Militar no Brasil a partir de 1964" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.215). Essa atividade, intitulada Investigando a Ditadura Civil-Militar no Brasil, busca fazer com que os estudantes entendam a violência estatal daquele período de forma comparativa com os dias de hoje, propondo com que os estudantes relacionem a

ditadura militar pós-64, na qual muitos presos políticos estavam em manifestações públicas ao serem detidos ilegalmente. Ao se focar nos 'motivos' das prisões que ocorreram em 2013, por exemplo, pode-se fazer um paralelo de como o Estado pode intervir com força, mesmo em uma democracia, e abafar um movimento político e social. Comparem as histórias de repressão de um período e de outro. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.215).

Passando para o capítulo 15 da obra didática *Sociologia para Jovens do Século XXI*, o qual busca abordar os diversos movimentos sociais presentes na realidade brasileira, notamos como as menções à ditadura atrelam-se à explicação histórica do surgimento desses movimentos. Ao tratar do surgimento dos novos movimentos sociais, os autores afirmam como estes "surgem no 'apagar das luzes' da ditadura civil-militar de 1964, principalmente a partir da crise econômica que o capitalismo vivia naquele momento, que atingiu com força o país no final dos anos 1970, provocando o aumento desenfreado do custo de vida" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.222). Ainda a respeito dos movimentos sociais, o capítulo abrange também aqueles que se empenharam nas lutas por cidadania, mostrando que mesmo com toda força e apoio popular que obtinham, não conseguiram implementar os direitos que almejavam conquistar na prática. Por fim, na parte de Interatividade, é indicada a música *Comportamento Geral*, de Gonzaguinha. Segundo Oliveira e Costa (2016, p.227) "a letra é um exemplo do mais puro sarcasmo sobre a alienação e a submissão da classe trabalhadora brasileira nos tempos da ditadura militar de 1964. Vale a pena ouvir e discutir com os colegas: afinal, será que a letra da música continua atual?". Como podemos notar, as relações entre o passado e o presente se fazem de suma importância para estes autores, os quais sempre encontram oportunidades para este tipo de reflexões.

Figura 10 - ex-líder sindical dos metalúrgicos, ex-presidente, Lula discursando em 1979



FONTE: OLIVEIRA; COSTA, 2016.

Figura 11- Campanha das Diretas Já



FONTE: OLIVEIRA; COSTA, 2016.

Chegando na parte final da obra, ainda encontramos capítulos com menções ao tema da ditadura, mas estas deixam de ocupar tantas páginas como era no caso dos capítulos anteriores. Sendo assim, o capítulo 18, ao tratar das questões dos trabalhadores do campo de nosso país, não deixa de mencionar as significativas lutas das Ligas Camponesas que atuaram fortemente contra o regime ditatorial. De acordo com Oliveira e Costa (2016, p.268):

A experiência da das Ligas Camponesas – assim como de outros movimentos e sindicatos rurais independentes da Liga, criados nesse período, como a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB), e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST) – foi praticamente encerrada com o golpe civil-militar de 1964 e a prisão das principais lideranças do movimento [...] A permanente tensão existente no campo, entretanto, fez com que o governo militar do Marechal Castelo Branco aprovasse, com modificações, 'lei agrária' que se discutia no período anterior, resultando, ainda em novembro de 1964, no chamado Estatuto da Terra. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.268)

Portanto, percebemos uma vez mais a preocupação dos autores desta obra didática em, sempre que possível, relacionar os temas trabalhados com as questões da ditadura civil-militar, mostrando os acontecimentos daquela época em paralelo aos de nossa realidade. Tratando da citação acima, foi interessante notar como Oliveira e Costa (2016) abordam as questões da Liga Camponesa, assunto que nem sempre é mencionado quando se trata de elaborar o período da ditadura.

Deslocando-nos ao capítulo 18, notamos como as questões sobre os movimentos de luta pela terra ainda se fazem presentes. Ao tratar, uma segunda vez, sobre as lutas em

torno da questão agrária, o livro não deixa de mencionar a relação entre as lideranças de tais movimentos com as ideias da Teologia da Libertação, corrente de pensamento da Igreja Católica que atuou na resistência à ditadura civil-militar. Com a "retomada das lutas do campo, teve grande destaque o papel exercido por lideranças leigas e religiosas da Igreja Católica que abarcaram as ideias da Teologia da Libertação [...] criando, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT)" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.269). Deste modo vale mencionar como, mais uma vez, o livro didático traz ocorridos do período militar que nem sempre são mencionados quando se trata de elaborar os acontecimentos do passado ditatorial. Já na seção "Interatividade", aparece como filme destaque: *Cabra Marcado para Morrer* (Brasil, 1964/1984). Esse documentário, o qual iniciou suas filmagens em 1964, tinha como objetivo "contar a história política do líder da Liga Camponesa de Sapé (Paraíba), João Pedro Teixeira, assassinado em 1962. No entanto, as imagens foram interrompidas com o golpe de 31 de março" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.277).

Os capítulos 20, 22 e 23 são os últimos que trazem alguma menção sobre o governo militar no Brasil. O primeiro, o qual trata sobre "Religiosidade e juventude no século XXI", aborda mais densamente o movimento da Teologia da Libertação. Essa doutrina, cujo jargão afirma "libertar os pobres da opressão", foi desenvolvida com as "comunidades Eclesiais de Base para organizar o povo em suas lutas [...] Este movimento foi muito importante na resistência à ditadura militar e contribuiu na formação do PT, da CUT e do MST" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.312). Ainda sobre o papel de resistência articulado pelo catolicismo popular, através da Teologia da Libertação, o capítulo 20 aborda tanto o papel das Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs), quanto o papel de dominação exercido pelas classes altas nas zonas rurais do país. Por fim, os autores não deixam de mencionar uma produção cultural a qual refere-se diretamente aos acontecimentos daquele momento: *Roque Santeiro*.

Na década de 1980, foi exibida uma novela que obteve grande audiência na televisão brasileira, intitulada 'Roque Santeiro', escrita pelo dramaturgo Dias Gomes. Nela, o personagem Sinhozinho Malta, um latifundiário (chamado de 'coronel'), utilizou-se da crença popular aos santos para justificar sua dominação política no interior da Bahia. Por esse motivo, a novela havia sido censurada durante a ditadura militar. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.313).

Já o capítulo 22 menciona a ditadura civil-militar de 1964 através de uma perspectiva de gênero, algo que tampouco é comum na maioria das análises do período. Ao tratar das "Relações de gênero e dominação masculina no mundo de hoje", Oliveira e

Costa (2016) não deixam de fora a luta das mulheres contra o governo militar, resgatando importantes nomes como o de Zuzu Angel.

A revolução cultural vivida pelas mulheres na década de 1960 teve repercussões também na sociedade brasileira, com a intensa participação feminina na luta contra a ditadura civil-militar instaurada em 1964, inclusive com a opção de militância através da luta armada como foi o caso de nomes como Maria do Carmo Brito – primeira mulher a comandar uma organização de guerrilha na América Latina – Sônia Lafoz, Vera Sílvia Magalhães, entre outras (CARVALHO, 1998). Mesmo não tendo participado da luta armada, há de se registrar a luta travada pela estilista de moda Zuzu Angel, enquanto buscava notícias de seu filho, Stuart Jones, e sua nora, Sonia Maria, desaparecidos nos porões da ditadura. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.345).

A citação acima, além de trazer relevância para o papel das mulheres na luta contra o regime civil-militar, não deixa de mencionar seus nomes, conferindo protagonismo à resistência feminina. O capítulo 23, por sua vez, ao buscar dialogar a respeito da diversidade sexual e de gênero, também não deixa de relacionar o surgimento do movimento homossexual organizado ao período da ditadura; mostrando como sua aparição tardia no Brasil – se comparada aos países próximos como México e Argentina – "pode ser justificada talvez pela repressão – política e moral – imposta pela ditadura militar brasileira, especialmente a partir de 1968" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.367). Sendo assim, os autores afirmam que o movimento homossexual brasileiro começa a crescer a partir de 1978, "nessa época, foi fundado no Rio de Janeiro, um jornal voltado para comunidade homossexual, o Lampião da Esquina, que funcionou entre 1978 e 1981" (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p.367).

Figura 12- Exemplares Jornal *Lampião da Esquina*



FONTE: OLIVEIRA; COSTA, 2016.

Ao finalizarmos a análise da obra didática *Sociologia para Jovens do Século XXI*, concluímos que o tema da ditadura civil-militar brasileira aparece em 23 páginas das 399 totais do livro. Assim como na obra anterior analisada, o termo mais utilizado para se referir ao período aqui estudado é o de ditadura civil-militar, seguido por ditadura militar, golpe civil-militar, regime ditatorial e regime militar. Uma vez mais notamos como os autores não deixam de mencionar o suporte civil ao golpe militar de 1964, evidenciando o apoio transversal das camadas empresariais, médias e populares ao período. Diferentemente das análises anteriores, aqui encontramos duas sugestões indiretas ao tema da ditadura logo no sumário: primeiro através do trecho da canção ‘Para não dizer que não falei das flores’, hino da resistência escrito por Geraldo Vandré, exposto no título do capítulo 2; e depois no capítulo 5, o qual trata explicitamente do ano de 1968. Entretanto, apenas este último se detém aos acontecimentos da ditadura. A respeito da existência de uma seção específica para se tratar das questões do período militar, não encontramos neste livro, tendo em vista que o tema aparece de forma dispersa e constante durante os diversos conteúdos trabalhados pelos autores. Mesmo assim, o capítulo 14, ao abordar questões relacionadas ao Estado e a Democracia, não deixa de trazer uma caracterização geral das ditaduras enquanto formas de governo. No que tange à menção de personagens históricos relacionados ao governo autoritário, o livro apresenta figuras como o Marechal Castello Branco, o músico Luiz Gonzaga de Nascimento Júnior, o estudante assassinado pelos militares Edson Luis, o ex-presidente Lula, o ditador Augusto Pinochet, a guerrilheira Maria do Carmo Brito, a estilista Zuzu Angel, entre outros. Ao

tratar dos acontecimentos da ditadura, Oliveira e Costa (2016) lidam, com a mesma intensidade com as políticas de repressão implementadas pelo Estado militar e com os movimentos de resistência que lutaram contra o mesmo. Caracterizando o Estado governado por militares enquanto uma máquina repressiva poderosa, os autores abordam de forma geral as perseguições, os exílios, censuras, torturas e assassinatos praticados contra aqueles que não se calaram – na maioria eram artistas, políticos e lideranças estudantis. No que tange aos movimentos de resistência, notamos uma constante preocupação do livro em mencioná-los sempre que possível, conferindo aos movimentos sociais de nosso país uma historicidade de engajamento na resistência à ditadura civil-militar. Desse modo, estão espalhadas pela obra as referências às lutas contra a ditadura, mencionando o papel das organizações estudantis, dos trabalhadores metalúrgicos, das Ligas Camponesas, dos católicos da Teologia da Libertação, das organizações guerrilheiras, do movimento sindical brasileiro, dos homossexuais e das mulheres.

Em continuação, podemos afirmar que texto didático não adentra nas questões relativas à legalidade ou legitimidade do Estado militar. Por outro lado, esta é uma obra na qual são apresentadas variadas referências de produções culturais do período. Logo no sumário, encontramos a canção de Geraldo Vandré e, ao longo da obra, são apresentadas as músicas de Gonzaguinha e de Roger Moreira, além da telenovela *Roque Santeiro*, como exemplo de produções que sofreram diretamente com as políticas de censura do governo militar. Mesmo os autores versando sobre diversos dos acontecimentos da ditadura civil-militar de 1964, tornou-se possível identificar alguns momentos específicos trabalhados pelo livro, como o assassinato do estudante Edson Luís em março de 1968, a Passeata dos Cem Mil também em 1968, o movimento das Diretas Já em 1984 e os anos do chamado "milagre econômico".

Por fim, com leitura de *Sociologia para Jovens do século XXI*, concluímos que esta obra apresenta um enfoque bastante abrangente da ditadura militar, tocando em pontos que nem sempre são debatidos ao se estudar o período, como a questão agrária, as ideias de Teologia da Libertação, e o papel das mulheres e dos homossexuais na resistência. Além disso, os autores mostram-se preocupados, em diversos momentos, em trazer conexões entre o passado ditatorial e o presente em que vivemos, instigando reflexões a respeito dos resquícios autoritários em nossa democracia.

CONCLUSÕES

Este trabalho buscou versar sobre uma proposta educacional preocupada com a promoção dos direitos humanos, com a consolidação da democracia, concebendo tais valores como intrinsecamente vinculados ao processo de “elaboração do passado” proposto por Theodor W. Adorno (2006). Há de se lembrar que vivemos em um Brasil atravessado por autoritarismos, assombrado pelo recalque das violências de seu passado. Portanto, tratar deste passado parece ser a única alternativa para que certas atrocidades não voltem – nunca mais! – a se repetir.

No que tange à disciplina de Sociologia, foi possível verificar como o tema da ditadura civil-militar – seja nos documentos educacionais, seja nos livros didáticos – não parece receber muita atenção. Mesmo encontrando no Programa Nacional de Direitos Humanos - III (PNDH), um extenso debate sobre a relevância de se trabalhar a memória da ditadura civil-militar em sala de aula, a Sociologia parece esquivar-se de uma abordagem mais contundente dessas questões, passando semelhante tarefa para outras disciplinas, como é o caso da História. Contudo, vale ressaltar a premissa adorniana de se educar pela memória da barbárie, já que devemos conhecer nosso passado e nossos traumas recalcados até mesmo por meio dos objetos de pesquisa. Em seus textos, Adorno (2008) deixa evidente que até mesmo os objetos da Sociologia devem buscar esclarecer que certos acontecimentos não voltem nunca a se repetir.

No primeiro capítulo percebemos, com Adorno (2006), a necessidade da não repetição da barbárie, da sua elaboração através de uma pedagogia do esclarecimento que produza indivíduos autônomos e emancipados, aptos para convivência democrática. Mesmo a barbárie sendo intrínseca ao processo da civilização, os impulsos de destruição devem ser orientados desde a primeira infância em prol de uma cultura não violenta (ADORNO, 2006).

O regime ditatorial no Brasil representou uma política institucional autoritária e repressiva, que perseguiu, prendeu, torturou e assassinou de forma sistemática, caracterizando-se enquanto um momento de regência da barbárie. Contudo, esse passado não deve ser esquecido, e sim elaborado, lembrado, esclarecido, para que não se repita. Segundo Maria Rita Kehl (2010), há no Brasil um mal-estar silenciado com relação ao

período ditatorial, que precisa ser trabalhado, pois o passado recalcado volta como trauma. Dessa maneira, a elaboração do passado pode ser tida enquanto uma política pública necessária para consolidação da democracia, e um dos pilares dessa política deve ser a educação.

A abordagem do período civil-militar de 1964, enquanto conteúdo programático, insere-se no contexto de uma educação preocupada com a não repetição das violações aos direitos humanos. Portanto, buscou-se mapear documentos oficiais onde fosse possível encontrar alguma preocupação com a elaboração institucional do passado, o que nos levou a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos da ONU, ocorrida em 1993, em Viena. Este evento foi relevante para alavancar uma série de políticas voltadas para promoção dos direitos humanos, influenciando o desenvolvimento de programas em diversos países, inclusive no Brasil. Foi assim que surgiu o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, de 1996. Documentos como este visam, acima de tudo, a construção de uma cultura democrática no país, em prol dos direitos humanos e da cidadania. Para tanto, uma educação em direitos humanos se faz extremamente necessária. Contudo, não são todos os programas e ações que vinculam a consolidação de uma cultura democrática e cidadã com a elaboração do passado autoritário.

Com a análise dos documentos, foi possível perceber como as duas primeiras versões do Programa Nacional de Direitos Humanos (1996, 2002), abordam a necessidade da inserção de uma educação em direitos humanos nos projetos de educação formal e não-formal do país, mas não a vinculam com a necessidade da elaboração do passado ditatorial. De outra maneira se apresentam o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (2013), o Programa Nacional de Direitos Humanos número III (2009) e o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014). Ao se preocuparem com a construção de uma cultura democrática atrelada à elaboração do passado, os documentos citados buscam, de maneiras distintas, incutir propostas para uma educação em direitos humanos que trate da ditadura civil-militar. Sendo assim, o PNEDH busca estimular a realização de projetos de educação sobre a memória do autoritarismo no Brasil, incentivando a pesquisa, a produção de material didático e o desenvolvimento de acervos em Instituições de Ensino Superior. Já as Diretrizes Nacionais buscam estimular a organização de acervos de memória, expondo seu valor democrático e pedagógico. Contudo, o documento do PNDH-III, de 2009, talvez seja o que dedica maior atenção à explanação e à produção de

propostas para uma educação voltada para elaboração da ditadura civil-militar. Esta observação, se relaciona com a conclusão de Laura Moutinho et. al. (2018), já que os autores percebem este último Programa como um “desaguadouro de demandas” sociais, tornando-se um meio para consolidação de diversas propostas advindas de sociedade civil organizada, inclusive dos movimentos por memória, verdade e justiça.

Com um Eixo Orientador totalmente voltado à memória e à verdade, o Programa situa a memória da ditadura, sua elaboração, análise e estudo como uma política pública relevante para o fortalecimento da democracia. Assim, sugere a realização de ações educativas e a produção de material didático para ser utilizado na educação básica e superior sobre as violações e as resistências à ditadura. Por fim, o relatório da CNV, sinaliza que a educação deve se preocupar também com conteúdos que contemplem a história política recente do país e incentivem o respeito a democracia.

Com o segundo capítulo do trabalho buscou-se entender como a disciplina de Sociologia aborda as questões relacionadas aos direitos humanos e à elaboração do passado autoritário, tanto através da análise de documentos oficiais de educação de nosso país, quanto por meio de uma contextualização sobre a situação da educação durante a ditadura civil-militar.

Se queremos compreender como a Sociologia é ensinada hoje nas escolas, parece imprescindível conhecer sua história, a qual é marcada por intermitências. A inexorável relação entre Sociologia e História, sinalizada por Adorno (2008), mostra-se como eixo norteador de todo nosso trabalho.

Posteriormente, buscou-se mapear como a Sociologia dialoga com os temas de uma educação em direitos humanos e da elaboração do passado ditatorial nos seguintes documentos: na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs, 2013), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1999) e nas Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+, 2002). Por meio da análise destes documentos, foi possível perceber como a temática dos direitos humanos parece ser uma preocupação universal para educação em nosso país, pois todos os documentos mostraram-se preocupados com a promoção desses direitos. Contudo, o conceito de direitos humanos, na maioria dos textos, relaciona-se à ideia de cidadania, sendo operacionalizado de forma vaga e difusa. Nos documentos aqui analisados, o

conceito de direitos humanos não aparece vinculado à sua dimensão histórica, afastando-se de uma compreensão que visa a promoção do direito à memória e à verdade, assim como é sugerido pelo Programa Nacional de direitos Humanos – III.

Dentre os documentos examinados, poucos são os que trazem a elaboração do passado autoritário como tema presente na disciplina de Sociologia. Levando em consideração as diversas críticas e, apesar de tudo, o documento legal da BNCC é um dos poucos que sugere, de forma muito breve, que a Sociologia se dedique às questões do passado autoritário, trabalhando a memória do regime ditatorial de 1964. Contudo, o texto que apresenta as questões da elaboração da memória ditadura civil-militar de forma mais contundente parece ser o das Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+, 2002), pois explicita como subtema da Ciência Política (a qual se insere na disciplina de Sociologia) a necessidade de conhecer o passado ditatorial através de suas vítimas. Porém, o PCN+ caracteriza-se enquanto um documento sugestivo, sendo apenas a BNCC de caráter normativo.

Por fim, a leitura destes documentos educacionais nos instiga a refletir sobre como são escolhidos os temas a serem tratados pela disciplina de Sociologia na Educação Básica. Sabe-se da importância de formar estudantes com noções básicas a respeito dos conhecimentos historicamente acumulados desta ciência, tanto na parte teórica, quanto na metodológica. Contudo, o fato de o tema da memória da ditadura não aparecer de forma evidente e prescrita nos documentos escolares, talvez se dê devido à falta de pressão dos movimentos por memória, verdade e justiça no que tange à formação dos estudantes, mas também se relaciona à falta de uma compreensão do conceito de direitos humanos que se vincule a elaboração do passado, da memória e da verdade – assim como aparece sugerido pelo Programa Nacional de Direitos Humanos – III. Por meio da leitura destes documentos educacionais direcionados ao Ensino Médio, foi possível perceber como não há uma sociologização da memória, não há uma preocupação com a não repetição do passado autoritário por parte da disciplina de Sociologia. A isso Theodor W. Adorno (2008) denomina por “cegueira da Sociologia anti-histórica”.

O terceiro e último capítulo buscou se aprofundar um pouco mais no entendimento a respeito das obras didáticas. Sendo assim, através de Meucci (2000) foi possível notar como os livros e manuais escolares refletem as preocupações da Sociologia em voga de cada momento histórico.

Tendo em vista a análise dos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional (PNLD), considerou-se necessária investigação prévia sobre o processo de seleção destas obras. Deste modo, percebeu-se por meio da leitura do Guia de Livros Didáticos para o Ensino Médio (2018) e do Edital de Convocação 04/2015, como estes documentos deixam em evidência a obrigatoriedade de se tratar em sala de aula temas referentes à democracia. Contudo, não se encontra nenhuma relação entre estes temas e o debate sobre memória histórica, ou seja, a elaboração do passado não aparece enquanto um tema intrinsecamente vinculado ao desenvolvimento da democracia.

Se com a leitura dos mecanismos de seleção das obras didáticas já foi possível perceber uma falta de preocupação com o tema da elaboração do passado – e, mais especificamente, do passado ditatorial – já era de se esperar que essas questões não teriam grande destaque nos livros analisados. Portanto, os três livros de Sociologia analisados apresentam características diferentes, mas têm em comum a falta de uma abordagem aprofundada do tema da ditadura civil-militar, já que nenhum deles traz um capítulo inteiro dedicado à memória e a elaboração do passado ditatorial. Contudo, o livro que pareceu deixar a menor quantidade de lacunas sobre os acontecimentos da ditadura foi o *Sociologia para Jovens do Século XXI* (2016). Esta obra didática menciona o golpe civil-militar em 23 das suas 399 páginas, trazendo as questões do período de forma dispersa e constante por meio dos diversos conteúdos trabalhados pelos autores. *Sociologia para Jovens do Século XXI*, não deixa de mencionar o suporte civil ao regime, caracterizando o momento enquanto uma "ditadura civil-militar", tampouco deixa de abordar (mesmo que de maneira geral) as repressões, exílios, censuras, torturas e assassinatos praticados contra aqueles e aquelas que não se calaram contra o regime. Além disso, o livro trata, sempre que possível, dos movimentos de resistência ao golpe, traçando as lutas históricas dos movimentos sociais. Por fim, apesar de apresentar um enfoque abrangente das questões da ditadura, esta obra toca em pontos que nem sempre são explorados ao se estudar o período, como: a questão agrária, as ideias de Teologia da Libertação, e o papel das mulheres e dos homossexuais na resistência. Cabe mencionar, também, que o livro não deixa de instigar os estudantes para que reflitam sobre as diferenças entre aqueles anos e os dias de hoje, apresentando reflexões a respeito dos resquícios autoritários em nossa democracia. Outra obra didática que não se exime de caracterizar os anos 1964-1989 enquanto uma ditadura civil-militar é o livro *Sociologia em Movimento*. Nesta, o tema da ditadura também aparece em 23 páginas das 399 totais, trazendo o caráter

transversal dos apoios ao golpe civil-militar, o livro menciona inclusive o papel das manifestações adesistas ao regime. Contudo, o tratamento das repressões, censuras e violações aos direitos humanos é difuso e vago, tendo pouca relevância na abordagem sobre o período. Em *Sociologia em Movimento*, também foi possível notar um certo apagamento do caráter revolucionário e da luta armada ao se tratar dos movimentos de resistência. Entretanto, as duas obras mencionadas acima parecem estar mais próximas ao apresentarem diversas facetas críticas ao regime civil-militar, o que surge de modo diferente no livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*. Nesse livro didático, as menções à ditadura aparecem em 13 das suas 384 páginas, o que já revela uma capilaridade um pouco menor do tema do que nos outros dois. Além disso, a obra *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, diferentemente das outras, não utiliza do termo "civil-militar", deixando de enfatizar o apoio civil à ditadura. Nesta obra, o termo "golpe" é utilizado pouquíssimas vezes, optando na maioria dos casos por "regime", eximindo-se de uma caracterização mais crítica sobre a violência de Estado praticada durante a ditadura brasileira. Portanto, o livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2016), além conferir menor relevância ao tema da ditadura e da elaboração do passado, refere-se à essa como exemplo para definição do conceito de "revolução". Tal movimento, de alinhar a ditadura a ideia de revolução, acaba por gerar uma aproximação aos termos utilizados pelos próprios militares e ufanistas do regime. Por fim, a obra didática tampouco traz referências aos movimentos de resistência ao regime, tratando apenas de forma breve das repressões, censuras e violações aos direitos humanos.

Esperamos que, com a crítica empreendida nesta pesquisa, a qual buscou investigar a elaboração da ditadura como tema nos documentos educacionais do país e nos livros didáticos de Sociologia, divulgue-se a urgente necessidade de elaboração do passado. O trauma social da ditadura deve fazer parte da discussão pública de nosso país, das políticas públicas sobre memória e direitos humanos, a começar pela sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- ADORNO, Theodor W. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues. **Memória, verdade e educação em direitos humanos**. IN: SILVEIRA, Maria Godoy [et al] (orgs). *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos* - João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.
- _____. **Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (DNEDH)**. Brasília, 2013.
- _____. **Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH)**. Brasília, 1996b.
- _____. **Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II)**. Brasília, 2002.
- _____. **Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH 3)**. Brasília, 2009.
- _____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**. Brasília, 2007.
- _____. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- _____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- _____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Educação; Conselho Nacional de Secretários de Educação; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC; SEB; 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf> Acesso em: 17 mar. 2020.
- _____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão;

Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC; SEB; 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2020.

_____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC; SEB; 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2020.

_____. **Guia PNLD 2018: apresentação – guia de livros didáticos – ensino médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2018.

_____. **Edital de Convocação 04/2015 - CGPLI - Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático 2018**. Distrito Federal: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Secretaria de Educação Básica, 2015. Disponível em: <<https://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=edital+de+convoca%C3%A7%C3%A3o+04/2015&ie=UTF-8&oe=UTF-8>> Acesso em: 20 abr. 2020.

BAUER, Caroline Silveira. **Um Estudo Comparativo das Práticas de Desaparecimento nas Ditaduras Civil-Militares Argentina e Brasileira e a Elaboração de Políticas de Memória em Ambos Países**. 2011. 446 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BORGES, Carla. **Educar para o direito à memória e à verdade**. IN: GOMES, Valdirene (org.) *Educação em direito à memória e à verdade : conhecer para não repetir* - São Paulo (SP): Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, 2016.

CELESTINO, Gabriela Santetti. **Gênero em Livros Didáticos de História aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2014)**. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/172785/343964.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 abr. 2020>

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO (CVSP). **O legado da ditadura para a Educação brasileira**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_O-legado-da-ditadura-para-a-educacao-brasileira.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

FEIERSTEIN, Daniel. **El genocidio como práctica social: entre el nazismo y la experiencia argentina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Memória e Educação em Direitos Humanos**. IN: SILVA, Maria Godoy [et al] (orgs). *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos* - João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca *et al.* **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. Porto Alegre: Do Brasil, 2016.

FREUD, S. **O Mal Estar na Civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HANDEFAS, Anita. **A Sociologia na Educação Básica**. In: SILVA, Ieize Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nillin (org.). **A Sociologia na Educação Básica**. São Paulo: Annablume, 2017.

IANNI, Octavio. O Ensino das Ciências Sociais no 1º e 2º Graus. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 327-339, set. 2011.

JINKINGS, Nise. Os Processos de Institucionalização da Sociologia no Segundo Grau (1972-1995). In: SILVA; GONÇALES (org.). **A Sociologia na Educação Básica**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 35-56.

KANT, I. **Resposta à Pergunta “Que é o Esclarecimento?”**. Petrópolis: Vozes, 1974.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTINS, Maria do Carmo. **Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer**. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 51, p.37-50, jan. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n51/n51a04.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

MEDEIROS, Rosana de Oliveira. Enquadramentos das vidas não hétero em livros escolares de Sociologia. **Pro-Posições**, Distrito Federal, v. 29, n. 2, p. 159-184, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v29n2/0103-7307-pp-29-2-0159.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. Os processos de institucionalização da Sociologia no Ensino Médio (1996-2016). In: SILVA, Ieize Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nillin (org.). **A Sociologia na Educação Básica**. São Paulo: Annablume, 2017.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. 2000. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MORAES, Amaury. **Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade**. *Cedes*, Campinas, v. 31, n. 85, p.359-382, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/04v31n85.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MOUTINHO, Laura [et al], **A construção política das interfaces entre (homos)sexualidade, raça e aids nos programas nacionais de direitos humanos**, *Ponto Urbe* [Online], 23 | 2018, posto online no dia 28 dezembro 2018, consultado o 24 junho 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/5534> ; DOI : 10.4000/pontourbe.5534.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para Jovens do Século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SADER, Emir. **Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade**. IN: SILVEIRA, Maria Godoy [et al] (orgs). *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos* - João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SIKKINK, K. **El efecto disuasivo de los juicios por violaciones de derechos humanos**. Anuario de Derechos Humanos, 41-61. Disponível em: <http://www.anuariocdh.uchile.cl/index.php/ADH/article/viewFile/16995/20527>, Buenos Aires, 2011.

SILVA, Afrânio *et al.* **Sociologia em Movimento**. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SOUZA, Silvana Aparecida. **A ditadura militar e os danos causados ao sistema educacional**. IN: GOMES, Valdirene (org.) *Educação em direito à memória e à verdade : conhecer para não repetir* - São Paulo (SP): Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, 2016.

SOUZA, Maria Aparecida de. **A ditadura militar no Brasil e os danos causados ao sistema educacional**. IN: GOMES, Valdirene (org.) *Educação em direito à memória e à verdade : conhecer para não repetir* - São Paulo (SP): Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, 2016.

ZENAIDE, Maria. **Introdução**. IN: SILVEIRA, Maria Godoy [et al] (orgs). *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos* - João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

APÊNDICES

1) ROTEIRO DE ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO PNLD-2018

1. Título da obra:
2. Disciplina:
3. Editora e ano de publicação:
4. Nome das autoras(es):
5. Existe alguma menção sobre a ditadura civil-militar de 1964 no sumário do livro didático?
6. Existe alguma seção específica para se abordar o tema da ditadura? Se sim, qual ou quais?
7. Qual a quantidade de páginas do livro que mencionam o período autoritário?
8. Quais os termos utilizados para se referir ao período?
9. No tratamento do tema da ditadura, são mencionados personagens históricos específicos?
10. Ao tratar do tema, existem referências à repressão, violação de direitos e censura?
11. O texto aborda as resistências?
12. Menciona as questões de legalidade e legitimidade?
13. Há menções sobre as produções estéticas do período?
14. Ao abordar as questões da ditadura, o livro se direciona a algum momento específico do período militar? Ou se trata de todo regime militar?
15. Existem imagens que ilustram os anos da ditadura? Se sim, quais as legendas dessas imagens?

2) PROPOSTAS DE AULAS DE SOCIOLOGIA QUE ABORDAM O TEMA DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Apresento aqui dois planos de aulas que foram ministradas juntamente com meu colega Natan Schimtz Kremer durante o período de Estágio Supervisionado em Ciências Sociais II¹⁵, para o primeiro ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UFSC, no segundo semestre de 2018.

Planos de aula de Sociologia e relatos de regência

Aula 6

Conteúdo: Ditadura civil-militar no Brasil: a repressão como uma prática social.

Tema da aula: Ditadura no Brasil.

Objetivo geral: Entender o golpe civil-militar de 1964 e o contexto da época a partir do pensamento sociológico.

Objetivos Específicos:

- a) Refletir sobre as charges do cartunista Henfil;
- b) Entender a repressão e o exílio a partir do caso do sociólogo Herbert de Souza;
- c) Analisar o golpe de 1964 enquanto um projeto político e econômico para o Brasil e para América Latina;
- d) Fazer a conexão entre o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado, de Louis Althusser, e o contexto da época;
- e) Fazer a conexão entre Estado e o monopólio do uso legítimo da violência, de Max Weber;
- f) Refletir sobre o conceito de autoritarismo a partir do caso do Colégio de Aplicação mencionado pela Comissão de Memória e Verdade da UFSC;
- g) Produzir frases de efeito inspiradas em cartazes, músicas e pixos da época.

¹⁵Professor Supervisor: Marcelo Pinheiros Cigales, e como Professora no Colégio de Aplicação: Marivone Piana.

Planejamento:

A aula será iniciada através da demonstração de três charges do cartunista Henfil, questionando os alunos sobre suas interpretações, sobre o contexto da época e o que eles sabem sobre os tempos da ditadura no Brasil. A partir dos questionamentos, será apresentado um breve resumo da vida do sociólogo Herbert de Souza, enfatizando o período de seu exílio e trabalhando assim a repressão enquanto uma prática social adotada pela ditadura. Para esse momento, também será exposta a música *O bêbado e a equilibrista*, interpretada por Elis Regina, apontando para sua relação com o exílio de Herbert de Souza (Betinho).

A busca por analisar o período da ditadura seguirá para uma abordagem onde se possa entender o golpe civil-militar de 1964, enfocando na participação dos EUA e na inculcação nacional sobre a necessidade do golpe através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Dessa maneira, será possível entender o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1980), abordando o caso empírico do funcionamento do IPES e do IBAD. Refletindo ainda sobre o contexto militar, passaremos à abordagem do funcionamento dos órgãos da repressão, como os DOI-CODI e a ideologia medo do inimigo interno, utilizando-nos de Weber para pensar sobre o monopólio do uso da violência pelo Estado.

Por fim, a partir da circulação do livro *Os Cartazes desta História*, do Instituto Vladimir Herzog (2012), será solicitado que formem grupos de 3 pessoas para produção de uma arte em tecido que busque representar uma frase de efeito contra a repressão, inspirando-se em imagens da época. O material para elaboração desta atividade será levado pelos estagiários.

Recursos didáticos:

- a) Charges
- b) Música
- c) Data Show com powerpoint
- d) Exposição dialogada

Avaliação

A avaliação será realizada de forma escrita pelos professores estagiários, onde o foco estará na participação dos estudantes expondo suas impressões em forma de comentários

e perguntas. Também será avaliada a produção das frases de protesto sobre o tema da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Bibliografia:

ACERVO DE MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS DA UFSC (Florianópolis).

Relatório Final da Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina (CMV-UFSC). Disponível em:

<<https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/collections/show/12>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** Brasília: Brasiliense, 2000.

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia.** São Paulo: Contemporânea, 2011.

FEIERSTEIN, Daniel. **El genocidio como práctica social: entre el nazismo y la experiencia argentina.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

FLORESTAN, Fernandes. **A ditadura em questão.** São Paulo: Queroz, 1982.

GRIGOLI, Juliana de Jesus. **Política de Memória Histórica no Brasil: um estudo de sociologia política.** Florianópolis: Em Debate, 2016.

IBASE. **Betinho, símbolo de cidadania.** Disponível em: <<http://ibase.br/pt/betinho/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Os cartazes desta história.** São Paulo: Escrituras, 2012.

Relato de regência (20/09/2018) – Rachel Tomas dos Santos Abrão

Sem nenhuma explicação prévia, foi possível através de perguntas sobre o significado das charges do cartunista Henfil chegar ao tema da ditadura civil-militar no país. Talvez esse foi o momento em que tudo atrasou, pois a interpretação dos desenhos acabou levando a discussão mais longe do que o previsto (falamos da copa de 1970, da

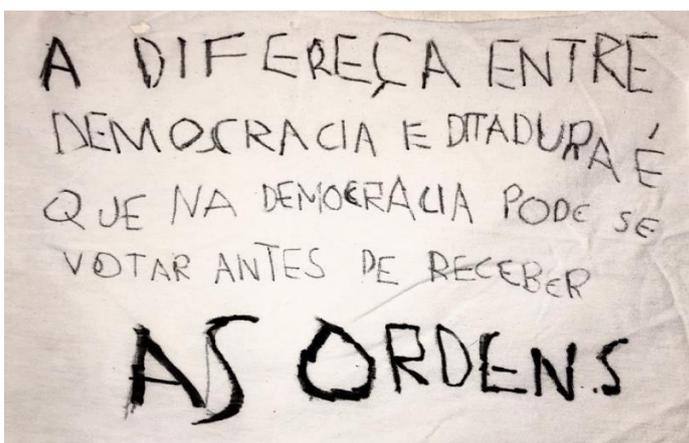
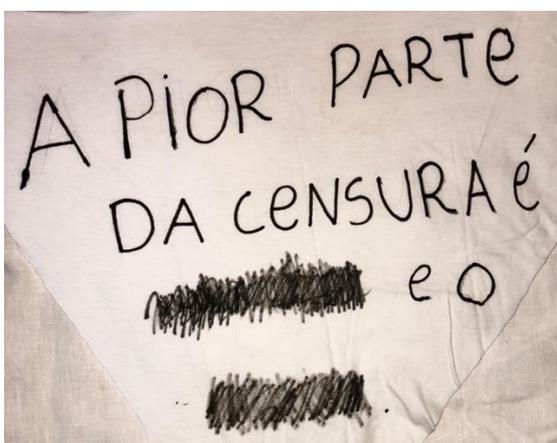
torcida organizada do Corinthians, do Pasquim, ou seja, de inúmeras referências que foram ambientando o clima da época). Talvez isso não tenha sido um problema em si, apenas foi algo que não foi previsto. A apresentação das histórias de vida dos irmãos Henfil e Betinho foi um recurso que aproximou os estudantes do contexto das ditaduras do Cone Sul de maneira diferente e mais impactante, principalmente ao mostrarmos a música 'O bêbado e a equilibrista', de Aldir Blanc e João Bosco, onde eles identificaram a menção sobre "a volta do irmão do Henfil". Com essa aula foi possível perceber como apresentar biografias pode ser uma ponte que desperta bastante interesse para com o conteúdo. Principalmente para um conteúdo como este, o qual requer um árduo trabalho de imaginação sociológica pois tratar sobre algo que não se viveu é trabalhar com memórias, com toda sua dimensão histórica, psicológica e social.

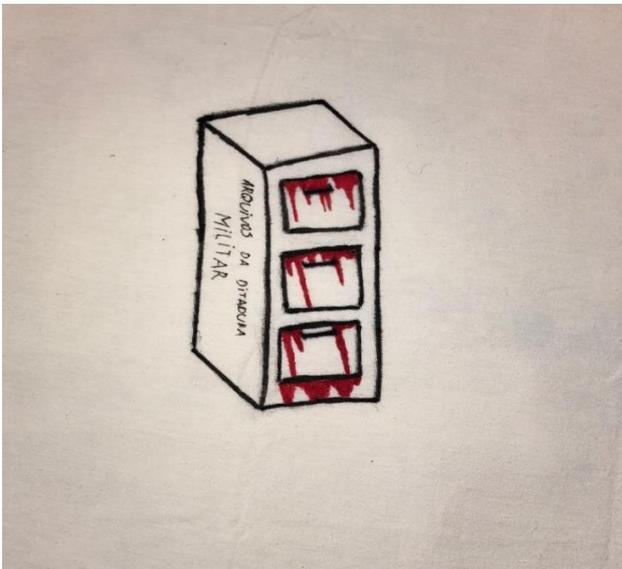
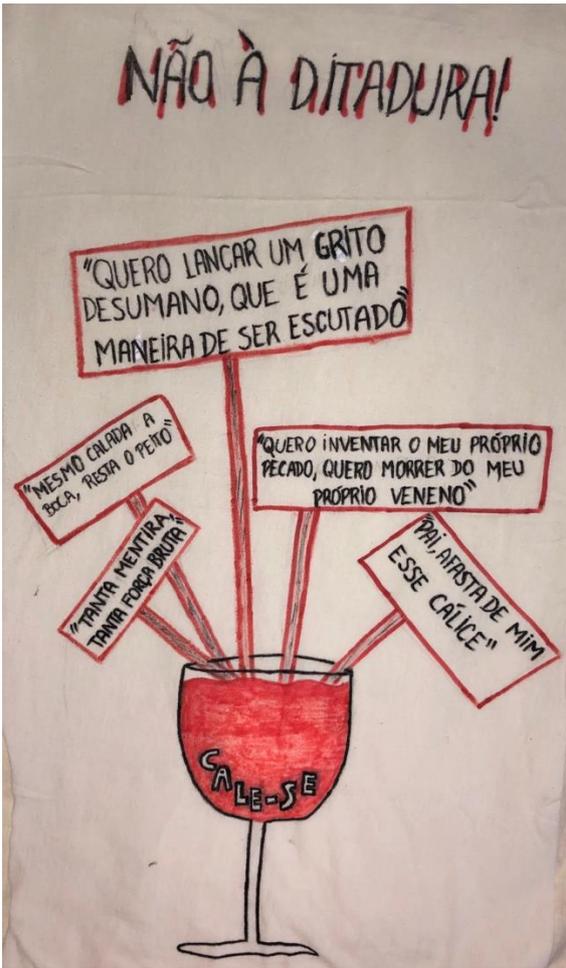
Foi então uma primeira aula inteira de exposição dialogada sobre a ditadura. A segunda aula começou com menos da metade da turma em sala, todos tiveram que pegar os avisos de atraso para poder entrar em sala. A aula que já estava sendo corrida, ficou mais ainda. O intervalo no meio da aula tem seus prós e contras. O contra foi todos chegarem atrasados, mas o pró foi ter algum tempo para dialogar com minha dupla de estágio e chegar à conclusão de que seria melhor deixar os slides sobre a discussão da teoria sociológica (abordagem sobre os conceitos de Estado em Althusser e Weber) para uma próxima aula. Foi possível conversar com eles a respeito do sistema de repressão da ditadura civil-militar, utilizando de exemplos com eles mesmos (metodologia que parece interessante tanto no sentido de chamar atenção, quanto no sentido de transformar a explicação em algo mais transparente) para explicar como funcionou a censura, as prisões, a tortura. Alcançando assim parte do objetivo proposto para esta aula: entender o golpe civil-militar de 1964 e o contexto da época, analisando a produção de um imaginário social de paranóia propício para o golpe, o financiamento dos Estados Unidos, o apoio civil e a ilegalidade das ações repressivas de violações aos direitos humanos. Enquanto aula de sociologia nos preocupamos muito mais em trazer o pensamento da época do que narrar uma história, explorando diversas maneiras de apresentar os mecanismos desenvolvidos por um Estado de exceção (SNI, AIs, DOI-CODIs) que atuava por meio de uma suposta legitimidade das ações políticas. Tudo isso funcionou em sala, comprovando a hipótese de que o conteúdo sobre a ditadura civil-militar também deve ser abordado pela disciplina de Sociologia, não apenas nas aulas de História. Essa hipótese poderia ter sido ainda mais aprofundada se tivéssemos tido tempo de apresentar

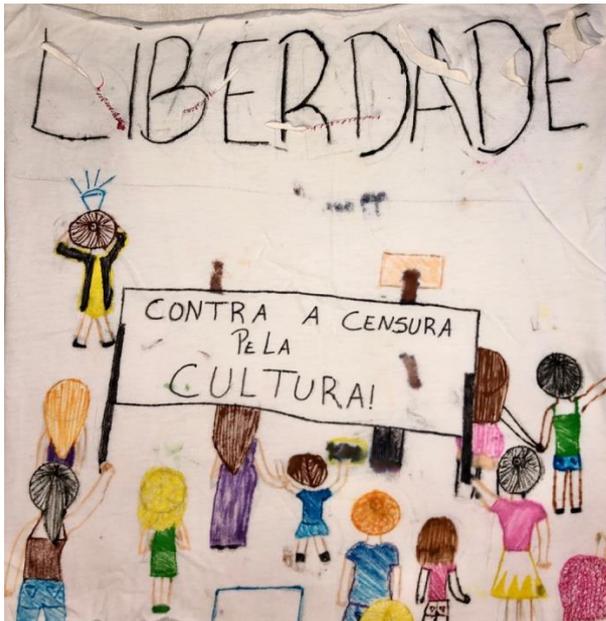
os conceitos de Aparelhos Ideológicos do Estado, de Althusser, e de Estado enquanto uma empresa que possui o monopólio do uso legítimo da violência em Weber.

Faltando cerca de vinte minutos para o fim da aula, mostramos a obra *Seja marginal, seja herói* (1968) de Hélio Oiticica para os estudantes se inspirarem na produção das frases de efeito e desenhos a serem feitos nos pedaços de tecidos entregues por nós. A atividade envolveu bastante os alunos, os quais mostraram bastante vontade em elaborar frases interessantes e criativas, sendo que a maioria pediu para levar o trabalho para terminar em casa.

Apresento aqui como ficaram estes trabalhos (feitos em tecido) realizados pelo 1B do ano de 2018 do Ensino Médio do Colégio de Aplicação:







Aula 9

Conteúdo: Ditadura civil-militar e o conceito de memória através da literatura.

Tema da aula: Ditadura no Brasil, memória e cultura.

Objetivo geral: Transmitir o contexto da época e o conceito de memória através de uma obra literária.

Objetivos Específicos:

- a) Discutir o texto de Salim Miguel (2015) gerando uma reflexão sobre as barbáries cometidas no período militar;
- b) Analisar e entender o conceito de memória através de Adorno (2006);
- c) Apresentação dos seminários.

Planejamento:

Esta segunda aula sobre a ditadura civil-militar no Brasil buscará outro enfoque dentro da mesma temática: a memória através da literatura. Para tanto, na aula será entregue de forma impressa o capítulo *A Fogueira* (p.49-55), do livro *Primeiro de Abril* (2015) do autor Salim Miguel. Assim, a aula vai ser iniciada através de uma leitura conjunta do texto entregue, buscando com que todos estejam atentos ao texto.

Após a leitura, se buscará realizar uma breve discussão sobre o capítulo do livro *Primeiro de Abril*, buscando mapear o que foi entendido pelos estudantes, suas impressões e opiniões sobre o texto memorialístico narrado por Salim Miguel. A narrativa é regada de incertezas e histórias, cenas que narram a experiência da prisão em 1964 na cidade de Florianópolis e nos permitem ver a cidade, a política e a cena intelectual local. O capítulo selecionado para leitura, trata especialmente do episódio sobre a queima de livros da livraria Anita Garibaldi, da qual o autor era o antigo dono.

Portanto, a partir da leitura e da discussão em sala, buscaremos abordar o conceito de memória e suas conexões com o período em questão. Nesse momento, será realizada uma exposição dialogada sobre o conceito de memória, trazendo a perspectiva de uma memória coletiva e como esta repercute nas sociedades, transformando-se também em política, em campo de disputa (LE GOFF, 2003). Através desse momento expositivo, se buscará questionar aos alunos sobre a existência de uma memória hegemônica a respeito da ditadura no Brasil, entrando assim na discussão sobre o período de transição à democracia e as possíveis interpretações deste período. Ainda nesse momento, se buscará apresentar o pensamento de Adorno (2006, p. 199) e sua preocupação com "a exigência de que Auschwitz não se repita". Assim, a abordagem sobre a memória também se dará

no plano de uma preocupação educacional com a emancipação dos sujeitos e pela não repetição da barbárie.

Na segunda parte da aula, seguimos então para apresentação dos estudantes sobre os seminários temáticos: 1968 e o AI-5, Tropicália, aposentadoria compulsória de Florestan Fernandes e sociólogos da USP. A ideia é que a partir do primeiro seminário seja possível entender a estrutura da repressão durante a ditadura no Brasil, analisando o AI-5 e a política institucional de 1968, pautada pela censura, do sequestro, da tortura e do desaparecimento. Já o seminário a respeito do Tropicalismo buscará abranger as manifestações culturais do período enquanto uma forma de protesto e organização social de resistência. A década de sessenta é reconhecida pela sua efervescência cultural no Brasil, através dos festivais de música que consagraram artistas como Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, das atuações do Grupo Opinião, entre outras inúmeras mobilizações artísticas que buscaram expressar sua insatisfação perante a brutal situação do país. Seguindo nesta linha, o seminário que aborda a aposentadoria compulsória de Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, busca uma abordar a reflexão sobre o porque da sociologia ser uma disciplina intermitente. Qual incômodo traz a sociologia? (MENDONÇA, 2017).

Recursos didáticos:

- a) Discussão do texto;
- b) Quadro e caneta;
- c) Data show com acesso a internet.

Avaliação:

Elaboração e apresentação de três seminários sobre os seguintes temas:

- 1) 1968 e o AI-5 no Brasil;
- 2) O Movimento da Tropicália;
- 3) Repressão a Florestan Fernandes e sociólogos da USP. (vai apresentar no dia 18/10) **

Normas dos seminários:

Três grupos com 4 estudantes por equipe; cada grupo se dedicará a um dos temas listados acima; cada equipe terá um tempo máximo de 10 minutos para a apresentação do seminário; deverá ser apresentada cada temática seguindo a explanação descrita acima no final do tópico Planejamento. Serão avaliadas:

- 1) Pesquisa sobre assunto e domínio do conteúdo;
- 2) Estruturação da apresentação e boa didática na transmissão;
- 3) Respostas às perguntas da turma e dos estagiários;
- 4) Produção de um subsídio didático (máximo 1 página) que será disponibilizado para toda a turma pelo moodle.

Cada um dos quatro itens listados acima valerá 25 % na avaliação final.

Referências:

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BORGES, Carla. **Educar para o direito à memória e à verdade**. IN: GOMES, Valdirene (org.) *Educação em direito à memória e à verdade : conhecer para não repetir*- São Paulo (SP): Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Betinho**. Disponível em:

<<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/betinho/index.html>>.

Acesso em: 25 jun. 2018.

MIGUEL, Salim. **Primeiro de Abril: narrativas da cadeia**. Palhoça: Unisul, 2015, p. 49-55.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

Relato de regência (11/10/2018) – Rachel Tomás dos Santos Abrão

Após alguns avisos práticos e a realização da chamada, iniciamos com a apresentação de dois seminários, o primeiro sobre O Movimento da Tropicália e o segundo sobre 1968 e o AI-5 no Brasil. Ficaram nítidas as muitas dificuldades de ambos grupos em apresentar o trabalho, principalmente devido à falta de autonomia e de desenvoltura dos estudantes para se expressarem. Além de todos terem lido o texto que compunha o slide de apresentação, não demonstrando real apropriação do conteúdo, o trabalho sobre *O Movimento da Tropicália* foi feito por apenas uma pessoa e continha

alguns erros básicos, enquanto o grupo que tratou de *1968 e o AI-5 no Brasil* apresentou a estrutura de repressão da ditadura mas não abordou o AI-5 em si, sendo que este era um dos pontos essenciais do trabalho. A avaliação deste trabalho foi bastante difícil, pois avaliar é determinar valor e assim refletir sobre o nosso trabalho enquanto professores também. Acontece que, quando os alunos demonstram dificuldades básicas na apresentação de trabalhos - dificuldade em manifestar um pensamento, falta de autonomia apropriação do conteúdo, falta de desenvoltura necessária para apresentação de trabalhos na frente da do restante da turma, etc - isto não se remete propriamente ao nosso trabalho ali enquanto estagiários, e sim à formação destes estudantes na escola até então. Portanto, como modificar e auxiliar em dificuldades tão primordiais em tão pouco tempo de trabalho?

Após o intervalo, a aula iniciou com a leitura de um capítulo do livro de Salim Miguel intitulado *Primeiro de Abril: narrativas da cadeia*, o qual trata de sua experiência durante a ditadura civil-militar na cidade de Florianópolis. Nós havíamos feito cópias para todos os estudantes e assim a leitura conjunta em sala de aula parece funcionar muito bem com a turma, pois a maioria pareceu interessar-se pelo texto. O capítulo escolhido aborda a queima de livros na livraria Anita Garibaldi, da qual o autor havia sido dono. Foi interessante perceber como os alunos se interessaram ainda mais pela narrativa quando puderam identificar o local do acontecimento: perto da Praça XV, no centro de Florianópolis. Além deste sentimento de aproximação com o fato ocorrido na Florianópolis de 1964, alguns estudantes pareceram se indignar nos momentos em que era narrada a queima de livros “altamente subversivos” na calçada da livraria, como os de Eça de Queirós, Stendhal, entre outros. Essa aproximação de um fato histórico através da literatura foi uma metodologia imensamente proveitosa, os alunos pareceram se interessar muito mais e entender melhor o clima do período militar, principalmente pelo fato de poder imaginar aquela assombrosa fogueira narrada por Salim num lugar tão conhecido por todos nós. Após a leitura um dos estudantes mencionou que eles já tinha lido esse texto em alguma outra matéria, mas muitos pareciam não se lembrar e com a maioria parecia interessado, este não foi um problema. Foi interessante perceber como eles puderam notar a forma da escrita toda em segunda pessoa, uma narrativa de alguém que estava preso pelos militares enquanto essa barbárie acontecia; “como se fosse um diálogo com ele mesmo”, comentou um dos alunos.

Por fim, como sempre as atividades da aula tomaram muito mais tempo do que o previsto por nós, e toda parte da discussão teórica a respeito do conceito de memória e de paranóia coletiva ficou comprometida. Consegui abordar algo sobre o conceito de memória coletiva de Le Goff, apontando sobre como histórias individuais como a narrada por Salim formam parte de um todo coletivo. E essa conexão entre o texto/testemunho e a teoria pareceu funcionar bastante bem. Ao iniciarmos essa discussão sobre memória, fui conversando com eles e escrevendo alguns pontos importantes no quadro, abordando um pouco as ideias de Le Goff, Pollack e Freud sobre o tema. Depois, passamos rapidamente para o entendimento do texto de Adorno, *Educação após Auschwitz*, fazendo a ponte entre a ideia de memória coletiva e a importância de “lembrar para não repetir” assinalada pelo autor. Assim, adentramos a partir de Adorno na ideia proposta da não repetição da barbárie, apresentando o conceito de paranóia coletiva e pensando com este pode ser entendido no período da ditadura militar e nos dias hoje. Foi bastante conteúdo para pouco tempo, fizemos anotações no quadro mas não sabemos se eles copiaram pois o sinal bateu e tivemos que sair correndo da sala de aula.